



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos

A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ARQUIVISTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

WAGNER RAMOS RIDOLPHI

Rio de Janeiro
2016

WAGNER RAMOS RIDOLPHI

A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ARQUIVISTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Arquivos, Arquivologia e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cleber Gak

Rio de Janeiro
2016

R547 Ridolphi, Wagner Ramos.

A profissionalização do arquivista no estado do Rio de Janeiro / Wagner Ramos
Ridolphi. -- Rio de Janeiro, 2016.

124 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Luiz Cleber Gak

1. Arquivista. 2. Arquivologia. 3. Profissionalização. 4. Sociologia das Profissões.
5. Profissional da Informação. I. Gak, Luiz Cleber. II. Título.

CDD: 020.7

WAGNER RAMOS RIDOLPHI

A profissionalização do arquivista no estado do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do título de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovação em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador:

Prof. Dr. Luiz Cleber Gak

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Examinador Interno:

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Examinadora

Externa:

Profª. Dra. Inez Terezinha Stampa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2016

*Para DEUS, sem o qual nada podemos.
Para minha mãe, Esmeralda, pelo seu
amor e dedicação.
Para meu pai, Carlito (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e familiares que participaram de alguma forma dessa importante etapa da minha vida, apoiando e incentivando nos momentos difíceis.

À Coordenação, Secretaria e todo corpo docente do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, pelas experiências e conhecimentos compartilhados ao longo do curso.

Ao professor orientador, Luiz Cleber Gak, pela generosidade e parceria ao longo da trajetória de construção desse trabalho.

Aos professores componentes da banca, Inez Stampa e João Marcus, que trouxeram reflexões e contribuições fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Aos colegas da Turma 2014, parceiros nos muitos momentos de alegria e angústia vivenciados ao longo do curso.

Aos colegas do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo apoio e compreensão.

Aos companheiros arquivistas que contribuíram para a realização do presente trabalho, participando da pesquisa.

Aos demais amigos e colegas de profissão que desejaram o sucesso deste trabalho.

“A verdadeira profissão do homem é encontrar
seu caminho para si mesmo”

Hermann Hesse

RESUMO

Considerando que intensas transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas vivenciadas na sociedade da informação trouxeram novos desafios para os profissionais da informação e que mudanças de paradigma na Arquivologia trouxeram novas visões sobre o perfil do arquivista, a dissertação busca verificar se o arquivista usufrui de equivalente reconhecimento social e valorização profissional, em um cenário no qual a informação é tão valorizada. O objetivo é analisar as etapas de profissionalização do arquivista, identificando os fatores que podem propiciar maior reconhecimento social e valorização profissional, considerando a visão dos próprios profissionais, especificamente os que atuam no estado do Rio de Janeiro. Apresenta ainda um panorama da profissão no Brasil abordando os seguintes aspectos: histórico; marcos legais existentes; código de ética; quantitativo de profissionais registrados; formação, apresentando os cursos de graduação e pós-graduação existentes; e o movimento associativo. Pesquisa de caráter exploratório, utiliza as teorias em sociologia das profissões para compreensão do fenômeno da profissionalização. Para coletar a percepção de uma parcela de arquivistas foi realizada uma pesquisa, com aplicação de questionário, tendo como eixos questões relativas aos dados de identificação dos pesquisados; a relação destes com a atividade profissional; e valoração das competências arquivísticas e iniciativas para um cenário prospectivo da profissão. Conclui identificando elementos positivos e sinais de alerta para o reconhecimento da profissão no país.

Palavras-chave: Arquivista. Arquivologia. Profissionalização. Sociologia das Profissões. Profissional da Informação.

ABSTRACT

Whereas intense political change, social, economic and technological changes experienced in the information society brought new challenges for information professionals and that paradigm shifts in Archival Science have brought new insights into the profile of the archivist, the dissertation seeks to verify whether the archivist has equivalent social recognition and professional development, in a scenario in which the information is so valued. The objective is to analyze the stages of professionalization of the archivist, identifying the factors that may foster greater social recognition and professional development, whereas the vision of the professionals themselves, specifically those that operate in the state of Rio de Janeiro. It also presents an overview of the profession in Brazil covering the following aspects: history; legal frameworks exist; code of ethics; quantity of professionals registered; training, presenting the courses to undergraduate and graduate students; and the associations. Study of exploratory nature, uses the theories in sociology of professions to understand the phenomenon of professionalization. To collect the perception of a parcel of archivists was conducted a survey, with application of questionnaire, having as main issues relating to the identification data of respondents; the relationship with the professional activity; and assessment of competence norms and initiatives for a prospective scenario of the profession. It concludes by identifying positive elements and warning signs for the recognition of the profession in the country.

Keywords: Archivist. Archival Science. Professionalization. Sociology of Professions. Information Professional.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|--|-----|
| Quadro 1 | Cursos de Arquivologia no Brasil | 52 |
| Quadro 2 | Propostas para criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia | 57 |
| Quadro 3 | Associações de Arquivologia no Brasil | 63 |
| Quadro 4 | Etapas do processo de profissionalização | 70 |
| Quadro 5 | Distribuição de vagas em concursos públicos para arquivista nos Poderes: 2006-2014 | 90 |
| Quadro 6 | Comentários dos participantes da pesquisa | 101 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|---|----|
| Tabela 1 | Quantitativo de arquivistas registrados por Unidade da Federação (1978-2009) | 45 |
| Tabela 2 | Quantitativo de arquivistas registrados por Unidade da Federação (2001-2015) | 46 |
| Tabela 3 | Arquivistas com pós-graduação <i>stricto sensu</i> X ano de graduação | 82 |
| Tabela 4 | Arquivistas com registro profissional X ano de graduação | 84 |
| Tabela 5 | Classificação das estratégias de desenvolvimento da atividade profissional no grau “muito importante” | 88 |
| Tabela 6 | Forma de atuação profissional x média salarial | 94 |
| Tabela 7 | Classificação das competências arquivísticas no grau “muito importante” | 96 |
| Tabela 8 | Classificação das ações em um cenário prospectivo no grau “muito importante” | 99 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------|---|----|
| Gráfico 1 | Expansão dos cursos de Arquivologia no Brasil (1970-2012) | 52 |
| Gráfico 2 | Sexo | 79 |
| Gráfico 3 | Idade | 80 |
| Gráfico 4 | Universidade onde se graduou | 80 |
| Gráfico 5 | Ano em que concluiu a graduação | 81 |
| Gráfico 6 | Pós-Graduação | 82 |
| Gráfico 7 | Registro profissional | 83 |
| Gráfico 8 | Filiação à associação profissional de arquivistas | 85 |
| Gráfico 9 | Distribuição de associados no Brasil | 85 |
| Gráfico 10 | Anos de atividades profissional | 86 |
| Gráfico 11 | Estratégias de desenvolvimento da atividade profissional | 87 |
| Gráfico 12 | Emprego | 89 |
| Gráfico 13 | Satisfação com o emprego | 91 |
| Gráfico 14 | Satisfação com a atividade profissional | 92 |
| Gráfico 15 | Remuneração média | 93 |
| Gráfico 16 | Competências arquivísticas | 97 |
| Gráfico 17 | Cenários prospectivos para a profissão | 98 |

LISTA DE SIGLAS

- AAB - Associação dos Arquivistas Brasileiros
- AABA - Associação dos Arquivistas da Bahia
- AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
- AAESC - Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina
- AAG - Associação de Arquivologia de Goiás
- AAPB - Associação dos Arquivistas da Paraíba
- AAPR - Associação dos Arquivistas do Paraná
- AARQUES - Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo
- AARS - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul
- ABArq - Associação Brasileira de Arquivologia
- ABRAINFO - Associação Brasileira de Profissionais da Informação
- AGCRJ - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- AMArq - Associação Mineira de Arquivistas
- APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- APHA - Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística
- ARQ-SP - Associação de Arquivistas de São Paulo
- ARQUIFES - Rede Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino
- ARQUIVE-CE - Associação de Arquivistas do Estado do Ceará
- CAM - Congresso de Arquivologia do Mercosul
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBA - Congresso Brasileiro de Arquivologia
- CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
- CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CCJR - Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

CFB - Conselho Federal de Biblioteconomia

CFE - Conselho Federal de Educação

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

CNA - Congresso Nacional de Arquivologia

CNArq - Conferência Nacional de Arquivos

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CPA - Curso Permanente de Arquivos

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

CTC-ES - Conselho Técnico-Científico da Educação Superior

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

ENARA - Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia

ENARQUIFES - Encontro Nacional de Arquivistas das IFES

ENEA - Executiva Nacional dos Estudantes de Arquivologia

FARq - Fórum das Associações Profissionais de Arquivo

FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa

FEFIERJ - Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FNArq - Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

LAI - Lei de Acesso à Informação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

MHN - Museu Histórico Nacional

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OPI-D - Observatório da Profissão de Informação-Documentação

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDS - Partido Democrático Social

PFL - Partido da Frente Liberal

PL - Projeto de Lei

PPB - Partido Progressista Brasileiro

PPGARQ - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos

PROS - Partido Republicano da Ordem Social

PUC - Pontifícia Universidade Católica

REPARQ - Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia

Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAA - Sociedade de Arquivistas Americanos

Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SinaInfo - Sindicato Nacional dos Profissionais da Informação

SINARQUIVO - Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo

SinBiESP - Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo

SIRPWEB - Sistema Informatizado do Registro Profissional

SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

STF - Supremo Tribunal Federal

SubSIGA - Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UnB - Universidade de Brasília

Unesp - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 16 |
| 2. O ARQUIVISTA EM UM MUNDO EM INTENSA TRANSFORMAÇÃO | 24 |
| 2.1 OS DESAFIOS PARA OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO | 24 |
| 2.2 AS MUDANÇAS DE PARADIGMA NA ARQUIVOLOGIA: NOVAS VISÕES SOBRE O PERFIL DO ARQUIVISTA | 28 |
| 3. A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ARQUIVISTA E O PANORAMA BRASILEIRO | 34 |
| 3.1 PANORAMA DA PROFISSÃO NO BRASIL | 34 |
| 3.1.1 Histórico, marcos legais, código de ética e profissionais registrados | 34 |
| 3.1.2 Formação | 48 |
| 3.1.3 Instituições de classe e o movimento associativo | 54 |
| 3.2 O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO ARQUIVISTA SOB A ABORDAGEM DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES | 66 |
| 3.2.1 As abordagens de Latour e Wilensky sobre o processo de profissionalização | 69 |
| 3.2.2 A questão do domínio do saber | 73 |
| 4. PERCEPÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO ENQUANTO CATEGORIA PROFISSIONAL E RELAÇÃO COM O MERCADO PROFISSIONAL | 75 |
| 4.1 PERFIL DO UNIVERSO PESQUISADO | 79 |
| 4.2 RELAÇÃO COM A ATIVIDADE PROFISSIONAL | 83 |
| 4.3 VALORAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A PROFISSÃO | 94 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 103 |
| REFERÊNCIAS | 108 |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO | 115 |
| APÊNDICE B – RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO | 120 |

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho se apresenta como uma oportunidade para a realização, no ambiente acadêmico, de uma reflexão sobre aspectos que envolvem a profissão de arquivista, buscando propiciar uma contribuição para a área nesta temática ao apresentar uma visão dos próprios profissionais sobre fatores que determinam o desenvolvimento da carreira.

Além da percepção empírica do autor sobre problemas vivenciados pelos profissionais da área, a pesquisa teve como ponto de partida a compreensão de que a profissão vivencia um momento de reinterpretação do pensamento arquivístico, o que exige dos arquivistas um repensar sobre seu arsenal teórico e suas práticas de trabalho, com o objetivo de estarem aptos a lidarem com um cenário profissional globalizado e cibernético. Com novas abordagens advindas ao pensamento arquivístico, ocorreram questionamentos sobre seu caráter científico ao mesmo tempo em que surgiram novos olhares para antigos conceitos. Isso teve efeito também sobre as atividades e funções arquivísticas, representando um desafio para o arquivista, que se vê impelido a rever seu papel nesse novo cenário.

Juntamente com o questionamento epistemológico da área, se configura também um questionamento decorrente das transformações vivenciadas pelo que se convencionou denominar “sociedade da informação”. Terminologia surgida nos anos 70 do século XX e consagrada nos anos 90, pretendia explicar as novas tendências das sociedades do período pós-industrial diante do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC’s), nas quais o conhecimento teórico passara a ser o eixo principal, considerando uma linha evolutiva em que o poder da economia passara da agricultura para a indústria e desta para os serviços. No final da década de 90, passou a ser empregada também, como alternativa, a terminologia “sociedade do conhecimento”, especialmente nos meios acadêmicos, pois abrangeria uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento e não apenas o viés tecnológico (BURCH, 2005). Para Castells (1999, p. 46) o termo mais correto seria “sociedade informacional”, pois “indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e poder, devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico”.

Vivenciamos um período histórico em que nunca se produziu e se consumiu tanta informação. Seja nas atividades profissionais quanto pessoais, a informação é um elemento-chave para a sociedade, sendo necessário estar sempre bem informado para não incorrer em

práticas defasadas ou na utilização de um discurso já desatualizado. Como aponta Lévy (2010, p. 113), a evolução da internet, impulsionando a cibercultura presente em nossa sociedade, em que emissor e receptor se tornam um único agente, também tem contribuído para aumentar ainda mais o fluxo informacional no mundo contemporâneo. Esse fluxo informacional, no entanto, ainda carece de soluções que permitam selecionar, organizar e preservar o que é essencial e útil.

Esse cenário deveria ter proporcionado aos profissionais da informação – termo ainda em construção, mas no qual os arquivistas são inseridos – um papel de relevância junto à sociedade. Mas não é o que se constata e na produção científica ainda é verificada uma adaptação a esse cenário contemporâneo. Conforme aponta Borges (2004, p. 57), busca-se um profissional que, além da formação adequada, tenha competências e habilidades ajustadas ao tempo atual,

Um profissional que seja capaz de utilizar novos processos e instrumentos tecnológicos, estar inserido nessa sociedade da informação e do conhecimento, que faz uso intensivo e em larga escala do computador para processamento de dados, redes de informação e comunicação, automação de processos produtivos, enfim que esteja inserido no contexto da informação, do conhecimento e das tecnologias de informação disponíveis.

É necessário ainda levar em conta que, mesmo o arquivista obtendo maior presença na administração e os arquivos sendo reconhecidos como fonte privilegiada de informação, prevalece uma imagem do arquivista associada a estereótipos negativos e que é amplamente difundida e impregnada na sociedade. Para Costa e Lima (2012, p. 104),

O arquivista é, usualmente, caracterizado como um profissional sem necessária formação acadêmica e que desenvolve trabalhos exclusivamente técnico-pragmáticos desprovidos de atribuições intelectuais. Sua inserção junto ao mercado de trabalho vem-se dando com significativa dificuldade, prova disso o fato de muitos gestores – inclusive de grandes corporações – têm sequer ideia da existência deste profissional que, pela natureza de sua profissão, é capaz de lidar com as complexas variáveis pertinentes ao manuseio e tratamento da informação e do conhecimento, independente do contexto a que estas se encontram vinculadas.

Verificando as representações do arquivista em meios de comunicação de massa – especificamente filmes e programas de televisão nacionais e estrangeiros – produtos de uma indústria cultural que reproduz representações simbólicas de elementos do senso comum e da cultura de massa, os autores identificaram produções que revelam o arquivista por meio de

estereótipos marcantes. Basicamente, são descritos nas obras analisadas como antissociais, responsáveis por atividades operacionais realizadas em depósitos de papéis e sem formação universitária como requisito para o exercício profissional. Mesmo considerando que cinema e televisão influenciam o grande público, mas não são os únicos elementos formadores de opinião, certamente contribuem para uma visão estereotipada da profissão (Costa e Lima, 2012).

Essa aparente fragilidade da imagem do arquivista perante a sociedade faz repensar o próprio processo de profissionalização da área, de forma a alcançar a compreensão do contexto social e histórico no qual a categoria obteve autonomia técnica. Como destaca Mueller (2004, p. 36) o sucesso na solução de problemas e a crença no discurso desenvolvido pelo grupo profissional são os principais fatores que contribuem para o reconhecimento de uma profissão e conhecer esse fenômeno é importante para se compreender os rumos que a profissão pode tomar.

Como salienta Braga (2007, p. 33) a pergunta de pesquisa é uma etapa fundamental para a delimitação do objeto de estudo e para a escolha da melhor metodologia a ser adotada para a realização do trabalho. Mesmo que as respostas sejam diferentes daquelas esperadas ou indicadas pelos pressupostos ou pela hipótese, a pergunta de pesquisa orienta as etapas seguintes, contribuindo para o bom desenvolvimento do trabalho.

Considerando as questões apresentadas em decorrência das transformações vivenciadas na sociedade da informação, a questão que se coloca é: na época atual, na qual a sociedade demanda informação como nunca antes, o arquivista – profissional que se dedica a organização e recuperação da informação – usufrui de equivalente reconhecimento social e valorização profissional?

Um pressuposto é que as mudanças políticas, sociais, econômicas e tecnológicas vivenciadas na sociedade da informação trouxeram novos desafios no campo profissional, o que inclui os profissionais que lidam com o tratamento, preservação e recuperação da informação.

Outro pressuposto, que ampara o questionamento da pesquisa, é que as mudanças de paradigma na Arquivologia, evidenciadas através de autores que apresentam uma abordagem pós-moderna ou pós-custodial sobre conceitos da área, em contraposição a uma abordagem clássica ou tradicional, trouxeram novas visões sobre o perfil do arquivista. Dentro do próprio pensamento arquivístico, portanto, há uma preocupação com o aperfeiçoamento do arquivista no mundo em transformação.

Enfim, questões internas e externas atuam sobre a profissão e a hipótese a ser trabalhada é que a análise das etapas de profissionalização permite verificar o estágio de reconhecimento do arquivista ou etapas a serem realizadas para obtenção de um pleno reconhecimento. Para isso, as experiências interdisciplinares da Arquivologia favorecem a interlocução com outras áreas do conhecimento de modo a se obter respostas para questionamentos apresentados nos estudos arquivísticos. E tendo em vista que a profissão não possui no cenário internacional uma padronização quanto aos cursos de formação e aos requisitos legais para atuação profissional, a pesquisa compreende como arquivista o que se configurou no Brasil para exercício legal da profissão: o profissional com graduação em nível superior em Arquivologia.

Assim, considerando os pressupostos e hipóteses, o trabalho tem como objetivo principal analisar as etapas de profissionalização do arquivista, identificando os fatores que podem propiciar maior reconhecimento social e valorização profissional, considerando a visão dos próprios profissionais, especificamente os que atuam no estado do Rio de Janeiro.

Como objetivos específicos a pesquisa pretendeu:

- Identificar características e atribuições relacionadas ao arquivista, de forma a delimitar o perfil desse profissional;
- Identificar o panorama da profissão no Brasil: campo de atuação, regulamentação, formação e associações profissionais;
- Analisar a percepção dos arquivistas – especificamente profissionais que atuam no estado do Rio de Janeiro – enquanto categoria profissional e relação com o mercado profissional.

O desenvolvimento da pesquisa recorre a uma combinação de métodos. Conforme esclarece Braga (2007, p. 34) a natureza da pergunta de pesquisa implica na utilização de duas ou mais abordagens metodológicas, o que se denomina triangulação. É adotada a triangulação na utilização dos métodos quantitativo e qualitativo para coleta de dados e no uso de uma teoria de uma disciplina para explicar o fenômeno de outra disciplina.

O trabalho apresenta caráter exploratório, ao realizar uma revisão de literatura da área arquivística, para abordar as mudanças de paradigmas evidenciadas por autores nacionais e estrangeiros e seus reflexos na visão sobre o perfil do arquivista, além dos estudos da sociologia das profissões, confrontando, assim, aspectos necessários para compreensão do fenômeno da profissionalização.

Além da revisão bibliográfica, utilizada para subsidiar a construção dos marcos teóricos, para coletar a percepção de uma parcela de arquivistas – especificamente os profissionais que atuam no estado do Rio de Janeiro e se enquadram na legislação brasileira que rege a profissão,

ou seja, graduados em Arquivologia – foi realizada uma pesquisa, com aplicação de um questionário fechado. As perguntas do questionário se basearam no trabalho do Observatório da Profissão de Informação-Documentação, de Portugal (PINTO e OCHÔA, 2006).

O questionário, utilizando da plataforma eletrônica do Google Drive, foi enviado através de correio eletrônico para associados da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ) e divulgado através de comunidades em redes sociais voltadas para arquivistas. A divulgação foi precedida por um pré-teste, sendo enviada para um pequeno grupo do público-alvo, para ajustes e validação. O questionário fechado foi elaborado com questões objetivas, ou seja, perguntas cujas respostas são definidas em meio a alternativas previamente estabelecidas, tendo ainda um campo para os pesquisados realizarem comentários. A utilização concomitante das metodologias quantitativa e qualitativa não são concorrentes ou excludentes, sendo úteis na pesquisa para se alcançar o objetivo geral.

A estrutura do questionário teve como eixos questões relativas aos dados de identificação dos pesquisados; a relação destes com a carreira e valoração das competências arquivísticas e iniciativas para um cenário prospectivo da profissão.

Para a obtenção de dados que subsidiaram aspectos desenvolvidos na seção sobre formação, atuação e associativismo, que contextualizam o marco empírico da pesquisa – os profissionais arquivistas – recorreu-se à pesquisa nos sites da Presidência da República, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Educação (MEC). Assim, foram obtidos, respectivamente, classificação e atribuições relacionadas ao arquivista na Lei e Decreto que regulamentam a profissão e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a relação de cursos de Arquivologia existentes no Brasil. Complementando as informações sobre os órgãos de formação e representação profissional foram consultados sites das associações profissionais e dos cursos de graduação e pós-graduação em Arquivologia.

Ainda como recurso metodológico, foi utilizada consulta via Lei de Acesso à Informação (LAI), para obtenção do quantitativo atualmente existente de profissionais no país, considerando os que estão devidamente registrados no MTE. O resultado parcial de um censo promovido pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) também subsidiou as informações sobre o perfil dos profissionais que atuam na área.

Vários autores na literatura nacional e internacional apontam a necessidade do investimento em pesquisa no campo arquivístico para o desenvolvimento da disciplina científica e da própria profissão e identificam um crescimento de produção científica, sendo, portanto, oportuno que novos estudos explorem a questão da profissionalização do arquivista. Como comentam Couture e Ducharme (2005, p. 63 apud Jardim, 2012, p. 143):

Como é o caso em qualquer disciplina, a pesquisa em Arquivologia evolui lentamente. A maioria dos autores concorda que a pesquisa em Arquivologia é essencial para o desenvolvimento da profissão. A era eletrônica obriga os elementos mais dinâmicos da nossa profissão a encontrar soluções para abrir novos caminhos. Embora possa ser modesta, a pesquisa de arquivos está em boa forma.

Couture, Martineu e Ducharme (1999, p. 55) propuseram uma enumeração mais ou menos detalhada, sintetizando os campos de pesquisa em Arquivologia, baseados em consulta a instituições de ensino arquivístico e pesquisadores de vários países. Foram identificados nove campos de pesquisa: objeto e finalidade da Arquivística; arquivos e sociedade; história dos arquivos e da arquivística; funções arquivísticas; gestão de programas e de serviços de arquivos; tecnologias; suportes e tipos de arquivos; o meio profissional (no caso, as instituições que abrigam os arquivos); e problemas particulares relativos aos arquivos.

O segundo deles – arquivos e sociedade – reúne os estudos sobre o papel social do arquivista, sobre o lugar que ocupa na sociedade. Esse campo de pesquisa compreende que a situação do arquivista no mundo contemporâneo pode se constituir em uma questão fundamental para o futuro da Arquivologia. Já a caracterização da Arquivologia como disciplina científica implica em uma mudança de perfil do arquivista, devendo ser considerados também os problemas relacionados à formação profissional, por conta das exigências do mercado profissional. Mesmo considerando que essa formação não deve se limitar ao fornecimento de mão de obra, pois a universidade é voltada primordialmente para a formação de cidadãos, nem por isso deve considerar ter a exclusividade na definição do que seja melhor para o conteúdo curricular e ignorar as demandas do mercado de trabalho.

Revisando a literatura existente sobre pesquisas em Arquivologia, Jardim (2012, p. 147) apresenta uma proposta de agenda de pesquisa, considerando tendências e elementos presentes na literatura da área e o contexto brasileiro. Nesta, são sugeridos 13 temas, sendo que três são diretamente relacionados ao profissional: o perfil da atividade arquivística; a percepção social dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas; e associativismo.

Ainda sobre abordagens de pesquisa, Martín-Pozuelo (2010, p. 202), que explora os estudos prospectivos, explica que não há uma definição absoluta sobre o que seriam as pesquisas sobre prospectiva e os estudos de futuro, sendo mais fácil determinar no que essa abordagem não se aplica. Não seriam técnicas adivinhatórias e não permitem prever o futuro, englobando, na verdade, um conjunto de disciplinas cujas metodologias são baseadas na observação sistemática, sendo mais próximas do campo científico. Acrescenta ainda que a

prospectiva, ao nos auxiliar a prever o que pode ocorrer, segundo determinadas circunstâncias e tendências, pode contribuir para construirmos o melhor futuro possível. Assim sendo, quanto mais incertezas cercam as projeções de futuro, se torna mais recomendável a prospectiva e sua utilidade crescerá na mesma proporção em que as incertezas aumentam.

A autora propõe que sejam empregados estudos também em prospectiva arquivística, que surge e se desenvolve para dar respostas a dúvidas e incertezas a respeito do futuro dos arquivos e da arquivística, de forma a propiciar o desenvolvimento de estratégias para promoção de seu desenvolvimento. Esclarecendo que as incertezas sobre o futuro da arquivística são muito diferentes e podem se aplicar a diversos campos de aplicação, Martín-Pozuelo propõe categorizá-las em quatro tipologias: científica, tecnológica, social e profissional. Na prospectiva profissional seria investigado o desenvolvimento profissional, isto é, o futuro do profissional da arquivística e dos arquivos, futuros ambientes de desenvolvimento profissional e de formação.

Os objetivos desse tipo de estudo, segundo Martín-Pozuelo (2010, p. 213) são: identificar os fatores chave que afetam o desenvolvimento profissional; identificar tendências de mudança; concepção e criação de cenários; identificar desafios imediatos e futuros. Apesar do presente trabalho não pretender oferecer um cenário prospectivo da profissão, a identificação do cenário atual de atuação do arquivista e sua análise sobre o ambiente profissional em que atua pode oferecer elementos que subsidiem novos trabalhos que avancem em propostas para problemas identificados atualmente.

Bonal-Zazo (2012) em artigo no qual busca verificar se a Arquivística atingiu uma fase científica, recorre ao conceito de paradigma de pesquisa de Thomas Kuhn, para avaliar teses de Doutorado na Espanha (no período de 1978 a 2011) que abordam arquivos e Arquivística. Para Kuhn (1971 apud Bonal-Zazo, 2012, p. 72) paradigma, no contexto da pesquisa científica é “[...] una realización científica universalmente reconocida que, durante cierto tiempo, proporciona modelos de problemas y soluciones a una comunidad científica”. Seria, portanto, um modelo de pesquisa aceito na comunidade científica.

Recorrendo a paradigmas de pesquisa reconhecidos nas Ciências da Informação e vinculando-os à Arquivística, Bonal-Zazo (2012, p. 78-79) os utiliza para realizar a verificação das teses, classificando-as conforme oito paradigmas propostos. Identificou que o mais utilizado (83%) foi o paradigma conservacionista ou tradicional, que se ocupa com o documento como objeto de análise, estudado em seus aspectos normativos, descritivos. Já o paradigma social foi um dos menos utilizados (apenas 3%), embora o autor identifique uma emergência desse tipo de pesquisa arquivística, pois as teses classificadas sob esse paradigma foram

defendidas após o ano de 2001. O paradigma social aborda aspectos relacionados com a dimensão social, tal como a formação, o uso da informação na sociedade, etc. E um dos aspectos abordados nesse contexto é a situação profissional, objeto somente de uma das teses do universo de pesquisa sobre o qual o autor se debruçou, o que evidencia a necessidade de ampliação de pesquisas que abordem o profissional ou se problematize o porquê da ausência de estudos que enfoquem a profissão.

Este estudo se justifica ao buscar oferecer uma contribuição aos estudos em Arquivologia sobre a profissão de arquivista no Brasil, fazendo uso das teorias da sociologia das profissões, para compreensão das etapas que permitem caracterizar a profissão como tal.

Considerando a importância que a informação ocupa na sociedade contemporânea, tanto em seus aspectos de preservação da memória quanto na garantia de direitos fundamentais e considerando o papel social do arquivista nesse processo, se faz necessário identificar se há uma correspondente valorização profissional, sob aspectos como colocação profissional, remuneração e reconhecimento por parte do Estado.

A dissertação se estrutura em introdução, onde foi apresentada a proposta da pesquisa – com a delimitação da pergunta de partida, dos pressupostos, hipótese, objetivos e a metodologia aplicada, assim como sua justificativa – e mais três seções, além das considerações finais.

A segunda seção possui caráter teórico-conceitual e aborda como as transformações vivenciadas na sociedade da informação e as mudanças de paradigma no conhecimento arquivístico influenciam a mudança de perfil do arquivista.

O marco empírico do trabalho é detalhado na terceira seção, com a identificação do cenário que envolve a profissão de arquivista no Brasil nos aspectos de formação, atuação profissional e associativismo e na qual se recorre aos estudos em sociologia das profissões para identificar as etapas da profissionalização do arquivista.

Na quarta seção é realizada a análise dos resultados do questionário aplicado junto aos arquivistas do estado do Rio de Janeiro. É apresentado o perfil do conjunto de profissionais pesquisados e a relação destes com a carreira e a valoração que atribuem para as competências arquivísticas e iniciativas sugeridas para um cenário prospectivo da profissão.

Encerrando, nas considerações finais é apresentada uma síntese do desenvolvimento do trabalho, além de reflexões e proposições para os questionamentos que motivaram a pesquisa.

2 O ARQUIVISTA EM UM MUNDO EM INTENSA TRANSFORMAÇÃO

A necessidade do arquivista se adaptar a um cenário de transformações em seu ramo de conhecimento e área profissional para atender as evoluções das tecnologias da informação e da comunicação é algo já abordado na literatura arquivística. No início do século XXI essa questão ainda se fazia presente:

A pergunta que muitos teóricos se fazem é: será que a tecnologia da informação e da comunicação desloca o papel dos arquivistas de guardadores de documentos para provedores de informação? É nesta quase constatação que eles/nós estamos redefinindo a profissão. Nos últimos 20 anos, temos todas as “desafiantes possibilidades” das tecnologias da informação, dentro da área de arquivos. Como se traduz essa revolução arquivística? (BELLOTTO, 2002, p. 47)

A autora considera que o advento dos documentos em suporte informático exige conhecimento, competência, métodos e meios de produção, utilização e conservação física especiais sobre os quais os arquivistas precisam se aprimorar. A modernização dos arquivos não implicaria em uma “nova Arquivologia”, mas leva à revisão de normas e métodos de trabalho, sendo importante que os arquivistas se capacitem para lidar com questões teóricas, metodológicas e éticas. Essa adequação e requalificação se refletem em um novo perfil, uma nova conduta e atuação no meio profissional, em que os desafios técnico-científicos são enfrentados em conjunto com outros profissionais que lidam com a informação.

A seguir serão apresentados, recorrendo à literatura em Ciência da Informação e Arquivologia, os desafios para os profissionais da informação e os questionamentos epistemológicos arquivísticos e que apontam para mudanças no perfil profissional.

2.1 OS DESAFIOS PARA OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

Sem desconsiderar as permanentes disputas das profissões pelo domínio de uma jurisdição específica, ou seja, o espaço de trabalho que é sua reserva de mercado, a dissertação se alinha com autores que consideram o arquivista inserido no grupo de profissionais da informação. Portanto, compartilham com outros profissionais que lidam com o tratamento e recuperação da informação dilemas em relação às transformações vivenciadas na sociedade da informação.

Como verificam Loureiro e Jannuzzi (2005), não há um consenso quanto ao conceito de “profissional da informação”. Recorrendo a uma revisão de literatura em Ciência da Informação, os autores constataam que o termo se tornou frequente, mas é utilizado ora se referindo somente aos bibliotecários, ora incluindo uma gama de profissionais de diferentes áreas de formação: analistas de sistemas, administradores de sistemas, analistas de mercado, consultores organizacionais, jornalistas, etc. Mas os autores, baseados em Smit (2000), reconhecem como áreas afins somente Arquivologia, Biblioteconomia/Documentação e Museologia, pois teriam como única diferenciação, a “grosso modo”, o uso que fazem da informação veiculada, respectivamente, através de documentos administrativos, livros e periódicos ou objetos, pois

A informação sendo uma, “informação” sem outros predicados, é o usuário, em sua busca, e de acordo com suas necessidades, que atribui funções diferenciadas à informação. É nessa acepção que proponho que passemos a entender as expressões “informação arquivística”, informação bibliográfica” e “informação museológica”, ou seja, entender que os atributos que especificam o termo-raiz “informação” não designam tipos de documentos mas tipos de utilização da informação. (SMIT, 2000, p. 128)

O termo consta como verbete no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia definido como o

1. profissional que coleta, processa e difunde informação. 2. Mediador da informação, tendo habilidades e conhecimentos para lidar com elas, gerando valor agregado para atingir os objetivos de uma organização; agente intermediário, profissional do conhecimento. ⇔ arquivista, bibliotecário, documentalista, cientista da informação. (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p. 295)

Apesar da falta de consenso, no Brasil o termo tem sido apropriado não somente no campo acadêmico, como também no campo profissional, visto que recentemente foram criados uma associação e um sindicato que o utilizam para denominar seus filiados: a Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO)¹ e o Sindicato Nacional dos Profissionais da Informação (SinaInfo)².

A ABRAINFO, fundada em 23 de novembro de 2012, na cidade de São Paulo-SP, não especifica as formações exigidas dos associados. Em seu estatuto prevê apenas que será

¹ Sítio eletrônico: <http://www.abrainfo.org.br>

² Sítio eletrônico: <http://www.sinbiesp.org.br>

composta por pessoas físicas e jurídicas, que para serem admitidas como associados, devem preencher formulário de solicitação de admissão, onde declarem que exercem atividade no setor de informação ou que se interessam por ele, e, no caso de estudantes, que comprovem que estão matriculados em curso relacionado a esse setor. Admissão solicitada, esta será ainda encaminhada para análise e aprovação da Diretoria Executiva da ABRAINFO.

Já o SinaInfo tem origem no Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo (SinBiESP), fundado em 22 de agosto de 1985 e que, em Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2014 manteve a sigla, mas alterou a razão social para Sindicato dos Bibliotecários, Cientistas da Informação, Historiadores, Museólogos, Documentalistas, Arquivistas, Auxiliares de Biblioteca e de Centros de Documentação no Estado de São Paulo. E em Assembleia Geral, realizada em 18 de junho de 2015, deliberou por estender a base territorial do sindicato, que se limitava ao estado de São Paulo e se tornar um sindicato nacional, aproveitando a estrutura já existente e admitindo a adesão dos mesmos profissionais incluídos na alteração estatutária de 2014.

Vivenciamos um período de intensas transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas, inseridas em um contexto de globalização, que afetam em maior ou menor grau todas as instituições sociais. A isso se soma a emergência de um novo perfil de usuário, que atua tanto como produtor ou consumidor da informação. Nesse contexto, como coloca Borges (2004, p. 58), “os dois bens primordiais do ponto de vista econômico, com características próprias e diferenciadas dos outros bens, são a informação e o conhecimento, pois o seu uso não faz com que se acabem ou sejam consumidos”.

Assim, a atuação do profissional da informação é diretamente afetada. A autora elenca as características da sociedade da informação que o profissional deve compreender para ter uma atuação satisfatória no mercado de trabalho:

- a grande alavanca do desenvolvimento da humanidade é o homem;
- a informação é um produto, um bem comercial;
- o saber é um fator econômico;
- a distância e o tempo entre a fonte de informação e o seu destinatário deixaram de ter qualquer importância. As pessoas não precisam se deslocar porque são os dados que viajam;
- as tecnologias de informação e comunicação alteraram a noção de valor agregado à informação e interferiram no ciclo informativo tanto do ponto de vista dos processos e das atividades, como da gestão e dos custos;
- o registro de grandes volumes de dados é feito com um baixo custo;
- o processamento automático da informação realiza-se em alta velocidade;
- a armazenagem de dados utiliza memórias com grande capacidade;

- a recuperação da informação conta com estratégias de busca automatizadas mais eficientes e relevantes, possibilitando acesso às informações armazenadas em bases de dados, em vários locais ou instituições;
- o usuário da informação pode ser também o produtor ou gerador da informação, além de ser também o seu controlador;
- a probabilidade de serem encontradas respostas inovadoras a situações críticas é muito superior à situação anterior;
- o monitoramento e avaliação do uso da informação são reforçados e facilitados, e tornaram-se mais rápidos, menos onerosos, mais consistentes e confiáveis. (BORGES, 2004, p. 59)

Como afirma Castells (1999, p. 26), é a habilidade das sociedades dominarem as tecnologias da informação e comunicação que traçará os seus destinos e, embora não seja a tecnologia quem determina a mudança social e a evolução das nações, é ela: “que incorpora a capacidade de transformação das sociedades”. Especificamente no caso dos arquivistas, isso se reflete, por exemplo, na busca de soluções para a preservação de documentos nato-digitais, garantindo a integridade e segurança das informações e de preferência com os menores custos possíveis. Além dos conhecimentos relacionados às atividades tradicionais próprias da profissão, passou a ser necessário ter familiaridade e manter-se atualizado sobre as tecnologias de informação, tanto no que se refere aos *softwares* quanto aos *hardwares*.

Com isso se evidencia a importância do profissional da informação se conscientizar da relevância da aprendizagem ao longo da vida. A educação continuada é um elemento fundamental para que as competências e habilidades profissionais sejam mantidas e seja realizada uma melhoria contínua na execução das atividades profissionais. Mesmo na graduação, é necessário que este profissional seja estimulado a ter uma postura crítica, investigativa, capaz de entender o seu mundo para que se familiarize com os mecanismos que afetam as transformações sociais e esteja apto a lidar com as mudanças técnico-científicas que afetam sua área de atuação.

Mesmo com a formação contínua, um aspecto recorrentemente apontado por autores em Ciência da Informação é a impossibilidade de um único profissional da atualidade reunir todas as habilidades e conhecimentos necessários para solucionar os problemas decorrentes do aumento contínuo nos fluxos de informação. Assim, é necessário que os profissionais se habituem a trabalhar em equipes inter e multidisciplinares, considerando os diferentes níveis gerenciais e operacionais do trabalho, com vista a um melhor resultado no tratamento e recuperação da informação.

Considerando o exposto, Valentim (2002, p. 127-128) resume os novos paradigmas que devem ser assumidos pelos profissionais em sua atuação profissional:

- Ter a informação como objeto de trabalho e pesquisa;
- Aceitar e entender a interdisciplinaridade teórico-metodológica da área;
- Considerar as tecnologias de informação e a telecomunicação, estrutura básica de trabalho;
- Elaborar novas metodologias de tratamento da informação buscando futuros cenários;
- Saber trabalhar com equipes multidisciplinares, uma vez que trabalhar com informação é uma atividade complexa;
- Implementar novas formas de mediação da informação;
- Reestruturar os canais de distribuição, disseminação e transferência de informação visando otimizar o uso da telecomunicação e das tecnologias de informação;
- Participar ativamente do planejamento de políticas de informação para o país;
- Ter consciência do papel estratégico da informação para o desenvolvimento socioeconômico das empresas e do país;
- Compreender o universo informacional existente e sua relação com a globalização econômica;
- Ser e agir como agente de transformação social;
- Conhecer realmente as necessidades informacionais dos indivíduos ou grupos que fazem parte da comunidade usuária de uma determinada unidade de informação;
- Ser um profissional aberto e crítico, com grande capacidade de adaptar-se as mudanças.

Apesar dos desafios apresentados, não se podem desperdiçar as grandes oportunidades que as mudanças também proporcionam, pois como comentam Jambeiro e Silva (2004, p. 14), assim como as tecnologias estimulam a autonomia do usuário, aumentam a necessidade de intermediação, com o grande volume de informação produzida/consumida. Isso representa uma oportunidade para os profissionais da informação atuarem como importantes “filtros”, atuando de forma proativa junto aos usuários e proporcionando serviços que atendam suas necessidades.

Por outro lado, deve haver a compreensão de que para os gestores e a sociedade, de forma geral, esse papel de intermediação deve ser realizado com sucesso, independentemente da formação ou grupo profissional que o realize, importando mais as habilidades, competências e domínio do conhecimento apresentado. Essa questão reforça a importância da reflexão sobre a profissionalização do arquivista, pois é um aspecto a ser considerado na questão do domínio do saber e consequente exclusividade na realização de determinadas atividades.

2.2 AS MUDANÇAS DE PARADIGMA NA ARQUIVOLOGIA: NOVAS VISÕES SOBRE O PERFIL DO ARQUIVISTA

É possível estabelecer que o surgimento dos arquivos tenha acompanhado o surgimento da escrita, por volta de uns seis mil anos a.C. Se passaram séculos para que o desenvolvimento dos conhecimentos sobre os arquivos, baseados na prática, levassem ao surgimento da Arquivologia como disciplina científica. Schmidt (2012, p. 103) propõe uma periodização para a trajetória epistemológica da Arquivologia, que seria caracterizada pelas seguintes fases: Arquivologia Clássica, período pré-paradigmático, iniciado na Revolução Francesa (1789) e se estendendo até o pós II Guerra Mundial (década de 1940); Arquivologia Moderna, fase de transição, em que a área tem suas teorias e métodos ampliados (período que compreende até o final da década de 1980) e a Arquivologia Contemporânea, período vivenciado atualmente.

Caracterizada em suas origens pelo pragmatismo, a Arquivologia se baseava nos seguintes princípios:

O *objeto* da “arquivologia clássica” era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração; era o arquivo (*fond d'archive*) custodiado por uma instituição arquivística. Suas principais *entidades* eram os documentos de arquivo como “artefatos” físicos, e as interações entre essas entidades eram consideradas orgânicas por natureza.[...] Os *objetivos* e a *metodologia* poderiam ser descritos como o controle físico e intelectual dos documentos, a partir da aplicação do princípio da proveniência e de seu desdobramento na ordenação dos documentos de acordo com a organização dada no órgão produtor, na perspectiva de contribuir para o controle da administração em geral e da administração pública em particular, para a preservação da memória e para a garantia de fontes históricas. (FONSECA, 2005, p. 55-56)

No entanto, esses princípios arquivísticos, já defendidos no clássico manual dos arquivistas holandeses, de 1898, e em outros manuais do início do século XX, começaram a deixar de atender as necessidades geradas com o exponencial aumento dos documentos gerados pela moderna administração, principalmente no período pós II Guerra Mundial.

A introdução dos conceitos de gestão dos documentos e da teoria das três idades, preconizando o tratamento documental desde a sua criação, começou a romper com alguns paradigmas da área, o que trouxe impacto no perfil profissional, segundo comentário de Jardim e Fonseca (1992, p. 35):

Após a II Guerra Mundial, encontramos na concepção teórica e prática da gestão de documentos o outro marco histórico que redefine a administração das instituições arquivísticas, amplia essa área de conhecimento e estabelece novos perfis profissionais.

Segundo Ribeiro (2002, p. 99), o enfoque voltado, inicialmente, para os arquivos ditos históricos se estendeu, sobretudo no mundo anglo-saxônico, para as administrações correntes ou como vieram a ser conhecidas, como *records managment*.

O surgimento dos documentos eletrônicos, que se disseminaram, principalmente, a partir da década de 1980, graças à popularização dos computadores pessoais, constitui outro fato que provocou reflexões no meio arquivístico. Para Santos (2005, p. 20) a proliferação dos documentos eletrônicos sem controle técnico se tornou um dos grandes problemas para a Arquivística moderna, devido à falta de atenção por parte dos produtores/acumuladores.

Mesmo em países como o Brasil, que não seguiam a visão anglo-saxônica, de ruptura entre o gerenciamento e controle dos documentos correntes dos documentos permanentes, ocorre um novo enfoque à gestão documental, em razão da produção e uso, cada vez mais frequente, dos documentos eletrônicos na administração.

[...] o advento das tecnologias de informação, a produção de documentos digitais e a constatação de que não chegariam à fase permanente aqueles que não fossem submetidos a procedimentos adequados de produção, uso, trâmite, conservação e avaliação e, muito provavelmente, estariam perdidos – principalmente devido à fragilidade do suporte e a obsolescência de hardware e software – valorizam a gestão de documentos arquivísticos. Os arquivistas que atuam na gestão de documentos – *record managers*, segundo a definição norte-americana – estão assumindo seu papel como profissionais essenciais à consecução dos objetivos da instituição à qual estão vinculados. (SANTOS, 2007, p. 177)

Para Fonseca (2005, p. 57) essas mudanças geraram duas abordagens complementares no campo do conhecimento arquivístico: uma que identifica que ocorre uma mudança de paradigma e outra que identifica sua inserção em uma nova episteme, a pós-modernidade. A autora, baseada no teórico holandês Theo Thomassen, comenta que essas novas abordagens fizeram com que o diálogo científico no campo arquivístico deixasse de ser, primordialmente, com a História e passasse a ser realizado com as áreas de Administração, Informática e Ciência da Informação.

Com a proposição de uma Arquivologia pós-moderna ou pós-custodial, em contraposição à Arquivologia tradicional ou clássica, Fonseca apresenta, a partir das ideias de Thomassen, uma análise dos elementos do novo paradigma da disciplina arquivística.

O *objeto* da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do “arquivo” para a informação arquivística, ou “informação registrada orgânica”, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de

forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida. Para Thomassen, este é um objeto duplo, uma vez que se refere à informação arquivística (conteúdo semântico do documento) e ao seu contexto gerador, ou seja, o processo de criação dos documentos (conteúdo diplomático do documento). As *entidades* fundamentais da arquivologia também são duplas: o documento individual e suas relações com os processos administrativos geradores. Seu *objetivo* além da acessibilidade é: a manutenção da “qualidade arquivística”, ou seja, da clareza, da força e da resistência dos laços entre a informação e o processo administrativo que a gerou. A *metodologia* consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise das relações entre os documentos e seus geradores, de forma a estabelecer, manter e analisar a autenticidade, a segurança e a fidedignidade desses documentos. (FONSECA, 2005, p. 59)

Defensor do pensamento pós-moderno, Cook (1998, p. 139) combate o pensamento positivista e o empirismo “factual”, que estariam desacreditados e que segundo ele norteavam o pensamento arquivístico, apresentando as novas funções dos arquivistas.

Evoluíram de uma suposta posição de guardiães imparciais de pequenas coleções de documentos herdadas da Idade Média, para tornarem-se agentes intervenientes que estabelecem os padrões de arquivamento e deliberam sobre qual pequena fração do universo de informações registradas será selecionada para a preservação arquivística (COOK, 1998, p. 139).

Ainda sobre as novas competências a serem demandadas ao arquivista, Lopes (1996, p. 52) ao tratar do papel a ser exercido pelo arquivista como gestor junto à administração, defendia a necessidade da

[...] criação de um seletivo grupo que seja capaz de planejar as atividades de gestão da informação arquivística em diversos níveis de complexidade e de treinar os agentes operacionais específicos. Os que não são planejadores ou agentes operacionais, mas trabalham com gestão da informação, seriam instruídos e influenciados pelas práticas dos primeiros. Este efeito multiplicador teria que estar associado a uma produção intelectual que esclarecesse as bases mínimas de um trabalho de qualidade científica (LOPES, 1996, p. 52).

Rousseau e Couture (1998, p. 47) apontam que o arquivista contemporâneo desempenha um triplo papel cultural, administrativo e científico, pois para eles “a faceta cultural está ligada ao conceito de memória. O arquivista contemporâneo tem o mandato de definir o que vai constituir a memória de uma instituição ou de uma organização.”

Dentro desse contexto, o arquivista não pode se limitar a aprender a prática arquivística, sob risco de empobrecimento intelectual da profissão. Esse é um risco maior do que os problemas referentes aos escassos recursos financeiros e humanos, pois compromete a

valorização junto aos empregadores e reconhecimento por parte da sociedade (COX, 1998. p. 61).

Jardim (1998, p.3) reforça esse aspecto ao defender a reprofissionalização do arquivista, pois

Em um quadro de profundas transformações, o arquivista deve ser formado sobre o paradigma do “aprender a aprender”. “Aprender a fazer” não é mais suficiente para o arquivista da era da informação. Como tal, não pode ser apenas um reproduzidor de conhecimento, mas um produtor de conhecimento.

Essa preocupação com a formação do profissional como um produtor de conhecimento é compartilhada por diversos autores ao tratar dos profissionais da informação. Para Guimarães (2000 apud LOUREIRO e JANNUZZI, 2005, p. 135) é por meio da melhor formação que o profissional pode obter maior reconhecimento por parte da sociedade.

Na administração pública, essa responsabilidade implica em sua participação na elaboração e implantação de políticas públicas na área de informação, além de maior participação nas decisões que envolvem sua área de atuação. De acordo com Jardim (2003, p. 43), “mais que qualquer profissional, supõe-se que o arquivista tenha amplo domínio da legislação e atue, individual ou coletivamente, na dinâmica da sua implantação”.

Sobre a atuação do arquivista junto aos gestores que lideram as organizações, Brochu (2006, p. 2-3) defende que tendo sucesso em promover a importância do papel desempenhado pelo arquivo, o profissional deve ser “oportunista” para obter todos os recursos (humanos, financeiros, materiais e tecnológicos) necessários para a implantação, manutenção e desenvolvimento de suas atividades. Não obtendo sucesso, deve encontrar outros meios para realizar suas operações, seja recorrendo às terceirizações (de guarda dos documentos, por exemplo) ou estabelecendo parcerias com setores com mais recursos financeiros.

No aspecto da atualização profissional, é apontada a necessidade do arquivista ter facilidade para lidar com as mudanças tecnológicas, considerado fundamental para sua inserção. Segundo Andrade (2006, p. 153) o arquivista deve estar habilitado a exercer as diversas atividades a que se propõe, considerando as tecnologias disponíveis.

Santos (2007, p. 188), após elencar as competências requeridas ao profissional de arquivo, apontadas por profissionais especialistas da área da informação e docentes do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB), conclui que “os verbos modificar, melhorar, participar, inovar e recriar representam ações técnicas, porém criativas e pró-ativas que os arquivistas devem assumir”. Ele opõe essas características àquelas que considera como erradas

por parte dos arquivistas: serem depositários passivos de conhecimento, para quem as informações recebidas só saem sob demanda, sem iniciativas de difusão e que priorizam a preservação das informações, a ponto dessa prioridade resultar em restrição de acesso.

Uma participação ativa do arquivista junto à administração, influenciando no processo decisório das organizações, é sempre outra característica apontada, inclusive por Bellotto (2007, p. 306) que aborda um importante papel para o arquivista: atuar na “informação estratégica”, aquela requerida pelos administradores de uma organização na tomada de decisão.

Silva e Santos (2007, p. 99) abordam a necessidade de os arquivistas atuarem na formulação de uma política arquivística capaz de contribuir com um programa de inteligência competitiva e apontam que “necessitam adotar uma consciência crítica com relação às novas exigências, apresentadas pelo mercado contemporâneo e globalizado, visando sua habilitação para atividades que envolvem cada vez mais a intelectualidade”.

Essa necessidade do arquivista se incumbir de novas funções e responsabilidades, mostrando sua importância para a melhoria dos processos administrativos, reflete a preocupação de que o mercado profissional, ávido por soluções rápidas e eficazes para o tratamento das informações arquivísticas, vem fazendo a gestão das informações sem a participação desse profissional. Para Moreno (2007, p. 18) o que vem sendo denominado como informação estratégica seria objeto de ação do arquivista.

Apreende-se das abordagens apresentadas que o perfil do arquivista contemporâneo, conforme a literatura arquivística, deve compreender além do exercício das tradicionais atividades intrínsecas à profissão, como organização, classificação e descrição de documentos. Este deve ser proativo, ou seja, antecipar usos da informação e ter iniciativa para formular e propor soluções para o gerenciamento dos documentos. Além disso deve saber utilizar as ferramentas tecnológicas disponíveis, ter competência gerencial e saber refletir sobre o seu fazer arquivístico, para ampliar e produzir o conhecimento específico da área.

3 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ARQUIVISTA E O PANORAMA BRASILEIRO

Na seção anterior foram abordadas as mudanças no perfil do arquivista – sinalizadas na literatura brasileira e internacional em Arquivologia e Ciência da Informação – para se adequar às transformações vivenciadas na sociedade da informação e as mudanças de paradigma na episteme arquivística.

Agora será explorado o marco empírico do trabalho – o arquivista – considerando o desenvolvimento da profissão, o panorama atual no Brasil e as etapas de profissionalização preconizadas por autores da sociologia das profissões. Isso irá guiar a análise que será realizada sobre a situação da profissão no Brasil e o perfil dos arquivistas que atuam no estado do Rio de Janeiro.

3.1 PANORAMA DA PROFISSÃO NO BRASIL

Nesta subseção são apresentados os diferentes aspectos relacionados ao arquivista no Brasil: histórico da profissão; os marcos legais existentes para exercício da profissão; o código de ética profissional, que orienta a atuação dos profissionais; o quantitativo de profissionais registrados no MTE; panorama da formação, apresentando os cursos de graduação e pós-graduação existentes; e o panorama das instituições de classe existentes, ou seja, as associações profissionais.

3.1.1 Histórico, marcos legais, código de ética e profissionais registrados

Segundo Souza (2011, p. 51), o arquivista pode ser definido como um

[...] profissional com formação formal em Arquivologia, dotado de conhecimentos para planejar, gerenciar e disponibilizar os documentos e as informações arquivísticas. Além disso, exerce uma função social que se inicia desde o momento da produção documental e se estende a todos os usuários. Consequentemente, seu espaço de trabalho está garantido em toda e qualquer instituição que produza, armazene e disponibilize informação, independente do suporte.

Essa concepção do que é ser arquivista, no entanto, é relativamente recente e experimentou alterações ao longo do tempo. No âmbito mundial, há evidências de que a

existência da profissão é remota, estando associada ao momento em que surge a escrita e o homem começa a registrar informações em algum suporte, produzindo e custodiando documentos, com a prática de arquivar documentos se perpetuando até os dias atuais. O reconhecimento e a regulamentação ocorrem muito posteriormente, sendo difícil precisar um marco que caracterize o surgimento da profissão como tal.

Em seus primórdios, as referências ao ofício de arquivista são associadas ao poderio real, como responsável pela organização e custódia de preciosos documentos oficiais das administrações. Na Grécia Antiga, por volta de 350 a.C., os documentos oficiais do Estado ateniense passaram a se concentrar no Métrôon ou templo de Cibele, a Mãe dos deuses. E foram os gregos que transmitiram aos romanos e primeiros cristãos o termo *archeion*, que apesar de sua ambiguidade (inicialmente era sinônimo de santuário onde se resguardavam assentos próprios de uma magistratura) foi adotado na forma latina *archivum*.

Os romanos foram além e graças à importância que concediam à complexa administração do Império Romano, não só criaram arquivos centrais (*tabularium*, pois o termo *archivum* ainda não fora adotado no léxico romano), como também desenvolveram um sistema público de arquivos e chegaram a contar com um corpo profissional especializado.

O termo *archivum* só viria a se consolidar na transição do Mundo Antigo para a Idade Média, época na qual se observa uma confusão entre a natureza dos acervos de arquivos e bibliotecas. Contrariando o lugar comum de que a tradição arquivística quase se perdeu durante a alta Idade Média europeia, Silva et al. (2009, p. 71) observam que “a instabilidade política e social que então se instalou, as evidentes dificuldades institucionais daí decorrentes e a fraca resistência dos suportes é que levaram à perda quase total dos arquivos da época”. No entanto, nas principais comunidades, nas cortes e nos mosteiros (que possuíam os *scriptoria*) essa tradição se manteve. Na baixa Idade Média, com o renovado interesse pelas normas do direito romano, é retomado o valor e função da escrita, o que também recuperou a importância que os arquivos tinham na Antiguidade.

Loureiro e Jannuzzi traçam o histórico das profissões ligadas ao tratamento da informação e baseando-se em estudo de Peter Burke, apontam o marco da distinção do acervo de arquivos e bibliotecas. Esse marco seria a invenção da imprensa de tipos móveis por Gutenberg, em meados do século XV, que acentuou o aumento do número de publicações, as quais se tornaram produtos industriais.

[...] a partir dela, os documentos manuscritos foram separados dos impressos e organizados como um tipo particular [...]. Essas coleções de documentos

passaram a constituir o acervo dos arquivos, sendo os arquivistas os “guardiães especiais” desses materiais. (BURKE apud LOUREIRO e JANNUZZI, 2005, p. 128)

Burón Castro (1994, apud SOUZA, 2011, p. 52) assinala que “o vocábulo arquivista se emprega desde fins do século XVI, mas sobretudo a partir do XVII” na Europa. Ainda naquele período, o saber adquirido através da prática milenar de organização dos arquivos começa a ganhar contornos de um conhecimento sistematizado e as rotinas da profissão começam a ser consolidadas.

No contexto do Iluminismo e da Revolução Francesa surge a noção de arquivo público, sob a concepção de mantenedora da memória nacional, com centralização do Estado, encarregado da organização e preservação dos documentos produzidos pela administração pública. Surge uma dicotomia dos arquivos servirem tanto à Administração como à História, pois também se inicia uma liberalização no acesso aos documentos, aumentando as pesquisas, ainda que inicialmente restritas a um público erudito. Quanto aos profissionais que organizavam esses arquivos, vemos que

A partir de 1609, de acordo com Burke (2003), os governos de países como a Inglaterra, a Espanha e a França, começaram a atribuir nomeações oficiais aos profissionais organizadores, que eram chamados de arquivistas ou curadores de documentos. Muitos desses profissionais eram estudiosos e eruditos que desempenhavam, primeiramente em tempo parcial e depois, em tempo integral, atividades de guarda, organização e indexação de documentos. (LOUREIRO e JANNUZZI, 2005, p. 129)

Esse período também é marcado pela supressão de locais onde os arquivistas aprendiam e desenvolviam seu trabalho, como a maior parte dos mosteiros, além de tribunais. Com isso, foi necessário a criação de escolas que pudessem formar novos profissionais habilitados para a leitura e interpretação de documentos, ocorrendo uma aproximação entre a Arquivologia e a Diplomática. Como comentam Rousseau e Couture (1998, p. 54), “a formação em Arquivística inicia-se no século XIX com a criação de grandes escolas especializadas: *École des Chartes* em Paris em 1821, a de Viena em 1854, a de Madrid em 1856 e a de Florença em 1857”.

Com o desenvolvimento da função científica dos arquivos e crescente valorização das fontes históricas, a *École des Chartes* desenvolve um modelo que influenciou toda a Europa, com a formação de arquivistas-paleógrafos voltados para a elaboração de instrumentos de pesquisa, além de publicação de fontes. Nesse contexto, o arquivista é então considerado um profissional capaz de apreciar o valor de um documento, se assemelhando a um conservador de arquivos ou historiógrafo (MARQUES, 2013, p. 54).

Na segunda metade do século XIX, em uma perspectiva historicista e positivista, os arquivos se colocam à disposição dos estudos históricos e a Arquivologia se afasta da Paleografia e da Diplomática para ser uma disciplina auxiliar da História. Ocorre um desinteresse em relação aos arquivos contemporâneos, visão que se manteve, em parte, até a II Guerra Mundial. Com a preocupação voltada para o estabelecimento de normas para a identificação e recolhimento de documentos considerados de valor histórico, “passa a ser incumbência do arquivista a avaliação e seleção dos documentos que deveriam ser preservados e não mais simplesmente sua conservação, como tradicionalmente era feito”, aponta Favier (2001, apud MARQUES, 2013, p. 55).

No contexto do período pós II Guerra Mundial, com a intensificação da produção documental, fenômeno conhecido como “explosão documental”, desenvolve-se o conceito de gestão de documentos, grande contribuição do pensamento arquivístico norte-americano, que depois se estenderia para a Europa e que considerava a intervenção arquivística ainda na produção documental. Isso implicava em uma maior aproximação da Arquivologia com a Administração, afastando-se de uma corrente tradicional da Arquivologia mais vinculada à História. Isso levou, nos Estados Unidos, a uma distinção entre os arquivos administrativos e os arquivos históricos, que resultaria também na própria divisão dos profissionais encarregados de cada um, respectivamente: o gestor de documentos (*records manager*) e o arquivista (*archivist*). De forma concomitante, as interlocuções arquivísticas entre diferentes países, resultam em diferentes e inovadoras abordagens dos princípios arquivísticos e do ofício arquivístico, mas de forma geral passa a predominar uma mudança na postura do arquivista. Este deixa de ser um mero receptor de documentos e passa a assumir um papel mais dinâmico, colaborando com as administrações desde a criação dos documentos até sua destinação final (SOUZA, 2015, p. 44-45; MARQUES, 2013, p. 68-91).

Na América Latina, especificamente, verifica-se a influência espanhola e norte-americana nas práticas e teorias arquivísticas, que precisam contornar problemas estruturais das sociedades nas quais estão inseridas. Como comentam Jardim e Fonseca (2003, p. 54),

Os arquivistas latino-americanos constituem um coletivo profissional no qual se inserem vários perfis, mas têm em comum a sua inserção em sociedades profundamente desiguais, periféricas na ordem internacional da informação. Dada a comercialização globalizada das tecnologias da informação – sem esquecer as distintas condições para a sua aquisição –, um arquivista latino-americano tende, por princípio, a confrontar-se com problemas semelhantes, no gerenciamento arquivístico, a dos seus colegas de países centrais. Ao contrário da maioria dos seus colegas do chamado Primeiro Mundo, não conta, porém, com políticas públicas de arquivos, administra um enorme déficit de

gestão arquivística causado por anos de negligência do Estado e tem uma escassa visibilidade social.

No Brasil, o exercício da profissão também antecede em muitos anos seu reconhecimento oficial através de regulamentação. Inicialmente, a profissão foi reconhecida pela administração pública, que, ao criar órgãos responsáveis pela custódia dos documentos oficiais, designava os profissionais que nelas atuavam.

No Arquivo Nacional, fundado em 1838, seguindo o movimento europeu, pós Revolução Francesa, com ênfase na preservação dos documentos considerados símbolos da identidade nacional, isso se refletia no perfil da profissão, conforme descreveu Michel Duchein em artigo sobre os 150 anos da instituição.

Nos grandes depósitos – como o Public Records Office da Inglaterra, criado no mesmo ano em que o Arquivo Nacional do Brasil, ou os Arquivos do Reino da Bélgica, instituídos em 1831 –, a função da “memória” era preponderante. Os arquivistas eram historiadores, paleógrafos, diplomáticos. Os métodos de arranjo baseavam-se nas grandes épocas da história e nas estruturas governamentais e administrativas do passado. Não havia muita preocupação em recolher documentos novos e, menos ainda, em adaptar os quadros de arranjo à evolução administrativa. O termo *arquivo histórico*, muito na moda entre 1830 e 1850 em toda a América Latina, caracteriza essa concepção, que corresponde ao despertar da consciência nacional do século XIX. (DUCHEIN, 1988, p. 92)

Em 1941, uma reforma aplicada em alguns ministérios do governo federal provocou alterações na estrutura e organogramas ministeriais, afetando algumas categorias profissionais. O Decreto-Lei nº 3.321, de 30 de maio, que alterava as tabelas dos quadros do Ministério das Relações Exteriores, introduziu uma divisão na denominação da carreira, diferenciando arquivistas (com atribuições mais simples e funções de execução) de arquivologistas (com atribuições mais complexas, de coordenação e planejamento). Curiosamente, o Arquivo Nacional considerava desnecessário o emprego de arquivologistas em seu quadro funcional.

Em 1947 o Arquivo Nacional recebeu 10 arquivologistas que, somados aos 6 arquivistas, perfaziam 16 servidores do quadro técnico. A direção pediu a supressão do número de arquivologistas, alegando que são “pouco ou nada eficientes os funcionários desta categoria” e que a relação fora feita à sua revelia. [...] “O Arquivo Nacional” escrevia o Diretor no Relatório de 1947, “não necessitava de funcionários que ostentam títulos improvisados ou vagas tinturas de erudição exótica em matéria arquivológica, colhida nos manuais de arquivologia, ao lado de uma ignorância crassa, quase invencível, nos mais elementares conhecimentos relativos à tarefa diária, rotineira do Arquivo”. (RODRIGUES, 1959, p. 46 apud SOUZA, 2011, p. 55)

Nova reformulação na administração federal afetaria a profissão em 1960, através da Lei nº 3.780, de 12 de julho, que tratava do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público e que extinguiu o cargo de arquivologista, substituído pelo de documentalista, para o qual era exigida formação superior em Biblioteconomia.

Com o início da ditadura militar, em 1964, órgãos estratégicos, responsáveis pela segurança da informação, incluíram arquivistas em seus quadros, mas a profissão permaneceu ocupando um papel inexpressivo na administração pública. Situado no mesmo nível de datilógrafos, escreventes e auxiliares de portaria, em 1970 o cargo de arquivista acabaria sendo retirado do Plano de Classificação de Cargos.

Nesse cenário e com a ausência de regulamentação da profissão, outros profissionais se inseriam nas funções arquivísticas, situação essa agravada com o Decreto nº 72.493, de 19 de julho de 1973, que tratava da distribuição hierárquica de categorias funcionais de nível superior ou habilitação equivalente. Neste decreto os arquivistas – na época eram assim considerados os profissionais que executavam suas funções nos arquivos ou que ingressavam em suas instituições com essa denominação – foram enquadrados nas categorias funcionais de Técnico em Assuntos Culturais, para o qual era exigida formação em História ou Museologia e na de Bibliotecário, com formação em Biblioteconomia ou habilitação legal equivalente. (SOUZA, 2011, p. 58).

Apesar das reformulações na administração federal, em vários estados e municípios o cargo de arquivista foi mantido ou mesmo incluído. No Rio de Janeiro, por exemplo, o cargo fora incluído no serviço público do então estado da Guanabara em 1968, através do Decreto “N” nº 1.100, de 22 de julho.

Finalmente, graças à mobilização dos profissionais organizados na Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), fundada em 1971 e que conseguira a aprovação do currículo mínimo do curso superior em Arquivologia em 1974, garantindo uma formação formal para os profissionais, foi obtida a regulamentação da profissão, através da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, regulamentada pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978. Marcos legais para o exercício da profissão, estabelecem que este só é permitido aos diplomados por curso superior de Arquivologia e registrados na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE, antiga Delegacia Regional do Trabalho) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Por ocasião da promulgação da lei, também foi prevista a habilitação profissional para os denominados provisionados, ou seja, que comprovassem possuir cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados no campo profissional da Arquivologia até então.

Na regulamentação da profissão, juntamente com a de Técnico de Arquivo, também são elencadas suas atribuições:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Portanto, é atribuída ao arquivista competência para atuar em todo o ciclo vital dos documentos, realizando as atividades de planejamento para criação de documentos, avaliação e classificação (próprias da fase corrente); arranjo, descrição, conservação e estudos sobre documentos culturalmente importantes (próprias da fase permanente), conforme terminologia da época. (SANTOS, 2015, p. 46).

Cabe destacar que a lei de regulamentação consagrou o termo “arquivista” como designação da profissão no Brasil, em detrimento do termo “arquivologista”, que era utilizado até então como sinônimo, sendo geralmente associado especificamente ao profissional de nível superior. Já o profissional de nível médio, que era associado ao termo “arquivista”, passou a ser denominado como “técnico de arquivo”. Mesmo assim, devido à inexistência de cursos técnicos, que mesmo após a lei não foram implantados e, portanto, sem a formação de técnicos de arquivo, os arquivistas permaneceram sendo erroneamente associados a profissionais sem formação superior.

Se adequando à regulamentação, o Decreto nº 90.740, de 20 de dezembro de 1984, criou o Grupo - Arquivo, do Serviço Civil da União, abrangendo atividades de nível superior e médio, referentes a planejamento, estudos, projetos e execução de trabalhos em arquivos correntes, intermediários e permanentes. Neste decreto foram incluídas as categorias profissionais de

arquivista e técnico de arquivo, obedecendo como requisitos para preenchimento dos cargos o que prevê a Lei nº 6.546/78.

Em 2015, após 37 anos da regulamentação da profissão, ocorreu uma ameaça ao *status quo* dos arquivistas, com a apresentação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei (PL) 2.606/2015³, de autoria do Deputado Federal Dr. Jorge Silva (PROS/ES). Este PL propunha alterar a Lei nº 6.546/78, para permitir o exercício da atividade de arquivista aos profissionais graduados em áreas afins com especialização em Arquivologia, ou seja, retirando dos graduados em Arquivologia a exclusividade quanto ao exercício da profissão. Na justificativa do PL, o deputado argumenta que “as qualificações necessárias ao exercício dessa profissão também podem ser apreendidas por outros profissionais de áreas afins, que poderiam executar as atividades próprias de arquivista sem qualquer dano ao usuário de seus serviços”. Coloca ainda que a lei que regulamenta a profissão é anterior à Constituição Federal promulgada em 1988, que teria entre seus princípios a garantia de “plena liberdade de exercício de atividade laborativa, pois qualquer restrição profissional apenas se justifica se o interesse público a exigir”. Assim, com o objetivo de abrir o mercado profissional para profissionais de outras áreas de conhecimento afins, o PL propunha que um profissional não graduado em Arquivologia, mas com pós-graduação na área – seja especialização, mestrado ou doutorado – pudesse se habilitar ao exercício da profissão.

O PL nº 2.606/2015 foi apresentado em 12 de agosto de 2015, sendo encaminhado no dia 19 do mesmo mês para as Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas referidas comissões. Mas o projeto se tornou de conhecimento da categoria profissional arquivística e a fez entrar em alerta somente em outubro do mesmo ano, durante o XI Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM), em São Paulo-SP.

Por ocasião do evento e aproveitando a presença de vários arquivistas e de representantes das associações profissionais da área, foi elaborado pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) um manifesto⁴ de repúdio ao PL, argumentando entre outras coisas, que: o projeto desconsiderava a missão do arquivista em garantir confiabilidade e autenticidade aos documentos de arquivo e, dessa forma, garantem o interesse público e social quanto ao acesso à informação contida nos documentos de arquivo; que a formação profissional é construída na graduação (e se encontra em um momento de

³ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1618279>>.

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/FNArquivologia/posts/405016589707648?hc_location=ufi>.

expansão, que seria prejudicado com a aprovação do PL) e não na especialização; que a Constituição Federal, no Art. 5º, inciso XIII, indica que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”, qualificações estas já previstas na Lei 6.546/78; só há um único curso de pós-graduação em Arquivologia no país que poderia habilitar os profissionais com outras graduações; que o curso de graduação tem carga horária mínima de 2.700 horas enquanto uma especialização tem carga horária de 360 horas, o que levaria a que se proliferassem cursos de especialização descomprometidos com a qualidade da formação exigida para a formação de arquivistas.

Outras entidades da área, como as coordenações e os departamentos dos cursos de Arquivologia, a Executiva Nacional dos Estudantes de Arquivologia (ENEA) e o Comitê Nacional de Arquivistas e Técnicos de Arquivo das Instituições Federais de Ensino Superior (Rede ARQUIFES) também elaboraram manifestos de repúdio ao PL. Além disso, ocorreu intensa mobilização da categoria profissional nas redes sociais e um abaixo-assinado online⁵ conseguiu em poucos dias expressiva adesão, alcançando 6.044 assinaturas.

Em 27 de outubro um comitê do FNArq esteve em Brasília-DF e após encontros com a deputada relatora do PL na CTASP e o próprio deputado autor do projeto, conseguiu que este o retirasse de pauta. Assim, em 04 de novembro de 2015 a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados deferiu o requerimento de retirada de tramitação e o PL foi arquivado, permanecendo assim inalterada a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo.

Apesar de ser um documento de uniformização para registros administrativos e não se estender à relação de trabalho, apresentamos a classificação da profissão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁶, cuja primeira versão foi elaborada em 1977 pelo MTE e a última atualização é do ano de 2002. A CBO é referência para diversos programas da política de trabalho do país: estatísticas de emprego-desemprego, para o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, para o planejamento das reconversões e requalificações ocupacionais, na elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional, no rastreamento de vagas, dos serviços de intermediação de mão-de-obra.

A profissão de arquivista encontra-se enquadrada juntamente com a de museólogo, na família/código 2613. Especificamente para a categoria de arquivista, é associado o código 2613-05, que engloba as ocupações de administrador de arquivos, encarregado de serviço de arquivo

⁵ Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR85881>>.

⁶ Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/downloads.jsf>>.

médico e estatística, especialista em documentação arquivística, especialista em organização de arquivos e gestor de documentos. Como descrição sumária, constam as seguintes atividades:

Organizam documentação de arquivos institucionais e pessoais, criam projetos de museus e exposições, organizam acervos museológicos públicos e privados. Dão acesso à informação, conservam acervos. Preparam ações educativas ou culturais, planejam e realizam atividades técnico-administrativas, orientam implantação das atividades técnicas. Participam da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas.

Curiosamente, apesar da CBO ter sido atualizada em 2002, não está alinhada com a Lei 6.546/78, que regulamenta a profissão, que contempla apenas as categorias de arquivista e técnico de arquivo. Vale destacar também que a profissão não está incluída na família/código 2612, correspondente aos profissionais da informação, que na CBO, compreende bibliotecários, documentalistas e analistas de informações, sendo que as duas últimas não são profissões regulamentadas.

As categorias profissionais que alcançam um determinado quantitativo de profissionais e reconhecimento pelo Estado procuram se autorregular através de um código de conduta, também identificado como código de deontologia ou ética profissional. Como esclarece Hortal Alonso (2006, p. 19),

A ética, ao mesmo tempo que supõe uma garantia na execução dos serviços profissionais, contribui decisivamente para a consolidação de uma profissão. Os profissionais não são profissionais apenas por serem especialistas capacitados, mas também por estar comprometido em prestar determinados serviços específicos. A ética do profissional individual e do grupo profissional é a maior e mais confiável fonte de reconhecimento e valorização social das pessoas em geral e dos profissionais em particular. O processo de profissionalização culmina com o monopólio de um determinado serviço profissional e a auto-regulação ética do grupo que o detém.

As primeiras iniciativas em âmbito internacional de um código de ética para a profissão surgiram nos EUA, sendo o primeiro em 1955, elaborado pelo arquivista americano Wayne C. Grover. A Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA) por sua vez publicaria o seu código em 1980, que logo se tornaria referência na área. Nos anos 90, outros países publicaram seus próprios códigos de ética, elaborados por associações profissionais, seguindo a tendência da SAA: Canadá, em 1991 (da Associação dos Arquivistas de Quebec) e 1992 (da Associação dos Arquivistas Canadenses); Austrália e Nova Zelândia, em 1993; Reino Unido e Irlanda, em 1994.

Esse movimento culminou com a elaboração, por parte do Conselho Internacional de

Arquivos (CIA), organização não governamental que promove o intercâmbio entre a comunidade arquivística internacional, do seu próprio código, através de sua Seção de Associações Profissionais. O Código de Ética dos Arquivistas do CIA⁷ foi aprovado pelo Comitê Executivo da entidade no XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado na cidade de Pequim, na China, em 1996. O código se baseia em 10 diretrizes:

1. Os arquivistas mantêm a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado.
2. Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas interrelações originais.
3. Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa.
4. Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.
5. Os arquivistas se responsabilizam pelo tratamento dos documentos e justificam a maneira como o fazem.
6. Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.
7. Os arquivistas visam encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada.
8. Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja.
9. Os arquivistas procuram atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilhando os resultados de suas pesquisas e de sua experiência.
10. Os arquivistas trabalham em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.

O Brasil não possui um código de ética aprovado para os arquivistas, ausência essa em muito determinada pelo exercício profissional não ser fiscalizado por um conselho profissional,

⁷ Disponível em: <<http://www.aerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica>>.

que se basearia em um código que orientasse o conjunto de valores morais da profissão e garantisse uma conduta correta e adequada dos profissionais com a sociedade.

Em 1997, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) chegou a elaborar uma versão própria, seguindo as diretrizes do código do CIA, publicada como Princípios Éticos do Arquivista. No entanto, as associações profissionais regionais atualmente existentes adotam a versão original do CIA como código de ética.

Quanto ao atual quantitativo de arquivistas no país, considerando que o exercício legal da profissão é garantido somente aos que, além de graduados em Arquivologia, são registrados na SRTE (antiga Delegacia Regional do Trabalho), conforme determina a Lei nº 6.546/78, foi realizado um pedido de informação ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) do MTE.

Na publicação *Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho* (2011), Katia Isabelli Melo de Souza já realizara levantamento semelhante, reproduzido na tabela 1, também após pesquisa junto ao MTE. Neste levantamento foi apurado o total de arquivistas registrados, desde a obrigatoriedade do registro profissional, em 1978, até a data de abril de 2009.

Tabela 1 – Quantitativo de arquivistas registrados por Unidade da Federação (1978-2009)

| Unidade da Federação (UF) | Nº de arquivistas |
|----------------------------------|--------------------------|
| Acre (AC) | 0 |
| Alagoas (AL) | 4 |
| Amapá (AP) | 0 |
| Amazonas (AM) | 3 |
| Bahia (BA) | 40 |
| Ceará (CE) | 0 |
| Distrito Federal (DF) | 141 |
| Espírito Santo (ES) | 65 |
| Goiás (GO) | 1 |
| Maranhão (MA) | 2 |
| Mato Grosso (MT) | 2 |
| Mato Grosso do Sul (MS) | 4 |
| Minas Gerais (MG) | 0 |
| Pará (PA) | 1 |

| | |
|--------------------------|------------------|
| Paraíba (PB) | 0 |
| Paraná (PR) | 0 |
| Pernambuco (PE) | 0 |
| Piauí (PI) | 0 |
| Rio de Janeiro (RJ) | 977 ⁸ |
| Rio Grande do Norte (RN) | 4 |
| Rio Grande do Sul (RS) | 104 |
| Rondônia (RO) | 0 |
| Roraima (RR) | 0 |
| Santa Catarina (SC) | 2 |
| São Paulo (SP) | 27 |
| Sergipe (SE) | 0 |
| Tocantins (TO) | 0 |
| TOTAL | 1.377 |

FONTE: SOUZA (2011, p. 168)

Na consulta via e-SIC ao MTE buscou-se atualizar esse total, no entanto, foram informados pelo ministério somente os registros realizados através do Sistema Informatizado do Registro Profissional (SIRPWEB), implantado em 2001 e, portanto, não foram incluídos os registros que eram anotados em livros até o ano 2000. A tabela 2 apresenta o quantitativo de arquivistas registrados no Brasil, compreendendo o período de janeiro de 2001 a novembro de 2015, quando foi realizada a consulta via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Tabela 2 - Quantitativo de arquivistas registrados por Unidade da Federação (2001-2015)

| Unidade da Federação (UF) | Nº de arquivistas |
|----------------------------------|--------------------------|
| Acre (AC) | 0 |
| Alagoas (AL) | 0 |
| Amapá (AP) | 0 |
| Amazonas (AM) | 17 |
| Bahia (BA) | 149 |
| Ceará (CE) | 0 |

⁸ No caso do RJ estão somados os quantitativos de registros anotados em livros (453) e os registros realizados através do sistema de registro profissional (524).

| | |
|--------------------------|--------------|
| Distrito Federal (DF) | 406 |
| Espírito Santo (ES) | 161 |
| Goiás (GO) | 3 |
| Maranhão (MA) | 13 |
| Mato Grosso (MT) | 1 |
| Mato Grosso do Sul (MS) | 1 |
| Minas Gerais (MG) | 28 |
| Pará (PA) | 1 |
| Paraíba (PB) | 86 |
| Paraná (PR) | 84 |
| Pernambuco (PE) | 56 |
| Piauí (PI) | 0 |
| Rio de Janeiro (RJ) | 824 |
| Rio Grande do Norte (RN) | 2 |
| Rio Grande do Sul (RS) | 262 |
| Rondônia (RO) | 0 |
| Roraima (RR) | 0 |
| Santa Catarina (SC) | 4 |
| São Paulo (SP) | 97 |
| Sergipe (SE) | 1 |
| Tocantins (TO) | 0 |
| TOTAL | 2.196 |

FONTE: Coordenação de Identificação e Registro Profissional do MTE.

Trata-se de um quantitativo relativo aos arquivistas habilitados para o exercício legal da profissão, no entanto, como o registro não é realizado e fiscalizado por um conselho profissional, se verifica uma defasagem no número real de profissionais atuando no país. Souza (2011, p. 166-167), em levantamento junto ao Ministério da Educação e aos cursos de Arquivologia, obteve o quantitativo de 4.906 egressos dos cursos de graduação, no período de 1977 até 2011, em contraposição aos 1.377 arquivistas registrados verificados em seu estudo. Uma diferença numérica considerável, com o número de arquivistas registrados correspondendo a apenas 28% dos arquivistas graduados. Mesmo que se considere que muitos dos que cursaram Arquivologia optaram por não exercer a profissão, o mais provável é que a

diferença se dê pelo desinteresse dos profissionais em realizarem seu registro, visto que isto não os impede de atuarem no mercado de trabalho.

Considerando somente os registros realizados desde 2001 via sistema, o Rio de Janeiro, com 824 arquivistas registrados, concentra 37,5% do total nacional. É seguido pelo Distrito Federal (18,4%) e pelos estados do Rio Grande do Sul (11,9%), Espírito Santo (7,3%) e Bahia (6,7%), todos com curso de Arquivologia. Nesse período, 8 estados não realizaram registros, sendo 5 localizados na região norte (Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins) e 3 na região nordeste (Alagoas, Ceará e Piauí), sendo que todos não contam com graduação em Arquivologia.

3.1.2 Formação

Com relação à formação de arquivistas, o país atualmente apresenta o total de 16 cursos de graduação em Arquivologia, sendo que a preocupação com a formação do pessoal de arquivo remonta ao século XIX. Através de relatórios e portarias, Joaquim Pires Machado Portela, Diretor do Arquivo Nacional no período de 1873 a 1898, tratava da necessidade de instalação de cursos preparatórios específicos para as funções arquivísticas. Com isso conseguiu incluir que constasse no Regulamento da instituição, de 1893, que “Oportunamente será instituído no Arquivo Público uma Aula de Diplomática, em que se ensinarão a Paleografia com exercícios práticos, a Cronologia e Crítica Histórica, a Tecnologia Diplomática e Regras de Classificação” (MARQUES, 2013, p. 166).

Mas as medidas para a implantação de uma formação especializada continuaram caminhando vagarosamente, sendo retomadas somente em 1911, quando foi publicado o Decreto nº 9.197⁹, de 09 de dezembro. O decreto dispunha sobre o regulamento do Arquivo Nacional e estabelecia em seu Artigo 10 a instituição de um Curso de Diplomática, com duração de dois anos e voltado para a formação especializada de seus funcionários, sendo requisito para ocupação de cargos como o de amanuense (escriturário de repartição pública, que se ocupava também com serviços auxiliares de arquivo).

Em 1922, com a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), através do Decreto nº 15.596¹⁰, de 2 de agosto, foi implantando também um Curso Técnico, que absorveu as

⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9197-9-dezembro-1911-516281-republicacao-102807-pe.html>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>>.

atribuições anteriores do Curso de Diplomática do Arquivo Nacional. O curso visava atender as necessidades de especialização dos funcionários das duas instituições e também da Biblioteca Nacional, que reformara seu regulamento. O curso tinha duração de dois anos e capacitava os alunos para atuação em bibliotecas, arquivos e museus. No entanto, enquanto nas outras instituições o curso foi ofertado sem interrupção, no Arquivo Nacional, na época sob a direção de Alcides Bezerra, por razões diversas e dificuldades financeiras, não foi possível implementá-lo e a qualificação dos servidores continuou sendo um problema.

Ao longo dos anos seguintes ocorreram novas tentativas de um curso específico para formação arquivística e Alcides Bezerra chegou a propor a inclusão de um curso na recém-criada Universidade do Rio de Janeiro – posteriormente Universidade do Brasil e atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). À parte as dificuldades do Arquivo Nacional, Souza (2011, p. 85) aponta pelo menos outras três instituições, também no Rio de Janeiro, que ministraram cursos de formação de profissionais de arquivo: o Instituto de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Escola de Administração Comercial, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Centro de Aperfeiçoamento para o Trabalho, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Santos (2010, p. 76-77), por sua vez, destaca o papel do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) – órgão criado em 1938, diretamente vinculado à Presidência da República e responsável pela modernização da burocracia e racionalização administrativa do Estado – na capacitação de seus servidores, enviados para o exterior para se especializarem em arquivos e conhecerem as melhores práticas então existentes.

Somente na gestão de José Honório Rodrigues (1958-1964) o Arquivo Nacional inicia realmente cursos de formação, com a realização de duas edições do Curso de Arquivo, com duração de um ano e participação de professores convidados da França e EUA. Através do Decreto nº 44.682, de 21 de novembro de 1958, que previa a manutenção de cursos de formação de pessoal especializado em arquivo, finalmente a instituição passou a ofertar cursos avulsos, de Técnicas de Arquivo e outro regular, o Curso Permanente de Arquivos (CPA), que iniciou em 1960. Voltado não somente para servidores públicos, mas também auxiliares de empresas e organizações que desejavam melhorar as condições de seus arquivos, o CPA também sofreria dificuldades financeiras para sua manutenção, apesar da boa procura, chegando a registrar em 1970 o número recorde de 237 inscritos. Muitos egressos do CPA participariam em 1971 da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que teria importante papel no desenvolvimento da formação profissional, pleiteando a criação do curso superior na área (MARQUES, 2013, p. 166-192; SOUZA, 2011, p. 83-85; MARIZ e SILVA, 2011, p. 335-336).

Nesse contexto, começa a mobilização pela criação do curso superior de Arquivologia, tendo em vista que os cursos superiores de Biblioteconomia e Museologia eram oriundos do Curso Técnico criado através do Decreto nº 15.596/22, que também capacitava para atuar em arquivos. Em 1971, em cerimônia de formatura de turma do CPA, o então Diretor do Arquivo Nacional, Raul Lima, declara que

Não possuindo a estrutura escolar necessária nem podendo atender a todo o país, o Arquivo Nacional deseja inspirar a sede educacional média e superior para formação de pessoal destinado aos arquivos correntes, no primeiro caso, e para, no segundo caso, que não desapareçam os profissionais de alto nível necessários aos arquivos de custódia, indispensáveis à pesquisa histórica nas fontes. De modo que se rompa o círculo vicioso da falta de atrativo salarial por inexistência de formação universitária desses profissionais e a ausência dessa formação por não haver aquele atrativo (ARQUIVO NACIONAL, 1972, p. 9 apud MARQUES, 2013, p. 194-195).

Assim, em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior e o Departamento de Assuntos Universitários do MEC reconhece o CPA como de nível superior. No mesmo ano, no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), é aprovada uma recomendação quanto à definição de um currículo mínimo para os cursos superiores, cujo projeto é encaminhado pela AAB ao CFE. O currículo mínimo do denominado Curso Superior de Arquivo seria aprovado em 1974, através da Resolução nº 28 do CFE. Por sua vez, o CPA, que se adequa ao currículo mínimo e a duração determinadas pela resolução, mas ainda carecia do mandato universitário, firma acordo em 1973 com a UFRJ, embora permaneça sendo ministrado nas dependências do Arquivo Nacional.

O curso só conquistaria realmente seu lugar no espaço universitário quando, em 21 de julho de 1977, o Arquivo Nacional firmou convênio com a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ, atual UNIRIO), transferindo para esta o CPA, agora sob a denominação de Curso de Arquivologia e completamente subordinado à legislação de ensino superior (MARIZ e SILVA, 2011, p. 337).

Ainda, no mesmo ano, foi criado o segundo curso superior de Arquivologia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e, em 1979, novo curso teve início na Universidade Federal Fluminense (UFF). Na década de 80 não surgiram novos cursos e somente no ano de 1991 um novo curso teve início, na Universidade de Brasília (UnB), somando-se aos três existentes, surgidos na década de 1970.

A formação em Arquivologia continuaria se expandindo nos anos 90, com a criação, em 1998, do curso na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na Universidade Federal da

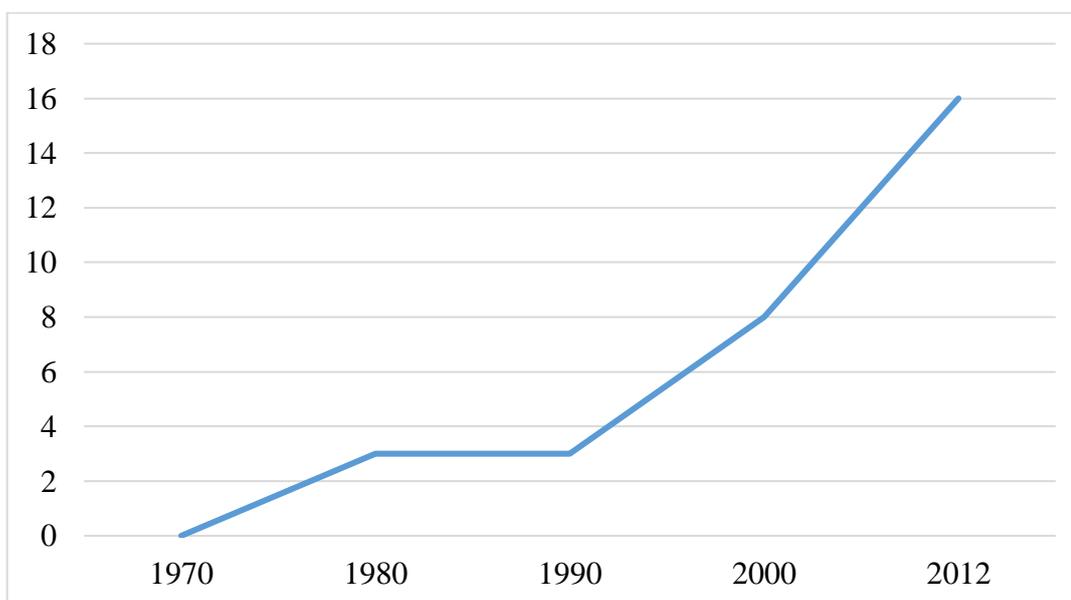
Bahia (UFBA). Em 2000, mais dois novos cursos: na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Ainda no início do século XXI dois novos cursos em universidade estaduais foram criados: na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), em 2003 e na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 2006.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996 – que prevê a garantia e expansão do acesso e permanência no ensino superior e principalmente a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, impulsionaram o aumento quantitativo e a expansão geográfica dos cursos de Arquivologia. Como verificado por Flores, Pedrazzi e Rodrigues (2012, p 178):

De uma maneira geral, e mesmo considerando os *deficit*, o Reuni foi extremamente positivo à Arquivologia, pois propiciou a criação de novos cursos, em novas regiões geográficas do país. O que propicia um desenvolvimento regional e inclusão social, ocasionando ainda, mais vagas na área, ademais de cursos que puderam aprimorar suas capacidades, aumentando as vagas já pré-existentes.

Essas iniciativas propiciaram um aumento ainda mais expressivo da graduação em Arquivologia e seis novos cursos surgiram nas seguintes universidades federais: Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2008; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 2009; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2010 e Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2012. Verificamos então que após o ano 2000, ocorreu um aumento de 100% na quantidade de cursos, saltando de oito para 16, expansão essa que pode ser melhor visualizada no gráfico 1.

Gráfico 1 – Expansão dos cursos de Arquivologia no Brasil (1970-2012)



FONTE: elaboração própria

Cabe destacar que todos os cursos de graduação estão presentes em universidades públicas, sendo 3 estaduais e 13 federais. Estão localizados em 11 estados (sendo que somente em dois não há curso na capital) e no Distrito Federal, abrangendo todas as cinco regiões geográficas do Brasil.

Quadro 1 - Cursos de Arquivologia no Brasil

| Universidades | Data de início do funcionamento |
|---|--|
| Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) | 09/12/1911 ¹¹ |
| Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | 03/03/1977 |
| Universidade Federal Fluminense (UFF) | 28/06/1978 |
| Universidade de Brasília (UnB) | 01/03/1991 |
| Universidade Estadual de Londrina (UEL) | 26/02/1998 |
| Universidade Federal da Bahia (UFBA) | 03/03/1998 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | 01/03/2000 |
| Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) | 09/03/2000 |

¹¹ Refere-se ao Decreto nº 9.197, de 09 de dezembro de 1911, que aprovava o regulamento do Arquivo Nacional e no Art. 10 instituiu o Curso de Diplomática, posteriormente substituído pelo Curso Técnico (1922) e pelo Curso Permanente de Arquivos (1960). Como Curso de Arquivologia, na UNIRIO (então FEFIERJ), teve início em 21/07/1977.

| | |
|--|------------|
| Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) | 04/08/2003 |
| Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) | 28/08/2006 |
| Universidade Federal do Rio Grande (FURG) | 27/07/2008 |
| Universidade Federal da Paraíba (UFPB) | 06/10/2008 |
| Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | 02/03/2009 |
| Universidade Federal do Amazonas (UFAM) | 03/03/2009 |
| Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | 01/03/2010 |
| Universidade Federal do Pará (UFPA) | 20/08/2012 |

FONTE: elaboração própria, com dados do e-MEC.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, há somente um programa de Arquivologia, o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), na UNIRIO, criado em 2012.

Nos anos 80 surgiram iniciativas de constituição de cursos de pós-graduação em Arquivologia, mas restritos à modalidade *lato sensu*, se destacando o Curso de Especialização em Arquivos, do Instituto de Estudos Brasileiros, vinculado à Universidade de São Paulo (USP), surgido em 1986. Nos anos 2000, como reflexo do aumento no número de graduados em Arquivologia e a maior procura por educação continuada, se verificou uma ampliação de dissertações e teses com temáticas arquivísticas em diversos programas de pós-graduação, especialmente em Ciência da Informação. Essa preferência se explica porque a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) organiza o Sistema Nacional de Pós-Graduação em grandes áreas de avaliação e a Arquivologia encontra-se classificada como subárea da Ciência da Informação, que por sua vez integra a área Ciências Sociais Aplicadas I.

Em 2010 foi realizada a I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), em Brasília-DF, reunindo coordenadores de todos os cursos de graduação em Arquivologia e foi defendida a necessidade de ampliação das possibilidades de qualificação dos profissionais do campo arquivístico. Assim, foi constituído um grupo de trabalho para estudar a criação de um curso de mestrado *stricto sensu* em Arquivologia. Ainda em 2010 a proposta obteve apoio do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), cujo Presidente encaminhou ofício para a CAPES destacando que

Os significativos patamares já alcançados pela Arquivologia no Brasil, após quatro décadas de configuração na Universidade, além dos avanços na modernização de arquivos públicos, sinalizam claramente a necessidade de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Arquivologia no Brasil. É

fundamental a formação de recursos humanos de alto nível para as universidades, as instituições arquivísticas, as demais organizações governamentais e privadas (JARDIM, 2012, p. 182).

Finalmente, a proposta foi analisada e recomendada durante a 133ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES, realizada nos dias 28 e 29 de fevereiro. Segundo o parecer da Área de Ciências Sociais Aplicadas, que analisou a proposta,

o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos responde, igualmente, aos parâmetros da área. Deve-se acentuar que ela inaugura uma nova experiência na qualificação de profissionais para a gestão de instituições e serviços arquivísticos. A preparação de pessoal qualificado para essas funções é essencial para responder aos desafios colocados pela sociedade em relação às políticas públicas de gestão de arquivos. Deve-se destacar, também, que se trata do primeiro programa de pós-graduação proposto, no país, na área de Arquivologia (Informativo AAERJ, 2012, p. 1¹²)

O Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO se tornou o primeiro mestrado *stricto sensu* em Arquivologia no Brasil e o único da América Latina em língua portuguesa.

3.1.3 Instituições de classe e o movimento associativo

A profissão não possui conselho profissional nem sindicato, contando somente com associações profissionais como instituições de classe, embora as associações reúnam também outros profissionais que atuam em arquivos, não sendo exclusivas para graduados em Arquivologia.

A criação de um conselho profissional é um antigo pleito da classe arquivística, como pode ser constatado pelas inúmeras tentativas realizadas para sua implantação. A primeira iniciativa para sua criação ocorreu em 1975, segundo relato de José Pedro Esposel, que em seu último ano de mandato como Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), enviou ofício ao Ministro do Trabalho solicitando o reconhecimento da profissão, acompanhado de uma minuta de anteprojeto que incluía a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia (CASTRO, 2008, p. 230).

Na edição de agosto de 1977 da revista *Arquivo & Administração* (v.5, nº 2, pág. 21), publicada pela AAB, foi divulgado que naquele mês ocorreram reuniões, promovidas pelo

¹² Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2010/11/Informativo-AAERJ-089.pdf>>.

Ministério do Trabalho, reunindo dirigentes da AAB (na época presidida por Marilena Leite Paes) e do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), para estudo de uma minuta de Projeto de Lei dispondo sobre o exercício das profissões de bibliotecário, arquivista, técnico de biblioteca e técnico de arquivo e alterando a denominação dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia para Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia e Arquivologia. Porém, nas edições seguintes da revista não há menção ao desfecho desses encontros e como resultado, ocorre em 4 de julho de 1978 a promulgação da Lei nº 6.546, sendo que

[...] dentre as emendas supressivas ao projeto de lei, a retirada da proposta de criação do Conselho Profissional Federal e Estadual de Arquivologia não atribuiu na norma a fiscalização, o controle e a regulação do exercício profissional das profissões de arquivista e de técnico de arquivo. (GOMES, 2014, p. 118)

Sem a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, a lei estabeleceu que o registro profissional deve ser realizado na Delegacia Regional do Trabalho (atual Superintendência Regional do Trabalho e Emprego). Ainda na década de 70, as administrações seguintes da AAB mantiveram a criação do conselho profissional em sua pauta de reivindicações, mas não há, no entanto, registro de novas propostas encaminhadas.

Nas décadas de 80 e 90 novas tentativas de criação do conselho profissional ocorreram, conforme relata Barros (2002, p. 58-59), sendo que a segunda tentativa ocorreu em 1984, através do Projeto de Lei nº 4.351¹³ apresentado na Câmara pelo Deputado Federal Oly Fachin (PDS/RS), onde tramitou até 1986, quando após parecer favorável foi encaminhado ao Senado, onde tramitou até 1990, sendo arquivado com base no Art. 333 do Regimento Interno do Senado. Esse artigo determina que todas as proposições que se encontrem em tramitação há duas legislaturas serão automaticamente arquivadas.

A proposta chegou a ser reapresentada ainda em 1990 pelo Senador Marco Maciel (PFL/PE) através do Projeto de Lei nº 192¹⁴, que tramitou no Senado, mas foi arquivado com base no Art. 332 do Regimento Interno, que determina que ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto as originárias da Câmara ou por ela revisadas e as com parecer favorável das comissões.

¹³ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=220821>>.

¹⁴ Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/29317>>.

No ano seguinte, a proposta foi apresentada novamente pelo mesmo senador, através do Projeto de Lei nº 90¹⁵, que tramitou no Senado até 1995, quando foi arquivado com base nos Arts. 332 e 333 do Regimento Interno, já citados.

Já no cargo de Vice-Presidente, Marco Maciel faria nova tentativa, através de proposta encaminhada em 1995. Mas, como as anteriores, esta seria arquivada em 1996, com base em pareceres das assessorias jurídicas do Ministério da Justiça e do Ministério do Trabalho. Apesar dos pareceres terem sido favoráveis à tese de que profissões regulamentadas necessitam de órgãos fiscalizadores de suas atividades, houve o entendimento de aquele não era o momento adequado para a criação de um novo conselho profissional, pois o Poder Executivo discutia alterações na legislação que disciplinava a matéria. Realmente, em 27 de maio de 1998 seria promulgada a Lei nº 9.649, que “dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”, que no Art. 58, trata da criação de conselhos.

Em 2001, entendendo que a promulgação desta lei derrubara o impedimento para a criação de novos conselhos profissionais, a Associação Brasileira de Arquivologia (ABArq), presidida na época por Euler Frank Lacerda Barros, fez as devidas alterações na proposta enviada anteriormente e entrou em contato com o Deputado Federal Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), que a apresentou através do Projeto de Lei nº 5.613¹⁶. O PL tramitou na Câmara e em 2002 recebeu parecer desfavorável do relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Deputado Federal Pedro Henry (PPB/MT), sendo arquivado em 2003.

Em seu voto, o relator, apesar de reconhecer a importância da profissão de arquivista, alegou que seria necessário “um estudo prévio sobre o número de profissionais técnicos e com formação superior, atuantes ou não, bem como sua distribuição geográfica no território nacional, para podermos avaliar, com um mínimo de acerto, a relação custo-benefício da criação dos conselhos”. Além disso, argumentou para a rejeição que a constitucionalidade do PL seria questionada na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), pois decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendera os efeitos de parte do Art. 58 da Lei nº 9.649/98, retornando ao Poder Executivo a exclusividade da iniciativa de leis que visem à criação de conselhos profissionais.

A última tentativa ocorreu em 2004, quando a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS) enviou proposta ao MTE, juntamente com outras categorias profissionais que buscavam também a criação de seus respectivos conselhos. Não foram

¹⁵ Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/27069>>.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=35996>>.

encontradas informações detalhadas sobre a proposta nem o motivo de sua rejeição. No quadro 2 é possível verificar um resumo das propostas encaminhadas.

Quadro 2 - Propostas para criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia

| Ano | Forma de encaminhamento | Propositor |
|------|------------------------------------|---|
| 1975 | Proposta ao Ministério do Trabalho | AAB |
| 1984 | Projeto de Lei nº 4.351 | Dep. Federal Oly Fachin (PDS/RS) |
| 1990 | Projeto de Lei nº 192 | Sen. Marco Maciel (PFL/PE) |
| 1991 | Projeto de Lei nº 90 | Sen. Marco Maciel (PFL/PE) |
| 1995 | Proposta ao Ministério do Trabalho | Vice-Presidente Marco Maciel |
| 2001 | Projeto de Lei nº 5.613 | ABArq, via Dep. Agnelo Queiroz (PCdoB/DF) |
| 2004 | Proposta ao Ministério do Trabalho | AARS |

FONTE: elaboração própria.

Como apresentado, a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia tem sido continuamente um anseio da comunidade arquivística e uma das últimas manifestações nesse sentido ocorreu na 1ª Conferência Nacional de Arquivos (CNArq)¹⁷, realizada em dezembro de 2011, em Brasília-DF, quando os delegados aprovaram na Plenária Final moção pela sua criação.

Em 2015, por ocasião da mobilização contra o PL 2.606/2015, que ampliava o exercício profissional para quem tivesse somente a pós-graduação na área, ocorreram novas manifestações na classe arquivística favoráveis à criação do conselho profissional. Com isso, o FNArq elaborou um roteiro de ações que culmine na submissão de um novo projeto para o Executivo Federal, mas até o momento não há previsão para que isso ocorra.

Quanto ao sindicato, uma tentativa ocorreu por ocasião da realização do III Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em 2008, no Rio de Janeiro-RJ. No congresso foi realizada uma assembleia no dia 23 de outubro, com a presença de aproximadamente 200 arquivistas, tendo como pauta a criação do Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo (SINARQUIVO). Como relatado pelo então Presidente, Daniel Beltran, o sindicato ambicionava

[...] reconstruir a imagem do arquivista na sociedade. O maior desafio do SINARQUIVO é estabelecer na sociedade a função social do arquivista, o que este profissional representa e qual o seu perfil. Estamos cansados de sermos confundidos com profissionais de nível médio e até de nível fundamental. Estamos cansados de sermos vistos como uma profissão auxiliar. O SINARQUIVO tem a missão de levar a todo o país esta imagem do arquivista

¹⁷ Relatório Final da 1ª CNArq disponível em: <
http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/cnarq/Relatorio_final_com_capa.pdf>.

moderno que, aos poucos começa a surgir no centro-sul do país (BELTRAN, 2009, p. 6)

Após aprovação da criação do sindicato nos termos propostos em estatuto e realizadas as eleições da primeira Diretoria e Conselho Fiscal, a entidade deu início aos trâmites burocráticos ainda em 2009 para obtenção junto ao MTE do registro sindical, o que lhe permitiria usufruir das prerrogativas sindicais, como estabelecimento de piso salarial, homologação de rescisões de contrato de trabalho, recebimento de imposto sindical, entre outras atribuições. No entanto, a longa demora para obtenção do registro sindical levou à desmobilização da categoria profissional e no momento o SINARQUIVO encontra-se inativo.

O movimento associativo na classe arquivística tem como marco inicial a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 20 de outubro de 1971, constituída como sociedade civil de direito privado. Como destaca Couture (2015, p. 159), ao tratar do panorama arquivístico no Canadá,

Para que uma profissão avance e continue a se desenvolver, para que seja assegurada a competência das pessoas que nela trabalham, há outro elemento essencial: a reunião em associações profissionais. Vários autores afirmam, com razão, que a saúde de uma disciplina e de uma profissão passa pela capacidade de se unir, de definir objetivos comuns, de trabalhar em conjunto para o avanço de um campo de atividade. Nisso, os arquivistas são excelentes. Prova disso são as muitas associações que, em todos os setores de atividade (gestão de documentos ou arquivos permanentes), reúnem os arquivistas no âmbito local, nacional e internacional. Estamos convencidos de que as numerosas associações profissionais que ligam os arquivistas e as instituições arquivísticas constituem uma impressionante rede de agrupamentos e que os trabalhos realizados em todas essas instâncias contribuem de forma significativa para o aperfeiçoamento dos profissionais e para a valorização, reconhecimento e desenvolvimento dos conhecimentos da disciplina e da profissão, bem como para sua visibilidade.

Silva e Orrico (p. 2012, p. 106) contextualizam que vivia-se um momento difícil para a categoria profissional, que buscava triunfar sobre a concorrência de outros profissionais, como historiadores, bibliotecários e museólogos – em 1970 fora fundada a Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística (APHA), nas dependências do Arquivo Nacional, que privilegiava o trabalho intelectual do historiador e colocava o arquivista como mero auxiliar – e medidas da administração pública federal que excluía em 1970 o cargo de arquivista do Plano de Classificação de Cargos.

A AAB teve uma participação determinante nos anos 70, atuando como um importante ator social, com alto potencial articulador e estratégico, tendo papel central na

institucionalização da Arquivologia no Brasil. Reunindo uma comunidade de profissionais que compartilhavam do mesmo projeto, realizou ações destinadas ao reconhecimento profissional, a dignificação da identidade do campo arquivístico e do arquivista e ao desenvolvimento técnico, científico e trabalhista da Arquivologia. As principais ações realizadas nesse período foram: a publicação do primeiro periódico especializado na área, a revista *Arquivo & Administração*, em 1971; a organização do primeiro congresso científico da área, o Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), em 1972; a cooperação com o MEC na institucionalização dos cursos superiores de Arquivologia, encaminhando o projeto do currículo mínimo dos cursos superiores da área, aprovado em 1974; e a mobilização junto ao MTE para obter a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo, alcançada em 1978 (GOMES, 2014, p. 108-110).

Os profissionais de arquivo que fundaram a associação e tiveram papel fundamental em suas ações nos anos 70 eram em sua maioria servidores públicos, advindos das ações de capacitação que o Arquivo Nacional e o DASP haviam desempenhado. Isso explica as ações da AAB serem direcionadas para conteúdos e matérias próprias do campo da política pública e reivindicações de caráter corporativista, como comenta Gomes (2014, p. 109). Importante destacar o apoio do Arquivo Nacional, que sediou a associação em seus primeiros anos, posteriormente, nos anos 80, transferida para a FGV, até que a AAB adquirisse sua sede própria.

Além da sede no Rio de Janeiro, a AAB ainda nos anos 70 constituiu núcleos regionais em Brasília-DF, São Paulo-SP, Santa Maria-RS e Belém-PA. Os núcleos ampliavam a área de atuação da associação e formavam a comunidade arquivística regional, considerando as especificidades históricas, sociais e culturais de cada local: Brasília, quando o núcleo regional foi fundado, tinha apenas 14 anos de existência e por ser a capital do país foi um importante meio de interlocução com o governo federal; o de São Paulo era a presença na capital econômica do país; o de Santa Maria se formou tendo como base o curso de Arquivologia da UFSM e o de Belém, apesar de não contar com curso superior na área, realizou muitos cursos de capacitação (GOMES, 2014, p. 115).

Nos anos 80, a AAB perde o protagonismo no campo arquivístico brasileiro, ocupado pelo Arquivo Nacional, que no período vivenciou um projeto de modernização, sob a gestão da Diretora Celina Vargas do Amaral Peixoto e que teve como principal resultado a elaboração e aprovação da Lei nº 8.159/91 – a Lei de Arquivos – que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. A princípio, não haveria razões para a AAB perder parte significativa do peso de sua atuação e não conseguir sistematizar uma agenda para o campo arquivístico como na década anterior, mesmo considerando as dificuldades

financeiras que impediram a oferta regular dos seus principais canais de atuação, a revista *Arquivo & Administração* e o CBA (Jardim, 2014, p. 170).

A desmobilização do movimento associativo a partir do final de década de 80 coincide com o fortalecimento na década seguinte do campo arquivístico no espaço universitário, com a crescente expansão dos cursos de Arquivologia. Na década de 90 o início da consolidação do espaço da universidade coincide também com um momento de desmobilização das instituições arquivísticas, inclusive do Arquivo Nacional, no contexto de um quadro governamental neoliberal que preconizava o Estado mínimo (SILVA e ORRICO, 2012, p. 108-109).

No final dos anos 90, ocorre uma crise no movimento associativo brasileiro, ocasionada pela extinção dos núcleos regionais pela AAB. O modelo até então adotado, com filiais que tinham obrigação de repasse de 20% da receita para a sede provocou disputas que culminaram na decisão da extinção dos núcleos, aprovada no XII CBA realizado em João Pessoa-PB, em 1998.

Como resultado imediato da decisão, membros de alguns núcleos decidiram manter o trabalho que era realizado em suas localidades e constituíram novos coletivos representativos da categoria profissional. Assim, foram fundadas entre 1998 e 1999 a Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), a Associação Brasileira de Arquivologia (ABArq) e a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), reunindo antigos associados da AAB dos respectivos núcleos regionais de São Paulo-SP, Brasília-DF e Santa Maria-RS.

Nova crise na AAB em 2003, ao ter eleições anuladas e não conseguir organizar a edição do CBA previsto para ser realizado ainda naquele ano, fez com que as novas associações regionais ocupassem o protagonismo do movimento associativo. Em 2004, a ABArq tomou a iniciativa de organizar um novo congresso de âmbito nacional na área arquivística e realizou em Brasília-DF o I Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), que contou com o apoio das demais associações regionais então existentes.

O fim da hegemonia da AAB como única associação profissional e o surgimento de novos coletivos profissionais em estados que passaram a contar com cursos de Arquivologia incentivaram a criação de novas associações. Assim, entre 2002 e 2006 foram criadas 5 novas associações regionais na Bahia, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, no Paraná e em Goiás. Destas, a do Rio de Janeiro – a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), fundada em 2004 – se diferencia por ser a única com caráter corporativo, aceitando unicamente como associados arquivistas e alunos de Arquivologia, além de técnicos de arquivo

(SOUZA, 2011, p. 131-140), já que as demais admitem profissionais com outras formações que atuam em arquivos.

Considerando a necessidade de promover ações integradas no campo arquivístico, por ocasião do II CNA, em 2006, em Porto Alegre-RS, foi criada a Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia (ENARA), reunindo 6 associações regionais: AAERJ, AARS, ABArq, AABA, AARQES e AAPR. Com coordenação rotativa entre as entidades filiadas, passou a ser responsável pela organização bianual do CNA e tinha como objetivo fortalecer o movimento associativo. Em contraposição à ENARA, a AAB – que retomara suas atividades, voltando a publicar a revista *Arquivo & Administração* e a realizar em 2006 o CBA – fundou em 2007 o Fórum das Associações Profissionais de Arquivo (FARq), reunindo também as seguintes associações: ARQ-SP, AAG, AABA (que também compunha a ENARA) e a AARS (que então se desfilara da ENARA). O FARq teve duração efêmera, promovendo somente uma ação conjunta, um censo dos profissionais de arquivo no Brasil, cujo resultado deveria ter sido divulgado em 2008, mas teve suas atividades encerradas antes disso (SOUZA, 2011, p. 147; SILVA e ORRICO, 2012, p. 110).

Buscando encerrar um cenário de divisão do movimento associativo que prejudicava a categoria profissional – com a realização concorrente de dois congressos arquivísticos, o CBA e o CNA nos mesmos anos – e impedia a construção de uma agenda em comum, em 2013, por iniciativa da ENARA, foram iniciadas conversas com a AAB e as demais associações regionais para a construção de uma nova entidade nacional que trouxesse novamente a união entre as associações profissionais. Finalmente, em 23 de outubro de 2014, durante o V CNA realizado em Santa Maria-RS, foi anunciado o fim da ENARA e a criação do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq)¹⁸, reunificando o movimento associativo nacional. Constituído como um fórum permanente, de âmbito nacional, para unificar lutas e demandas da área profissional de Arquivologia, bem como padronizar o calendário de eventos da mesma, é composto por todas as 12 associações profissionais atualmente existentes. O FNArq apresenta como objetivos:

- Trabalhar para a qualificação da intervenção arquivística na sociedade;
- A aprovação de Projetos de Emenda Constitucional (PEC's) e Projetos de Lei (PL's) de interesse dos arquivos e da profissão;
- Realizar ação conjunta, com representantes de outras profissões de áreas afins, em prol dos arquivos no Brasil;

¹⁸ Página oficial em: <<https://www.facebook.com/FNArquivologia>>.

- Promover articulação e fortalecimento das entidades para cumprimento de seu papel na valorização da Arquivologia;
- Promover articulação política das entidades para o desenvolvimento de ações integradas de valorização da profissão junto à sociedade.

Já em 4 de fevereiro de 2015, após insucesso na formação de nova diretoria no processo eleitoral do ano anterior pela ausência de chapas candidatas, a Diretoria *pro tempore* da AAB realizou Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a dissolução da associação, encerrando assim as atividades da primeira associação profissional de Arquivologia do Brasil. Em depoimento realizado ainda em 2007 para Castro (2008, p. 232), José Pedro Esposel, primeiro Presidente da AAB, apontava algumas das razões para o “crepúsculo” da associação: um deles seria o Estatuto,

que preparado e aprovado numa época em que não havia arquivistas e sim, pessoas que trabalhavam ou eram lotadas nos arquivos. Daí seu quadro de associados ter sido construído por essas pessoas ou quaisquer outras que sentissem repulsa quanto à situação deplorável dos arquivos e desejassem prestar solidariedade à causa. Nascia, então a Associação dos Arquivistas Brasileiros e, em seu estatuto não havia restrição no que se refere à entrada de quantos interessados se apresentassem. Não havia, e nunca houve, mesmo depois da legislação relativa à formação universitária e de nível intermediário e do reconhecimento da profissão, uma discriminação entre a categoria de sócios arquivistas e os demais. Nada se fez nesse sentido apesar das várias alterações estatutárias verificadas.

Esposel cita também episódios de desentendimentos entre a Sede e os núcleos regionais, indicando que um poder absolutista se configurava na direção da associação; e por fim, a extinção dos núcleos e o confisco de seus bens materiais. Conclui defendendo que as novas associações teriam assumido os ideais pela causa e a defesa das conquistas conseguidas ao longo dos anos e já naquele ano sugere que fosse criada uma federação ou confederação “para dar força e expressão ao movimento arquivístico”. Em Carta Aberta, divulgada em janeiro de 2015, a direção da AAB aponta como razões que dificultaram a manutenção da associação, a alteração nos marcos do Código Civil, em 2003, que impôs várias obrigações jurídico-administrativas às associações sem fins lucrativos, além da diminuição do apoio de empresas e da contribuição dos associados.

Ocupando então o papel de única entidade nacional no campo associativo arquivístico, o FNArq tem se empenhado na defesa da profissão, tendo atuado decisivamente no arquivamento do PL nº 2.606/2015 – que propunha alterar a Lei nº 6.546/78, para permitir o

exercício da atividade de arquivista aos profissionais graduados em áreas afins com especialização em Arquivologia – e na construção de uma agenda para o campo arquivístico, se destacando a elaboração da Declaração Brasileira sobre os Arquivos¹⁹, divulgada em 9 de junho de 2016.

Com o fim da AAB e o surgimento de novas associações nos últimos anos em Minas Gerais, Paraíba, Ceará e Santa Catarina, atualmente existem 12 associações, todas de âmbito estadual. O quadro 3 apresenta as associações existentes, com respectivo ano de fundação:

Quadro 3 – Associações de Arquivologia no Brasil

| Associação | Data de fundação |
|--|-------------------------|
| Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) | 28/07/1998 |
| Associação Brasileira de Arquivologia (ABArq) | 24/09/1998 |
| Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS) | 22/01/1999 |
| Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA) | 20/10/2002 |
| Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ) | 05/04/2004 |
| Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES) | 15/03/2005 |
| Associação dos Arquivistas do Paraná (AAPR) | 02/07/2006 |
| Associação de Arquivologia de Goiás (AAG) | 19/12/2006 |
| Associação Mineira de Arquivistas (AMArq) | 13/04/2013 |
| Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB) | 19/11/2013 |
| Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE) | 09/06/2015 |
| Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) | 20/10/2015 |

Fonte: elaboração própria, baseado em Souza (2011, p. 131), e nos sítios eletrônicos e páginas oficiais das associações em redes sociais.

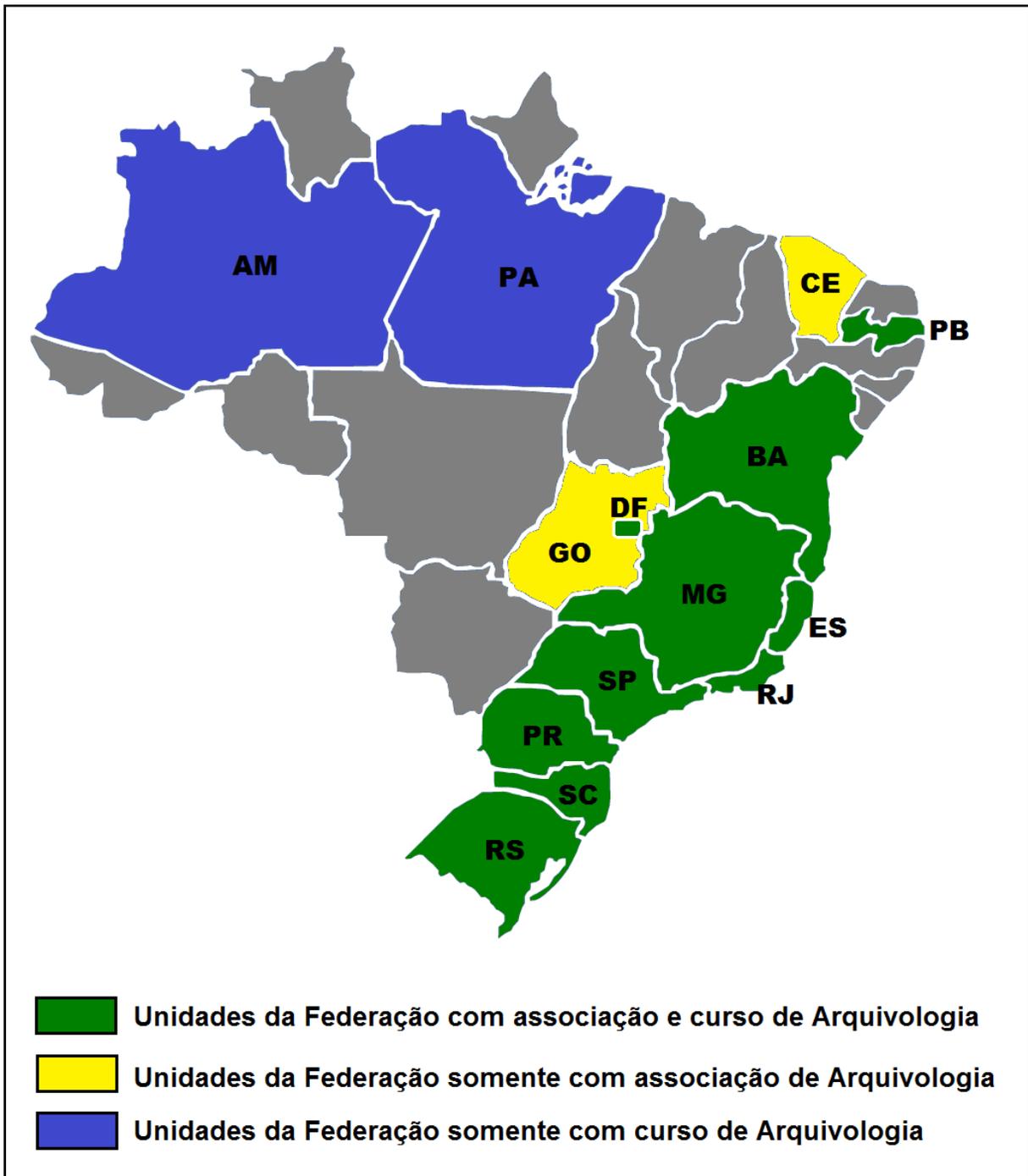
Considerando os cursos de graduação em Arquivologia, que formam os profissionais e as associações profissionais, que caracterizam a existência de uma categoria profissional organizada, apresentamos na ilustração 1 uma síntese, de forma a representar a presença geográfica dos arquivistas no país.

Como é possível verificar, todos os estados da região Sul e da região Sudeste contam com uma associação profissional e pelo menos um curso de graduação. Isso também é verificado no Distrito Federal, localizado na região Centro-Oeste e em dois estados da região

¹⁹ Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/2016/06/09/declaracao-arquivos>>.

Nordeste: Bahia e Paraíba. Dois estados, por sua vez – Ceará e Goiás – contam com associação profissional apesar de não terem a presença da graduação em Arquivologia, enquanto na região Norte ocorre o inverso, já que os dois estados – Amazonas e Pará – que possuem curso superior na área ainda não constituíram associação com os profissionais que atuam nesses estados.

Ilustração 1 – Mapa com a presença de cursos e associações de Arquivologia no Brasil



Fonte: elaboração própria

Compreendendo a trajetória do movimento associativo, verificamos que houve uma “1ª geração” de associações regionais (ARQ-SP, ABArq e AARS) oriundas dos extintos núcleos regionais da AAB e que seguiam seu modelo de constituição, reunindo profissionais que trabalhavam em arquivos, mas sem vinculação com a formação universitária (pois em São Paulo e Brasília os núcleos/associações antecederam a existência de um curso superior de Arquivologia local). Já uma “2ª geração” de associações emerge justamente acompanhando o surgimento de novos cursos de Arquivologia e a formação de um coletivo local, que seguindo o exemplo de outros estados e dado que a AAB já não era efetivamente uma associação nacional, buscaram constituir suas próprias representações para defender os interesses da categoria profissional do seu estado. Com exceção da AAERJ, porém, continuaram admitindo a filiação de outros profissionais de arquivo. Nessa geração se inserem as associações fundadas a partir de 2002 – AABA, AAERJ, AARQES, AAPR, AMArq, AAPB e AAESC – com exceção da AAG e da ARQUIVE-CE, que reúnem profissionais formados em outros locais e que buscam maior visibilidade para a profissão e o desenvolvimento da Arquivologia em Goiás e no Ceará, respectivamente, o que inclui a criação do curso superior nesses estados.

Cabe ainda comentar sobre outro coletivo profissional, baseado no ambiente de trabalho, reunindo arquivistas das instituições federais de ensino superior (IFES), que por conta do Reuni admitiram muitos arquivistas em concursos públicos na última década. Apesar de não terem constituído uma associação ou outra entidade congênere legal, mantém uma rede de comunicação – denominada Rede Nacional de Arquivistas das IFES, ou simplesmente ARQUIFES²⁰ – para troca de experiências, notícias e organização de mobilizações, sendo responsáveis desde 2009 pela organização do Encontro Nacional de Arquivistas das IFES (ENARQUIFES), de periodicidade bianual, além de encontros regionais. Esses eventos resultam em cartas com resoluções direcionadas aos dirigentes das IFES e à Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo do Ministério da Educação (SubSIGA/MEC) que envolvem questões relativas à política de arquivos no âmbito nacional e das universidades, as condições de trabalho dos arquivistas, além de questões específicas dos arquivos universitários.

²⁰ Blog da Rede ARQUIFES disponível em: <<http://arquifes.blogspot.com.br>>.

3.2 O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO ARQUIVISTA SOB A ABORDAGEM DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

Para justificar os benefícios que a Arquivologia obtém ao explorar abordagens interdisciplinares, consideramos que

[...] nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados. Donde poderemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos. (JAPIASSU, 1976, p. 75)

Logo, os estudos no campo da sociologia das profissões se apresentam como oportunos ao propósito de se analisar os aspectos que envolvem a profissionalização do arquivista no Brasil, para verificação do reconhecimento no âmbito do mercado profissional. Como observa Abott (1991, p. 35, apud DINIZ, 2001, p. 46) o fato de se almejar o status de “profissão” está relacionado à percepção de que mesmo em um cenário futuro mais sombrio, nas sociedades e culturas modernas, as profissões sobreviverão como nomes e imagens, sendo uma importante via de mobilidade social.

Segundo Santos (2011), a sociologia das profissões teria dado seus primeiros passos como ramo autônomo da sociologia a partir da década de 1930. O autor classifica os estudos nessa área através dos seguintes modelos teórico-metodológicos: o funcionalismo, o interacionismo e o weberianismo.

As primeiras questões da sociologia sobre o papel das profissões na sociedade moderna foram levantadas pelos funcionalistas, estes ainda estavam vinculados ao pensamento de Émile Durkheim, para quem a divisão social do trabalho se organizava a partir da divisão técnica do trabalho, decorrente da modernização das sociedades e a identificação profissional seria quase automática. Na *Enciclopédia de Ciências Sociais*, publicada em 1934, os autores Carr-Saunders e Wilson, responsáveis pela elaboração do verbete “profissão” fizeram a primeira tentativa de definição do termo: “dizemos que uma profissão emerge quando uma quantidade definida de pessoas começa a praticar uma técnica definida fundamentada em uma formação especializada” (Dubar, 2005, p. 170 apud Santos, 2011, p. 26). Predominava uma visão elitizada das profissões,

vistas como substitutas “naturais” das antigas guildas – corporações de ofícios da Idade Média – e que iriam substituir progressivamente a mão de obra não qualificada nas sociedades modernas.

Nos EUA, com Talcott Parsons, a sociologia das profissões obteve grande impulso e sem desprezar os pressupostos durkheimianos, incluiu o atendimento das necessidades da sociedade como parte da construção dos papéis profissionais. William J. Goode desenvolve mais essa ideia, identificando os grupos profissionais organizados como comunidades homogêneas, que ocupariam um papel intermediário entre a sociedade e as profissões. Robert King Merton introduziu na abordagem funcionalista a distinção entre funções manifestas – as funções objetivas, esperadas, como servir à sociedade – e funções latentes – como a segregação social dos não vocacionados, aqueles que não enfrentaram o percurso de formação e assim não possuem diploma. Andrew Abbott, assim como Merton, não rompe com o funcionalismo, mas se afasta dessa linha de pensamento e introduz a noção de competição, sendo que para ele o poder de uma profissão frente à outro grupo profissional estaria no grau de abstração do conhecimento que o profissional controla. Abbott cria assim o conceito de jurisdição, que seria uma espécie de laço entre o grupo profissional e seus conhecimentos específicos. E quanto maior o conhecimento abstrato controlado por determinado grupo, maior a capacidade de sobrevivência no competitivo sistema de profissões, defendendo o grupo de intrusos (SANTOS, 2011, p. 26).

Aquela que ficou conhecida como “escola de Chicago”, pois de lá se originaram os principais pensadores do interacionismo, trouxe uma importante contribuição metodológica para a sociologia das profissões, pois mesmo sem romper totalmente com o pensamento funcionalista, ao contrário deste, tem um olhar mais crítico sobre o objeto de análise, que não é tido como dado. Everett Hughes faz uma interessante aproximação entre as profissões e as religiões, ao se tratar de ritual, iniciação, disciplina, conversão etc. Mas sua maior contribuição está na análise da socialização do profissional, que engloba não somente o aspecto econômico (a realização de um trabalho em troca de uma remuneração), mas também mobiliza a personalidade individual e a identidade social do sujeito e todos os aspectos que o cercam. Outro pensador interacionista, apesar de rejeitar o rótulo, foi Eliot Freidson (1975), que realiza uma análise das disputas intraprofissionais, avançando a abordagem de Abbott, mas ainda sem incluir o poder como um problema, pois este ainda seria decorrência do conhecimento que determinada profissão acumula e sua competência junto à sociedade (SANTOS, 2011, p. 29).

Somente com os pensadores da linha weberiana de pesquisa e análise teríamos a associação entre profissões e poder, considerado como uma categoria unificadora, doadora de

sentidos e diferenciadora, com as profissões se estabelecendo como unidades integradoras e excludentes ao mesmo tempo. Assim, “o poder das profissões estaria exatamente na capacidade de doar sentido aos que pertencem ao grupo profissional e estabelecer a dominação de um grupo sobre outros e sobre a sociedade” (SANTOS, 2011, p. 31).

Os estudos em sociologia das profissões iniciam uma nova fase com as abordagens teóricas de matriz weberiana, na qual ampliam seu campo de observação, abandonando uma visão internalista das profissões e passando a de forma simultânea compreender as interações externas com as classes da sociedade e com o Estado. Terece Johnson (1970), que também recorre a uma abordagem marxista, insere as profissões em uma luta maior na estrutura das classes sociais, em que o poder das profissões estaria calcado na separação entre economia e política, mascarando sob a marca do profissionalismo a expansão capitalista.

Magali S. Larson (1977) estende essa compreensão, entendendo as profissões como uma forma de organização da desigualdade social. Inaugura-se, assim, uma desigualdade estrutural, em que as profissões lutam por remuneração e prestígio, demarcando territórios de poder político e econômico. Teríamos uma conversão de recursos escassos (o conhecimento adquirido através de qualificação, restrito a um determinado grupo) em recursos econômicos e de poder. Outra contribuição de Larson reside na análise da relação entre burocracia e profissões, com a definição da importância do Estado para o avanço dos processos de profissionalização. Ambas seriam partes do processo de racionalização capitalista, sendo o Estado necessário para reconhecer e regulamentar uma profissão ou mesmo oferecendo sua estrutura burocrática para a realização das atividades profissionais.

Educação e economia são as principais áreas temáticas utilizadas por Randall Collins (1988) para discutir as profissões como um grupo de status. Para este autor, as sociedades modernas vão de um sistema de privilégios a uma meritocracia técnica, em que a meritocracia é uma ideologia utilizada pela classe média para realizar uma seleção por classes sociais para o mercado profissional. Portanto, não bastariam as credenciais (certificados de qualificação obtidos através da educação) para atuar profissionalmente numa sociedade meritocrática, sendo necessário também se apropriar de uma cultura profissional adequada. Assim, ter conhecimento não seria suficiente para uma boa colocação no mercado profissional, que pode ser melhor garantida sendo membro de um grupo profissional (como uma associação) na qual os membros compartilham de uma mesma cultura escolar.

Já Paul Starr (1991), utiliza o conceito de autoridade de Hannah Arendt, baseado no binômio legitimidade e submissão e aplicando às profissões, argumentar que o conhecimento seria a principal base da autoridade profissional. O autor recorre também ao conceito de

dominação de Weber, entendido como sinônimo de autoridade, para desenvolver o conceito de autoridade cultural, baseado no entendimento de que a autoridade possui uma dimensão social e para analisar as profissões se faz necessário pensar as profissões em uma dimensão cultural. Ainda segundo Starr, ao analisar as profissões médicas nos EUA, a luta por autoridade cultural em um longo processo histórico-estrutural resultou em poder econômico e influência política.

Outros importantes autores são Norbert Elias (2006) e Pierre Bourdieu (2005). Apesar de Elias não ser considerado especificamente um autor de sociologia das profissões, ele desenvolve estudos que consideram os conflitos como condição *sine qua non* da vida em sociedade, sendo os estudos das profissões uma análise de conflitos profissionais, em que as associações profissionais atuam como mediadoras, estabelecendo limites e possibilidades, além de condicionar o *ethos* profissional (SANTOS 2011, p. 37).

Bourdieu, por sua vez, também mantém os conflitos como constituintes do campo profissional, entendendo profissão “como um grupo social dotado de recursos sociais específicos para delimitar seu campo no espaço social”. Esses recursos sociais seriam desenvolvidos de forma simultânea em uma vertente institucional e outra individual, em que as profissões atuariam como um ator coletivo na construção de uma “visão de mundo” que embasa a luta por reconhecimento (poder) social e por monopólios de atuação profissional. (BOURDIEU, 2003, p. 233, apud SANTOS 2011, p. 37).

Bourdieu salienta o papel do ensino superior para a conformação dos *habitus* dos grupos profissionais dominantes numa sociedade, exercendo uma função padronizadora e distintiva. Ainda tratando sobre a questão da educação, considera que o sistema de ensino é autônomo em relação ao sistema econômico, em que diploma e cargo profissional seriam suas respectivas “unidades monetárias”, sendo a relação entre ambas conflituosa. Alerta que uma inflação de diplomas e certificados geraria uma luta por maiores distinções sociais, em uma estratégia de diferenciação e mobilidade social com reordenação do campo profissional.

3.2.1 As abordagens de Latour e Wilensky sobre o processo de profissionalização

Para tratar de modelos de um processo de profissionalização iremos recorrer a dois autores com abordagens distintas e que contribuem para melhor compreensão desse fenômeno, que julgamos ser útil para verificação da afirmação da profissão de arquivista no Brasil.

Neto (1997) apresenta um trabalho em que explora a visão do filósofo contemporâneo francês Bruno Latour a respeito da profissionalização do cientista e contrapõe com a visão do norte-americano Harold L. Wilensky. Ponderando que ambos militaram em modelos teórico-

metodológicos distintos (Wilensky é vinculado à escola durkeimiana e Latour se insere na corrente contemporânea de sociologia das ciências) e seus estudos foram produzidos em momentos históricos distantes e diferentes entre si (Wilensky no final dos anos 60 e Latour em meados dos anos 80), o autor relaciona as diferentes abordagens de ambos quanto ao processo de profissionalização.

Uma diferença importante entre ambos é que para Wilensky o domínio do conhecimento exerce uma importância fundamental para a reivindicação de exclusividade para realização de uma determinada atividade. Esse conhecimento deve ser ministrado a um círculo restrito e fechado, compreensível apenas por poucos, ou seja, esotérico. Já para Latour, alinhado a uma abordagem sociológica e histórica, a questão do conhecimento em si é menos importante do que as estratégias desenvolvidas pelo corpo profissional para convencer seus pares, a sociedade e o Estado de sua existência e utilidade.

Quanto às etapas que compõem o processo de profissionalização das atividades do mundo do trabalho, especialmente aquelas que requerem uma formação especializada, é possível constatar no quadro 4 que ambos propõem cinco etapas, sendo quatro delas em comum.

Quadro 4 – etapas do processo de profissionalização

| Etapas | Wilensky (1970) | Latour (1989) |
|----------|---------------------------|------------------------|
| Primeira | Eliminar amadores | Eliminar amadores |
| Segunda | Formação padronizada | Satisfazer a sociedade |
| Terceira | Associações profissionais | Provar ao Estado |
| Quarta | Provar ao Estado | Formação padronizada |
| Quinta | Normas éticas | Normas éticas |

Fonte: NETO (1997, p. 113)

Mas apesar da semelhança quantitativa, que não deve ser desprezada, há uma diferença de abordagem entre ambos, que reside na natureza metodológica de análise. Primeiro, para Wilensky as etapas deveriam ser atingidas na ordem enunciada por ele para que uma ocupação atingisse o grau de profissionalização. Já Latour entende as etapas como “pontos de passagem obrigatórios” e que não deveriam seguir uma ordem preestabelecida.

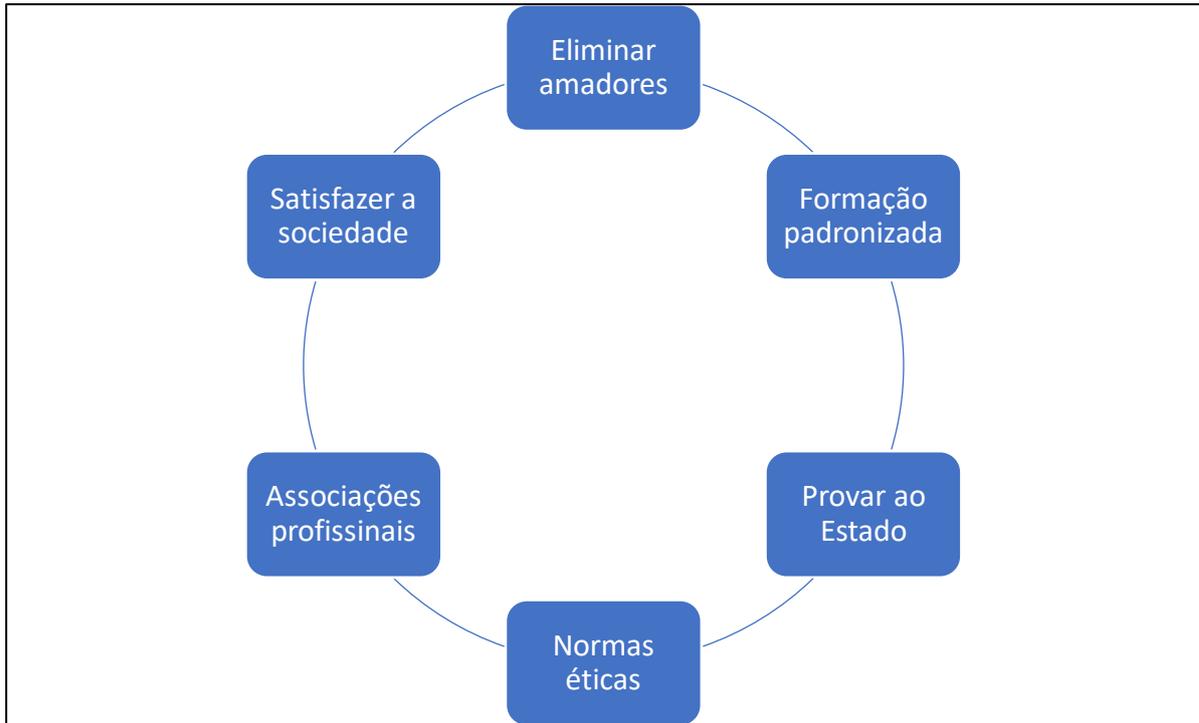
Outra diferença é que a proposta de Wilensky objetiva a construção de um modelo abstrato e adaptável a toda e qualquer condição, uma regra aplicável ao todo. Latour, por sua vez, propõe uma análise antropológica dos grupos profissionais, partindo do particular para o

geral, de forma a encontrar similaridades, não considerando todos os fatores apresentados como determinantes. A seguir detalhamos cada uma das etapas relacionadas por ambos os autores:

- Eliminar amadores: representa a capacidade de a ocupação ser exercida em regime de tempo integral, excluindo assim os amadores.
- Formação padronizada: significa a padronização na formação e normatização na formação de novos profissionais, geralmente em nível universitário, em que é compartilhado um conhecimento exclusivo, que distingue a categoria profissional.
- Provar ao Estado: seria a capacidade de convencer e provar ao Estado que a atividade profissional de determinado grupo é imprescindível, de forma a garantir o monopólio de competência, com regulamentação da profissão.
- Normas éticas: seria um instrumento de auto-regulação, com o estabelecimento de um código de ética com garantia de expurgo dos amadores.
- Associações profissionais: se caracterizam por defender os interesses econômicos, pleitear melhores condições de trabalho e padronizar a conduta do grupo profissional, autorregulando os conflitos existentes dentro do mesmo e com grupos externos. Devem se empenhar na conquista de prestígio, reconhecimento e poder junto à sociedade em geral e ao Estado.
- Satisfazer a sociedade: está relacionado à veiculação do conhecimento em órgão de comunicação científica, de forma a atingir um público mais amplo, aumentando assim o interesse sobre a atividade profissional desenvolvida, criando um mercado de consumo.

Sintetizando assim as 6 etapas de profissionalização elencadas pelos autores – e optando por não as apresentar em uma ordem sequencial obrigatória – para permitir a operacionalização dos objetivos da pesquisa, chega-se ao modelo da ilustração 2.

Ilustração 2 – Etapas do processo de profissionalização, baseadas em WILENSKY (1970) e LATOUR (1989)



FONTE: elaboração própria.

Confrontando o modelo proposto de etapas do processo de profissionalização e o panorama do campo arquivístico no Brasil, evidencia-se como no país a profissão de arquivista superou a condição de ocupação, pois

O processo de profissionalização revela uma competência que vai se delimitando em torno da preocupação com a qualidade de determinado trabalho, em prol da sociedade, e de sua regulação pelo Estado. A imagem desse profissional é formada com um componente coletivo que se torna observável em meios de divulgação da profissão. Nesse sentido, a configuração do campo arquivístico no Brasil relacionar-se-ia, portanto, com a passagem da condição de ocupação à de profissão, regulamentada por lei federal e apoiada nos cursos universitários de Arquivologia. (SILVA e ORRICO, 2012, p. 108)

Apesar de não haver uma hierarquização das etapas, é enfatizado entre os autores da sociologia das profissões a importância da categoria profissional exercer o domínio exclusivo sobre um saber, o que será aprofundado a seguir.

3.2.2 A questão do domínio do saber

Uma questão recorrente na sociologia das profissões é a identificação do domínio exclusivo sobre um corpo básico de conhecimento (saber) como requisito indispensável para que qualquer profissão obtenha autonomia profissional. Assim, pode reivindicar que tanto os procedimentos técnicos como a jurisdição estejam de acordo com padrões de treinamento e convencer o público de que seus serviços são exclusivamente confiáveis.

Como já abordado anteriormente, a Arquivologia vivenciou uma mudança de paradigma, proposição de uma Arquivologia pós-moderna ou pós-custodial, em contraposição à Arquivologia tradicional ou clássica. Apesar dos esforços para buscar uma renovação em sua episteme, a área ainda enfrenta questionamentos quanto à sua autonomia e ao seu caráter científico.

No artigo intitulado *O que é teoria arquivística e porque ela é importante?* de Terry Eastwood, de 1994 e publicado em português em 2013, o autor procura responder outro artigo, de John W. Roberts, para quem não haveria uma “teoria arquivística”, somente um conjunto de técnicas e procedimentos. Eastwood em seu artigo rebate essa afirmação, usando para isso a definição de teoria e expressando o que são em sua opinião o propósito e objeto da teoria arquivística. Nessa questão se insere também o arquivista, que na visão de Roberts teria apenas métodos, práticas e alguma reflexão, mas não teoria, pois o conhecimento seria obtido somente nas chamadas disciplinas puras e não nas disciplinas aplicadas, caso da Arquivologia. Além disso, para ele não há sequer consistência na prática do arquivista, pois sua ação deve se adaptar às singularidades de cada arquivo.

Eastwood rechaça que a função dos arquivos seja somente servir como fontes históricas. No entanto, ao argumentar que os arquivos servem para atestar os fatos e atos e que as circunstâncias de sua produção e preservação asseguram sua confiabilidade, Eastwood justifica porque, na perspectiva dos arquivistas, os arquivos não são matéria de fonte histórica. Depois de expor as propriedades dos arquivos – imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relação e unicidade – o autor conclui que os arquivos não podem ser tratados unicamente pelo seu conteúdo ou pelas informações que contêm, pressuposto de Roberts. Esta é a principal argumentação de Eastwood para indicar que para seus objetivos, o arquivista se fundamenta no conhecimento arquivístico, pois outras ciências, como História e Biblioteconomia não explicam a natureza dos arquivos em termos apropriados. Assim sendo,

(...) todas as ideias sobre a natureza dos arquivos, as circunstâncias que condicionam as suas qualidades e os fins para os quais eles são gerados e usados, são temas de análise sob a perspectiva do arquivista. Se a teoria em sentido lato não é senão a análise das ideias, todos os aspectos de temas, métodos e práticas abordados pela sociedade, e pelo arquivista atuando para a sociedade, são teóricos. (EASTWOOD, 2013, p. 25)

Esse questionamento reforça a necessidade de os arquivistas atuarem na defesa da profissão através do investimento na produção de conhecimento arquivístico. Para Cook (2007a, p. 68), ao abandonarem uma abordagem positivista dos documentos e arquivos e buscarem compreender o contexto político e social em que estes foram criados, “los archiveros podrían haber sido de manera inconsciente los primeros posmodernistas – décadas antes que el término fuera inventado!” Para ele, os arquivistas do novo século devem ser inquietos para com muitas formulações tradicionais sobre Arquivologia e se aproximarem de uma teoria social e da contextualidade histórica. Considera ainda que “los archiveros necesitan ser capaces de investigar, reconocer, y articular todos estos cambios radicales en la sociedad y después ocuparse conceptualmente de su impacto en la teoría archivística en la metodología y en la práctica” (COOK, 2007a, p. 71).

Para o autor caberia aos arquivistas realizarem pesquisas que verifiquem se as teorias continuam sendo suficientes para dar respostas às novas questões que surgem nas atividades arquivísticas. Cook, no entanto, lamenta que apesar do pensamento pós-moderno ter se ocupado com a questão dos arquivos, citando como exemplo o livro *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*, do filósofo francês Jacques Derrida, são poucos os arquivistas que tratam dessa abordagem e poucos têm contribuído para a literatura sobre a história dos arquivos.

Cook (2007b, p. 96) argumenta que “el pós-modernismo exige que los archiveros acepten, y incluso celebren su propia historicidade, su propio papel en el proceso histórico de crear archivos y sus propias tendencias”. Tomando a descrição de arquivo como um exemplo da aplicação prática do pós-modernismo, os arquivistas questionariam o que é apresentado no instrumento de pesquisa para verificar o que é suprimido e por que, e depois agiriam para corrigir a situação. A descrição pós-moderna refletiria, em resumo, a pesquisa contextual sustentada pelo arquivista na história dos registros e seu (s) criador(es), e produziria descrições em constante mudança já que esta é continuamente reinventada a cada novo acesso e com as novas relações que surgem em um novo contexto.

4 PERCEPÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO ENQUANTO CATEGORIA PROFISSIONAL E RELAÇÃO COM O MERCADO PROFISSIONAL

Após recorrermos à literatura brasileira e internacional para abordar as mudanças no perfil do arquivista e explorarmos os diversos aspectos que revelam o panorama da profissão no Brasil, relacionando com as etapas de profissionalização, nesta seção, buscamos analisar a percepção dos próprios arquivistas enquanto categoria profissional e a relação com o mercado profissional. Para isso, são apresentados os resultados de uma pesquisa com os arquivistas do estado do Rio de Janeiro, marco empírico do trabalho.

Para a realização da pesquisa foi escolhida a aplicação de um questionário padronizado (vide Apêndice A), um dos principais instrumentos utilizados na aplicação da metodologia *survey*, que como esclarecem Freitas et al. (2000, p. 105), é “baseado na obtenção de dados ou informações sobre características, ações, ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de instrumento de pesquisa”.

Quanto ao propósito, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois busca identificar características, atitudes ou opiniões manifestas em uma população, sem necessariamente verificar se a percepção obtida está ou não de acordo com a realidade. Há um corte-transversal dos dados coletados, pois a coleta ocorre em um só momento e a pesquisa pretende descrever e analisar a população-alvo em um determinado momento e não em um intervalo cronológico. Em qualquer pesquisa social, não há dado que fale por si e a escolha pela metodologia quantitativa não exclui a possibilidade de utilização da metodologia qualitativa, ou mesmo uma combinação de ambas, pois como afirmam Minayo e Sanches (1993, p. 247), não existe contradição entre as metodologias, pois elas têm natureza diversa.

Quanto à amostra, ela deve ser representativa da população ou um modelo dela, embora nenhuma amostra seja perfeita, apenas variando o grau de erro, conforme Fink (1995 apud Freitas et al., 2000, p. 106). A pesquisa se restringiu aos arquivistas – considerando como tal os que se enquadram nos marcos legais da profissão no Brasil, ou seja, graduados em Arquivologia – que atuam no estado do Rio de Janeiro porque trata-se de um local que reúne condições únicas em termos de análise da categoria profissional e do mercado profissional existente. Como verificado no panorama da profissão no Brasil, a expansão dos cursos de Arquivologia é um fenômeno recente e ainda incipiente nas regiões norte e nordeste, enquanto no Rio de Janeiro se localizam dois cursos (UNIRIO e UFF) criados ainda no final dos anos 70, portanto formando profissionais há quase quatro décadas. É ainda o único estado que dispõem de uma pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia (PPGARQ/UNIRIO), favorecendo a continuação dos

estudos. No contexto do movimento associativo, foi sede da primeira associação profissional, de âmbito nacional, contando atualmente com uma de âmbito regional, vivenciando, portanto, todas as mudanças na forma da profissão se organizar para obter representação.

É importante ressaltar ainda o aspecto econômico – como segunda maior economia do país²¹ – e sociopolítico do Rio de Janeiro, que foi capital do Brasil Colônia (1621-1808), do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822), do Brasil Império (1822-1889) e do Brasil República (até 1960) e como “herança” conta ainda com um grande número de órgãos e empresas públicas e possivelmente reúne o maior acervo arquivístico do país. Neste contexto, conta com instituições arquivísticas nas três esferas federativas: federal (Arquivo Nacional), estadual (APERJ) e municipal (AGCRJ) além de diversas instituições voltadas para a gestão e preservação do patrimônio arquivístico, como a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, vinculado à UFRJ e outras organizações públicas e privadas que contam com serviços arquivísticos. Todos esses aspectos justificam a escolha do Rio de Janeiro como amostra para verificação da percepção dos arquivistas enquanto categoria profissional e a relação com o mercado profissional, pois uma pesquisa em âmbito nacional necessitaria de uma análise que ponderasse os diferentes cenários existentes em cada estado, em que alguns não contam com cursos de formação e/ou associação profissional e se relacionam com mercados de trabalho diferentes, voltados para o serviço público ou privado.

Como estratégia de aplicação, foi utilizado o envio por correio eletrônico e divulgação na rede social Facebook. Para a formulação do questionário foram considerados os seguintes cuidados, apontados por Freitas et al. (2000, p. 107-108): as questões fechadas devem conter alternativas exaustivas, cobrindo todas as respostas possíveis; as questões devem ser redigidas de forma clara e precisa, considerando o nível de informação dos respondentes e devem possibilitar uma única interpretação; as perguntas não devem induzir as respostas; apresentar um cabeçalho que informe de forma resumida o objetivo da pesquisa, a importância das respostas; e deve-se assegurar ao respondente a confidencialidade dos dados e dos resultados, enquanto dados individuais.

Para a formulação das questões, buscou-se um referencial em pesquisa voltado para obtenção de perfil e auto-imagem profissional e de preferência direcionado para arquivistas e/ou profissionais da informação. A melhor referência encontrada foi o relatório do

²¹ Dados do IBGE disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>>.

Observatório da Profissão de Informação-Documentação (OPI-D), de Portugal, intitulado *A imagem das competências dos profissionais de informação-documentação*, publicado em 2006. O OPI-D é integrado por associações que reúnem esses profissionais: Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde (APDIS), Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), Associação Portuguesa para a Gestão da Informação (INCITE) e Associação para a promoção e Desenvolvimento da Leitura Pública da Área Metropolitana de Lisboa (Liberpolis). Pinto e Ochôa (2006, p. 6) esclarecem que o relatório integrava uma “estratégia para renovar a identidade profissional através da reflexão sobre as práticas profissionais e da investigação sobre as evidências profissionais, obtidas por meio de questionários e depoimentos orais”. As autoras ressaltam também que a pesquisa permitiu que pela primeira vez, os profissionais fossem chamados a intervir nos cenários prospectivos das suas competências e a tomar posição sobre quais as melhores estratégias para mudar o seu reconhecimento e o seu valor social. Para o presente trabalho foi utilizado o questionário *A auto-imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação* (Pinto e Ochôa, 2006, p. 213-217), dividido nos itens: identificação; carreira; competências de informação-documentação; e cenários prospectivos para a profissão de informação-documentação. Tendo como base esse questionário do relatório do OPI-D foram realizadas as devidas modificações nas questões, para se adequar à realidade de formação e atuação profissional dos arquivistas no Brasil, para se chegar à elaboração de um novo questionário, que atendessem os objetivos da pesquisa.

Freitas et al. (2000, p. 108) trata de formas de validação do instrumento – no caso, o questionário – após sua elaboração, sendo que uma delas é a utilização de juízes (especialistas na área) para julgar sua pertinência e clareza, considerando seu propósito; recorreu-se então à três professores do campo arquivístico, sendo obtida a validação e sendo realizada uma sugestão que foi atendida. Também foi utilizado o pré-teste, que tem como objetivo refinar o instrumento, ao se verificar se todas as questões foram respondidas corretamente, se as respostas não indicam dificuldade quanto ao entendimento das questões e quanto à forma de preenchimento do questionário. Segundo Gil (1991 apud Freitas et al., 2000, p. 109) “devem ser considerados no pré-teste os seguintes aspectos: clareza e precisão dos termos, quantidade de perguntas, forma das perguntas, ordem das perguntas e introdução”.

Assim, o questionário foi enviado para um pequeno grupo de 10 pessoas, que correspondiam ao público-alvo da pesquisa, através de correio eletrônico, sendo alcançadas 8 respostas, sendo que 5 não apresentaram qualquer ponderação ou questionamento e 3

apresentaram alguns questionamentos e sugestões de melhoria, que foram analisadas e resultaram em pequenos ajustes em algumas questões.

Validado o questionário, partiu-se para sua aplicação, no período de 3 de fevereiro à 4 de março de 2016. Hospedado na plataforma online Google Drive, o questionário foi enviado, por correio eletrônico, para associados da AAERJ enquadrados na categoria arquivista, o que correspondeu a 170 pessoas. Foram fornecidos, pela associação, os endereços dos correios eletrônicos de todos os associados na categoria arquivista filiados desde 2004 (ano de fundação da AAERJ), incluindo inadimplentes. O questionário também foi divulgado em grupos que reúnem a comunidade arquivística do Rio de Janeiro na rede social Facebook, sendo que no período da pesquisa o maior deles reunia aproximadamente 1.400 membros²² (incluindo estudantes e profissionais de outros estados e formações, pois o acesso é livre).

Ao fim do período de aplicação, foram obtidos 140 questionários respondidos, sendo que 2 foram descartados, pois os respondentes não se enquadravam na população alvo: um não possuía graduação em Arquivologia e outro ainda cursava a graduação. Assim, foram analisados ao todo 138 questionários e os resultados são apresentados a seguir. Para efeito de comparação, em algumas questões serão verificados resultados obtidos em pesquisas similares: a realizada por Katia Isabelli Melo de Souza, entre novembro de 2008 e abril de 2009, com arquivistas de todo o Brasil, totalizando 452 profissionais (SOUZA, 2011, p. 169); e o Censo dos arquivistas e profissionais que atuam em arquivos²³, também de âmbito nacional, voltado para arquivistas, estudantes de Arquivologia e outros profissionais que atuam em arquivos, promovido pelo FNArq em outubro de 2015 e cujos resultados parciais foram divulgados em abril de 2016, quando alcançara a marca de 1.376 respostas.

²² Tratam-se dos grupos “Arquivologia UNIRIO”, que apresenta a seguinte descrição: “O Grupo foi criado no intuito de termos um espaço para a troca de ideias e experiências, divulgação de oportunidades de trabalho, cursos e eventos. Aproximar os profissionais e estudantes cada vez mais, para ajudar no desenvolvimento e crescimento da Arquivologia no cenário nacional. Alunos, ex-alunos, professores, estudiosos e simpatizantes da nossa área de estudos, sejam todos bem-vindos!”, disponível em: <

<https://www.facebook.com/groups/arquivologia.unirio>>; e “Arquivologia UFF”, disponível em: <

<https://www.facebook.com/groups/206195342804840>>.

²³ Disponível em: <

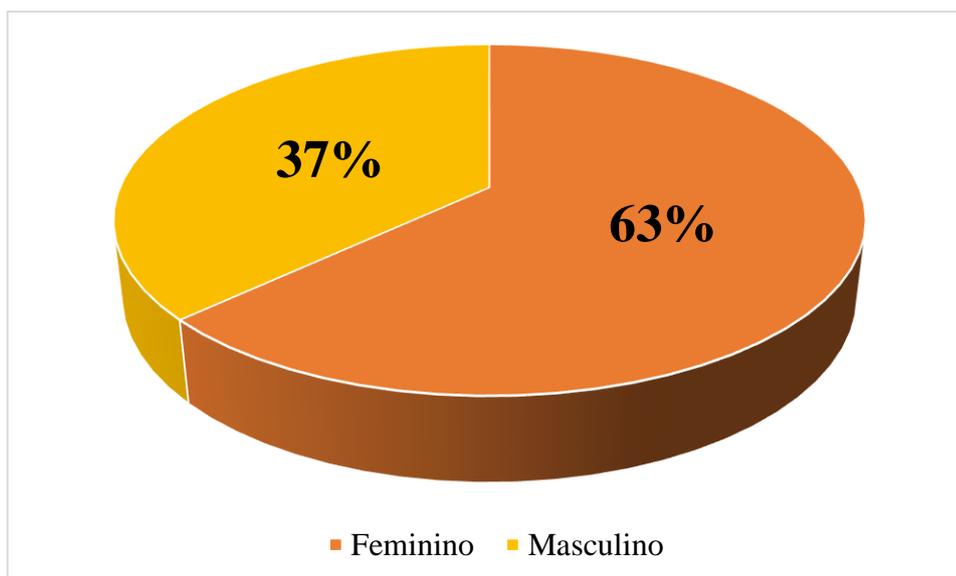
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfCAuMC6OccMs97_othVy_fj03ALKc5HvIhc_pJ7wut2E0qKw/vi ewform>.

4.1 PERFIL DO UNIVERSO PESQUISADO

Para efeito de análise, o questionário da pesquisa foi estruturado em três blocos de questões, sendo o primeiro relativo à identificação dos arquivistas quanto ao sexo e idade e dados de formação, delimitando assim o perfil do universo pesquisado.

A maioria dos arquivistas, 63%, correspondem ao sexo feminino e 37% ao sexo masculino. Souza (2011, p. 171) em pesquisa semelhante, mas abrangendo um universo maior, com arquivistas de todo o Brasil, também obtivera resultado muito semelhante, com 62% dos arquivistas correspondentes ao sexo feminino, indicando uma predominância das mulheres entre as profissionais da área.

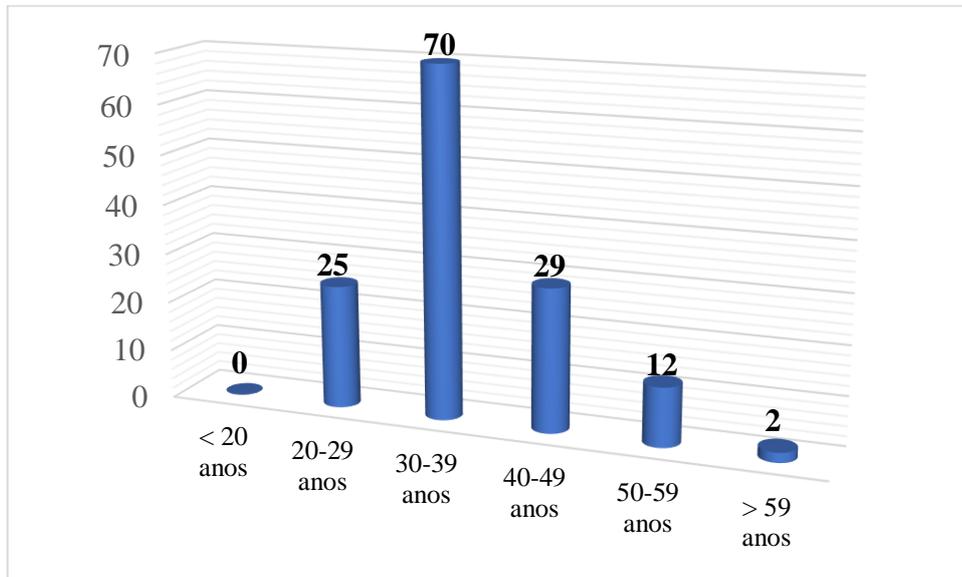
Gráfico 2 – Sexo



FONTE: elaboração própria

Na questão da idade, foi identificada uma concentração na faixa entre 30-39 anos, correspondente a 70 arquivistas, pouco mais da metade dos participantes da pesquisa (51%). O restante se dividiu nas faixas etárias imediatamente posterior e anterior, entre 40-49 anos, com 29 (21%) e 20-29 anos, com 25 (18%). Apenas 10% se situam nas faixas acima de 50 anos e nenhum dos respondentes possui menos de 20 anos, resultado esperado pois a pesquisa foi direcionada para os profissionais formados.

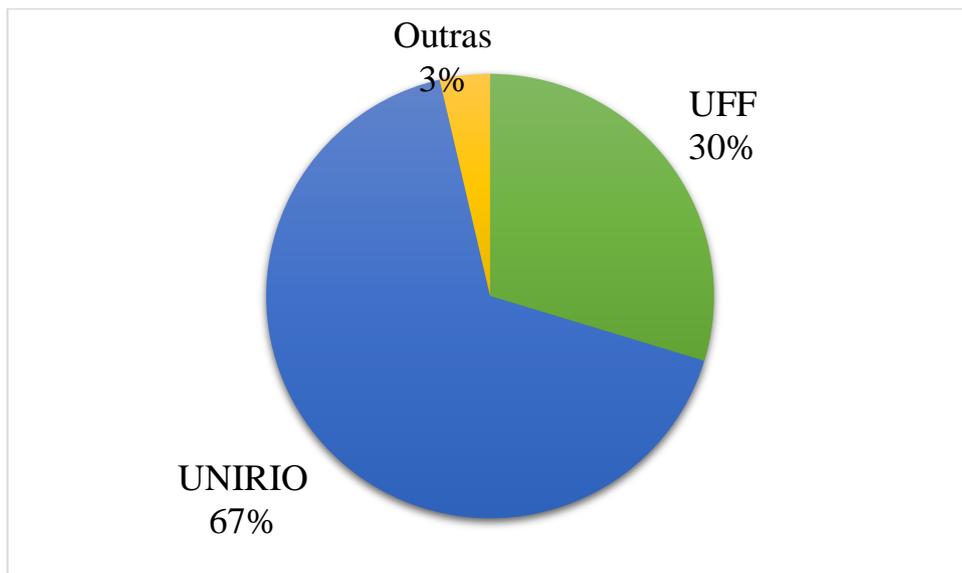
Gráfico 3 – Idade



FONTE: elaboração própria.

A UNIRIO prevaleceu como universidade de formação dos arquivistas que participaram da pesquisa, com 67%, mais do que o dobro da UFF (30%). Como a pesquisa incluiu arquivistas residentes no estado do Rio de Janeiro, independentemente do estado de origem, 5 deles (3%) indicaram outra universidade de formação, sendo que 2 pela UEL, 1 pela UFMG, 1 pela UnB e 1 não preencheu o campo correspondente à universidade.

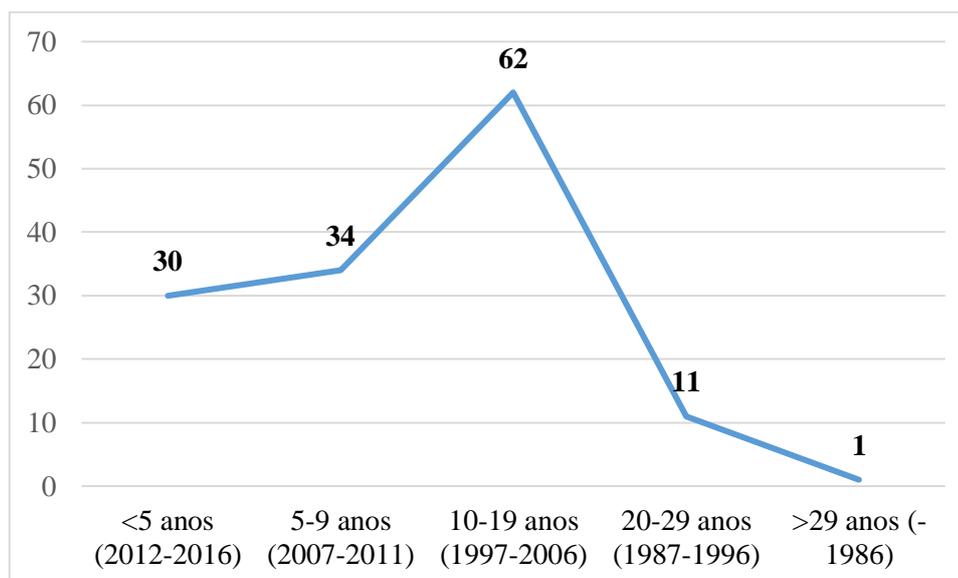
Gráfico 4 – Universidade onde se graduou



FONTE: elaboração própria

Como na faixa etária ocorreu uma concentração de profissionais mais jovens, isso se refletiu no ano de conclusão da graduação dos participantes da pesquisa. O gráfico 5 mostra a divisão por cinco faixas etárias, sendo que 64 (46%) se graduaram há menos de 10 anos e 62 (45%) se graduaram há menos de 20 anos. Apenas 12 arquivistas (9%) concluíram a graduação há mais de 20 anos.

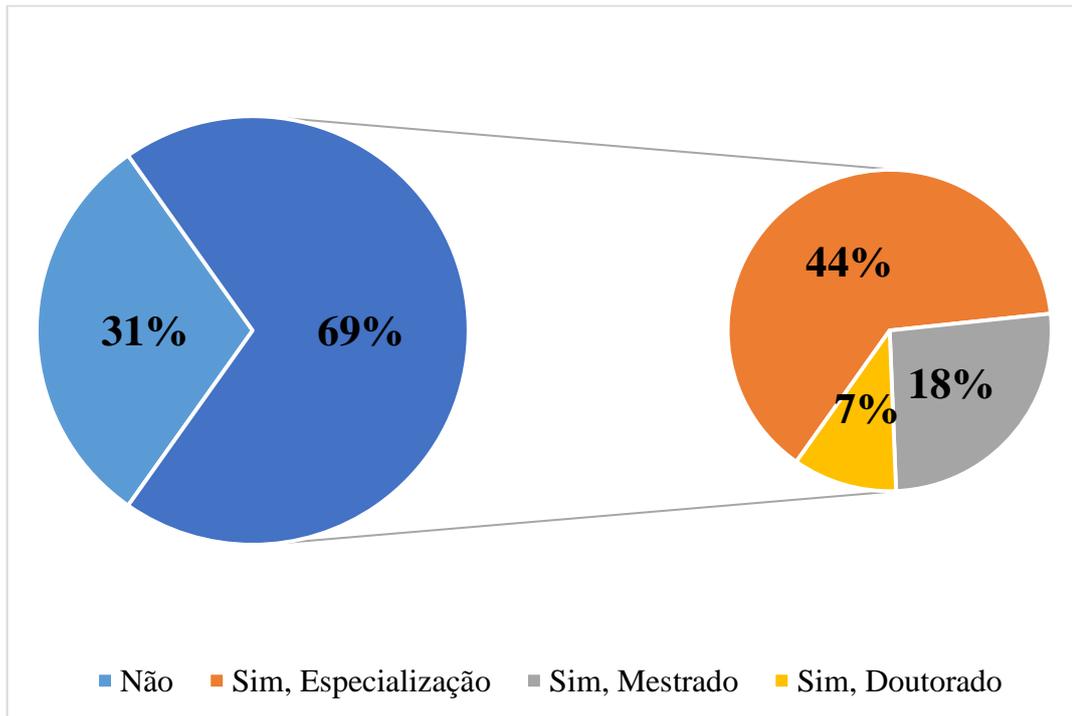
Gráfico 5 – Ano em que concluiu a graduação



FONTE: elaboração própria

Com relação à formação continuada, 31% dos arquivistas declararam não ter realizado qualquer pós-graduação. Já expressiva maioria, 69%, possuem alguma pós-graduação, somando 44% que possuem especialização, 18% que possuem mestrado e 7% que possuem doutorado. Cabe destacar, entretanto, que analisando somente os pós-graduados, a maioria (64%) realizou a pós-graduação na modalidade *lato sensu*, enquanto apenas 36% cursaram na modalidade *stricto sensu*.

Gráfico 6 – Pós-Graduação



FONTE: elaboração própria.

Há que se considerar também que o número elevado de profissionais formados nos últimos 10 anos influencia o percentual de pós-graduados. Analisando somente os arquivistas que possuem pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) verificamos que o percentual se eleva juntamente com o tempo de conclusão da graduação, como evidenciado na tabela 3.

Tabela 3 – Arquivistas com pós-graduação *stricto sensu* X ano de graduação

| Tempo de graduação | Percentual dos arquivistas com pós-graduação <i>stricto sensu</i> |
|------------------------|---|
| < 10 anos (2007-2016) | 19% |
| 10-19 anos (1997-2006) | 30% |
| > 20 anos (1984-1996) | 33% |

FONTE: elaboração própria

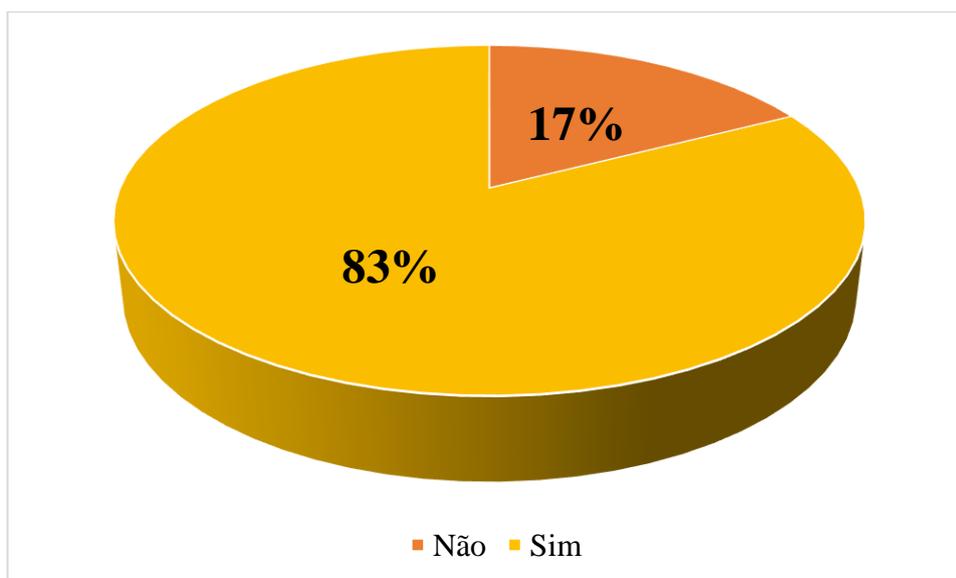
É necessário esclarecer que o objetivo dessa questão era somente verificar o nível de formação dos profissionais que participaram da pesquisa, não sendo verificado em qual área de conhecimento/linha de pesquisa esta foi realizada a pós-graduação.

4.2 RELAÇÃO COM A ATIVIDADE PROFISSIONAL

No segundo bloco de questões, são apresentados os resultados das perguntas relacionadas à relação dos arquivistas com sua atividade profissional – ou seja, o ofício arquivístico – e com seu emprego, considerando assim o ambiente organizacional onde exerce sua profissão, no caso daqueles que estão empregados.

A primeira questão apresentada nesse bloco era relativa ao registro profissional junto ao MTE, que todos os arquivistas devem realizar para o exercício legal da profissão, conforme estabelecem a Lei nº 6.546/78 e o Decreto nº 82.590/78. Foi obtido um alto percentual de arquivistas registrados, 83%, entretanto, por se tratar de um dispositivo obrigatório, o percentual daqueles que não realizaram o registro, correspondente a 17%, pode ser considerado elevado.

Gráfico 7 – Registro profissional



FONTE: elaboração própria

Na tabela 4 é possível verificar que o número de arquivistas registrados é bem inferior entre os formados nos últimos 5 anos em comparação com aqueles que são formados há mais tempo. No Censo promovido pelo FNArq, de âmbito nacional, obteve-se o resultado de 53% de profissionais registrados, percentual próximo ao verificado entre os arquivistas no Rio de Janeiro que se graduaram entre 2012 e 2016.

Tabela 4 – Arquivistas com registro profissional X ano de graduação

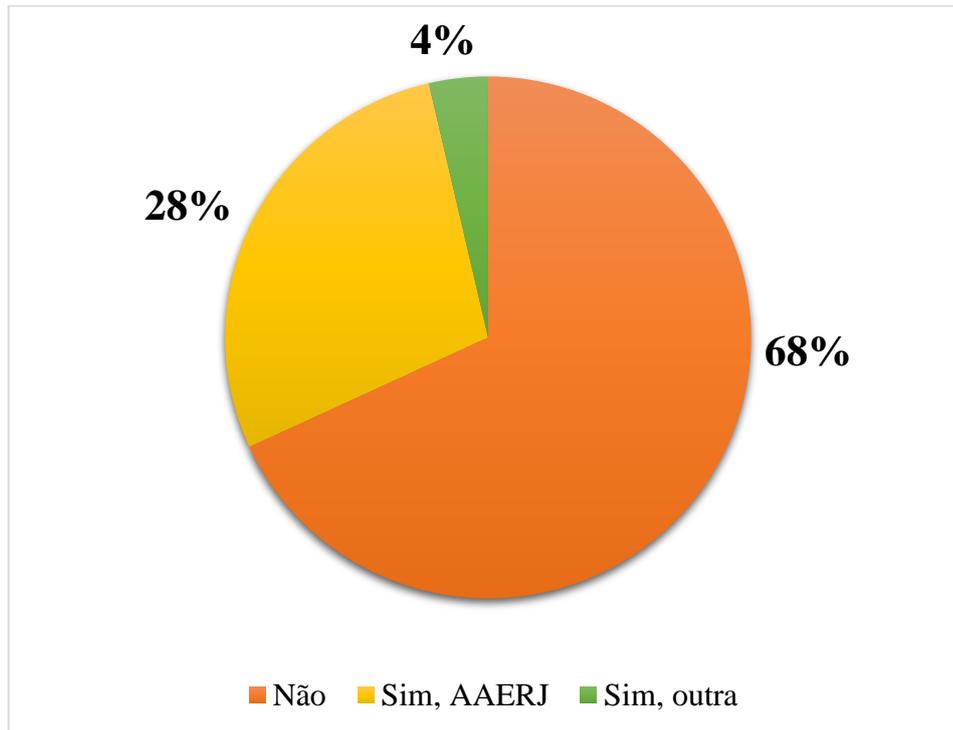
| Tempo de graduação | Percentual dos arquivistas registrados no MTE |
|---------------------------|--|
| < 5 anos (2012-2016) | 57% |
| 5-9 anos (2007-2011) | 91% |
| > 10 anos (1984-2006) | 89% |

FONTE: elaboração própria

Questionados sobre filiação a alguma associação profissional, expressiva maioria dos arquivistas (68%) declarou que não é associado. Apenas 32%, aproximadamente um terço dos que participaram da pesquisa, declararam serem associados, sendo que 28% relativos à AAERJ, atualmente a única associação profissional no estado do Rio de Janeiro após a AAB encerrar suas atividades em 2015. Esse número é ainda mais expressivo considerando que a pesquisa foi direcionada inicialmente para os associados da AAERJ, mas dos 170 arquivistas que constavam do cadastro da associação e que receberam por correio eletrônico o questionário, apenas 39 participaram da pesquisa. Além dos associados da AAERJ, como foram considerados na pesquisa os arquivistas residentes no estado do Rio de Janeiro, independentemente do estado de origem, 5 deles (4%) indicaram serem filiados a outra associação: ABArq, AARS, ARQ-SP e AAG foram as relacionadas e 1 não preencheu o campo correspondente ao nome da associação.

Na pesquisa de Souza (2011, p. 212) obteve-se curiosamente o mesmo percentual de 32% de profissionais associados, em âmbito nacional, demonstrando que o baixo número de arquivistas inseridos no movimento associativo é um fenômeno comum. No Censo do FNArq, mais atual, foi obtido um percentual ainda menor, somente 24% de associados.

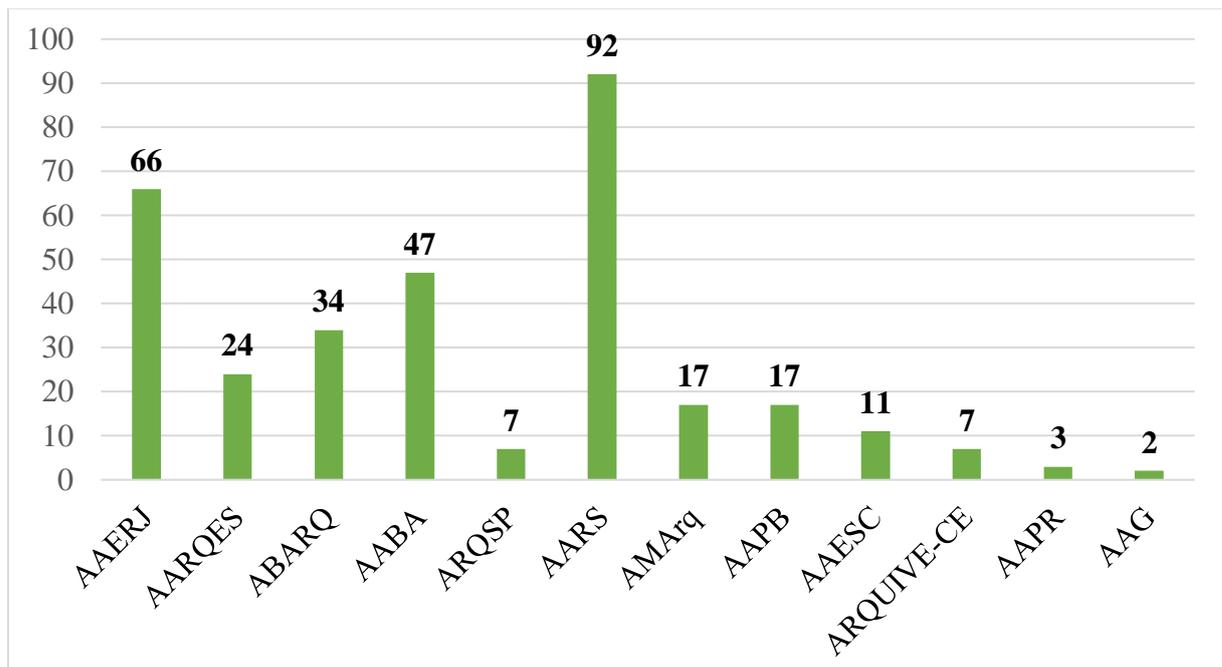
Gráfico 8 – Filiação à associação profissional de arquivistas



FONTE: elaboração própria.

Dos 327 que declararam ao FNArq serem associados, a AAERJ foi a segunda associação mais citada, por 66 (20%), abaixo apenas da AARS, por 92 (28%), conforme o gráfico 9.

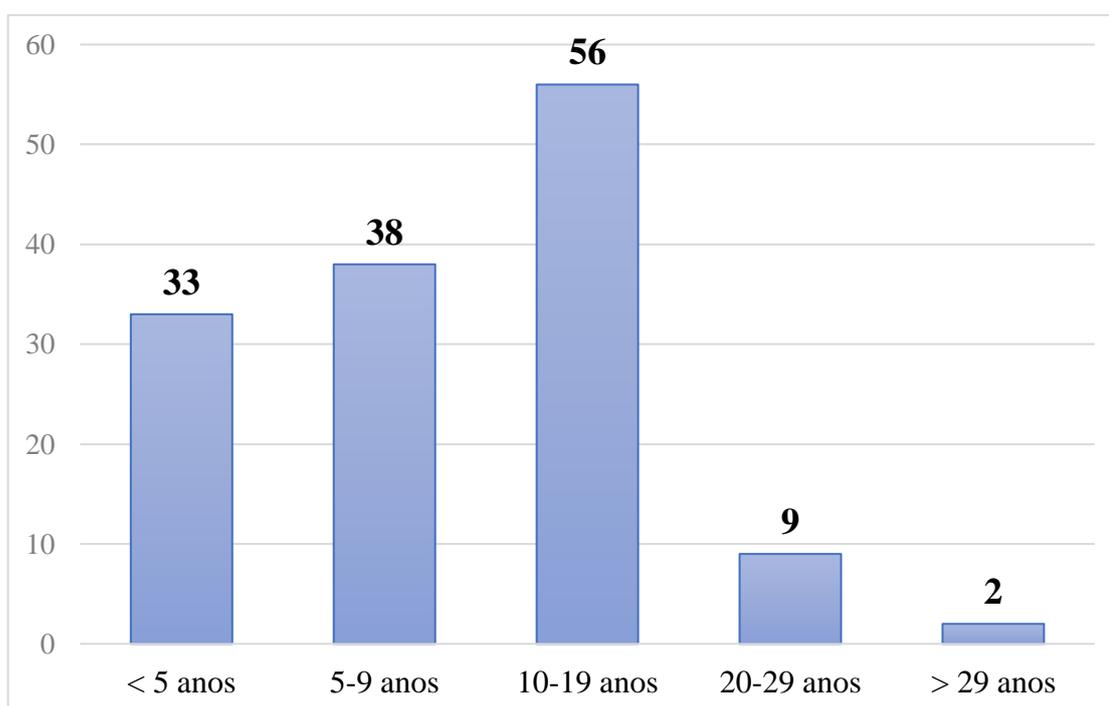
Gráfico 9 – Distribuição de associados no Brasil



FONTE: FNArq (2016).

Quanto aos anos de atividade profissional, de forma coerente, obteve-se um resultado muito próximo ao relativo sobre o tempo de graduação dos participantes da pesquisa. Assim, o gráfico 10 mostra a divisão por cinco faixas cronológicas, sendo que 56 (40%) exercem atividades profissionais entre 10 a 19 anos; 38 (28%) exercem entre 5 a 9 anos; 33 (24%) há menos de 5 anos e apenas 11 (8%) exercem há 20 anos ou mais.

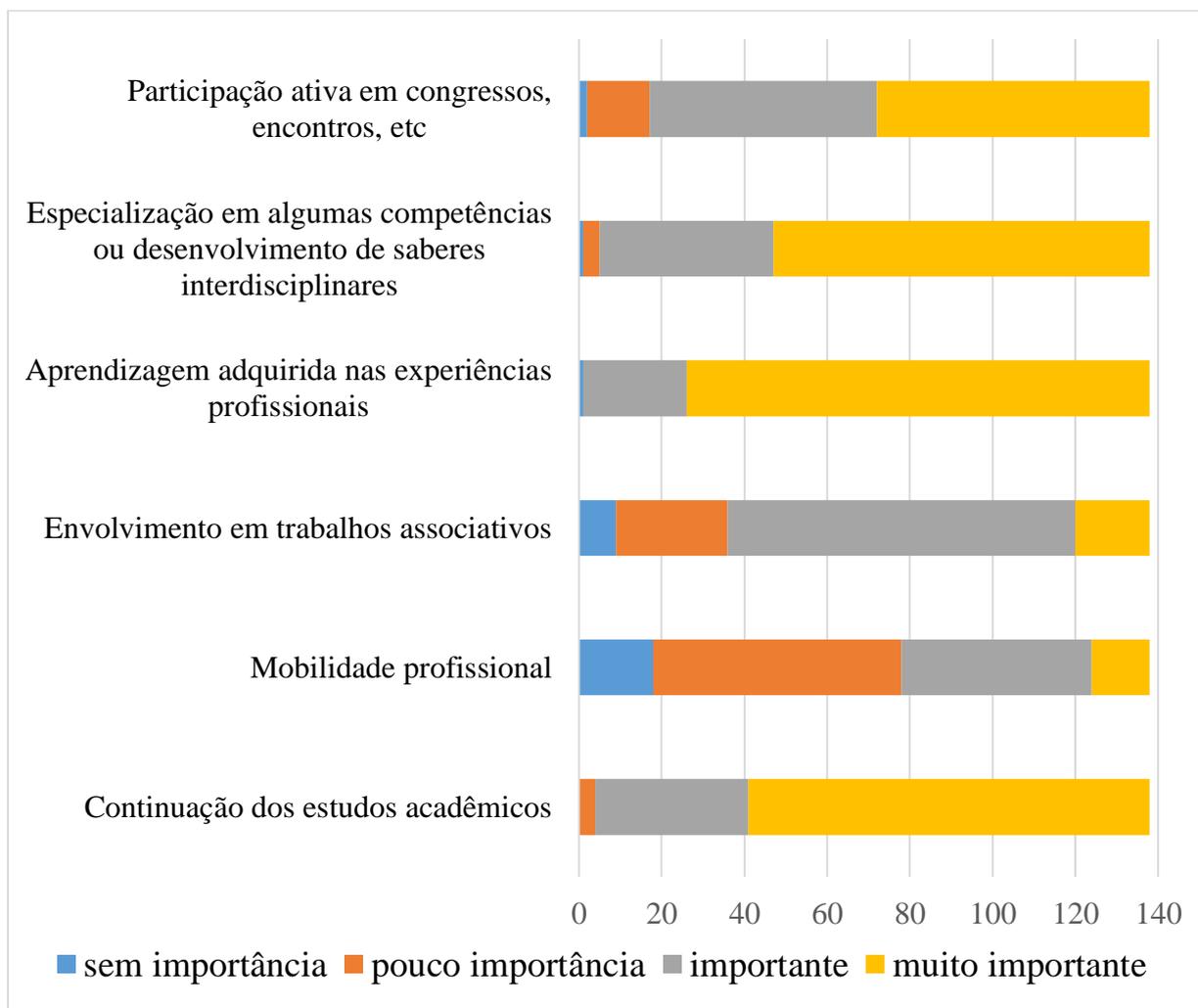
Gráfico 10 – Anos de atividades profissional



FONTE: elaboração própria.

A questão seguinte, sobre estratégias de desenvolvimento da atividade profissional, elencava seis opções de ações a serem realizadas pelos arquivistas, de forma concomitante ou não, para o seu próprio desenvolvimento profissional ao longo da carreira. Era solicitado que, para cada opção, atribuíssem um grau de importância, de acordo com sua opinião. Dentre as opções, a aprendizagem adquirida nas experiências profissionais foi considerada por 81% como muito importante, obtendo a preferência dos participantes da pesquisa. Já a mobilidade profissional – disponibilidade para mudar de cidade ou país a trabalho – foi a opção de menor preferência, com 13% a apontando como sem importância.

Gráfico 11 – Estratégias de desenvolvimento da atividade profissional



FONTE: elaboração própria.

Na tabela 5 observamos o percentual alcançado pelas opções propostas no grau “muito importante”. Interessante observar o alto valor colocado pelos profissionais na aprendizagem adquirida nas experiências profissionais, considerada mais importante que a continuação dos estudos acadêmicos, indicando uma valorização do “saber fazer” adquirido pelo profissional em sua atuação no mercado profissional sobre o saber adquirido no ambiente acadêmico. A especialização em algumas competências ou desenvolvimento de saberes disciplinares também foi uma opção considerada relevante, indicando o desejo dos profissionais adquirirem novos saberes ou se aprofundarem em um conhecimento específico, em consonância com o que já foi colocado quando das competências desejáveis para os profissionais da informação. A baixa relevância atribuída ao envolvimento em trabalhos associativos condiz com o baixo número de profissionais associados, pois indica que estes não veem nas associações um meio para crescimento profissional, contribuindo para a carreira e aumentando o relacionamento com

outros profissionais da área. A mobilidade profissional se mostrou uma opção pouco atrativa e presume-se que isso se justifica pelo estado do Rio de Janeiro oferecer opções de trabalho na área, pela quantidade de instituições arquivísticas e/ou com serviços arquivísticos, torne pouco atrativa a busca de trabalho em outros estados ou países.

Tabela 5 – Classificação das estratégias de desenvolvimento da atividade profissional no grau “muito importante”

| Estratégia | % |
|--|----------|
| 1º) Aprendizagem adquirida nas experiências profissionais | 81% |
| 2º) Continuação dos estudos acadêmicos | 70% |
| 3º) Especialização em algumas competências ou desenvolvimento de saberes disciplinares | 66% |
| 4º) Participação ativa em congressos, encontros, etc. | 48% |
| 5º) Envolvimento em trabalhos associativos | 13% |
| 6º) Mobilidade profissional | 10% |

FONTE: elaboração própria

Questionados se estavam empregados, apenas 9% informaram estarem desempregados (sendo que a taxa de desemprego na região metropolitana do Rio de Janeiro no período da pesquisa registrava 5,1%²⁴). Aqueles que declararam estarem empregados (91%) foram discriminados de acordo com a forma de ocupação, englobando os que exercem a profissão no setor público (55%), no setor privado (23%), na docência (5%) e como autônomos (3%), além de 5% que estão empregados, mas não exercem a profissão.

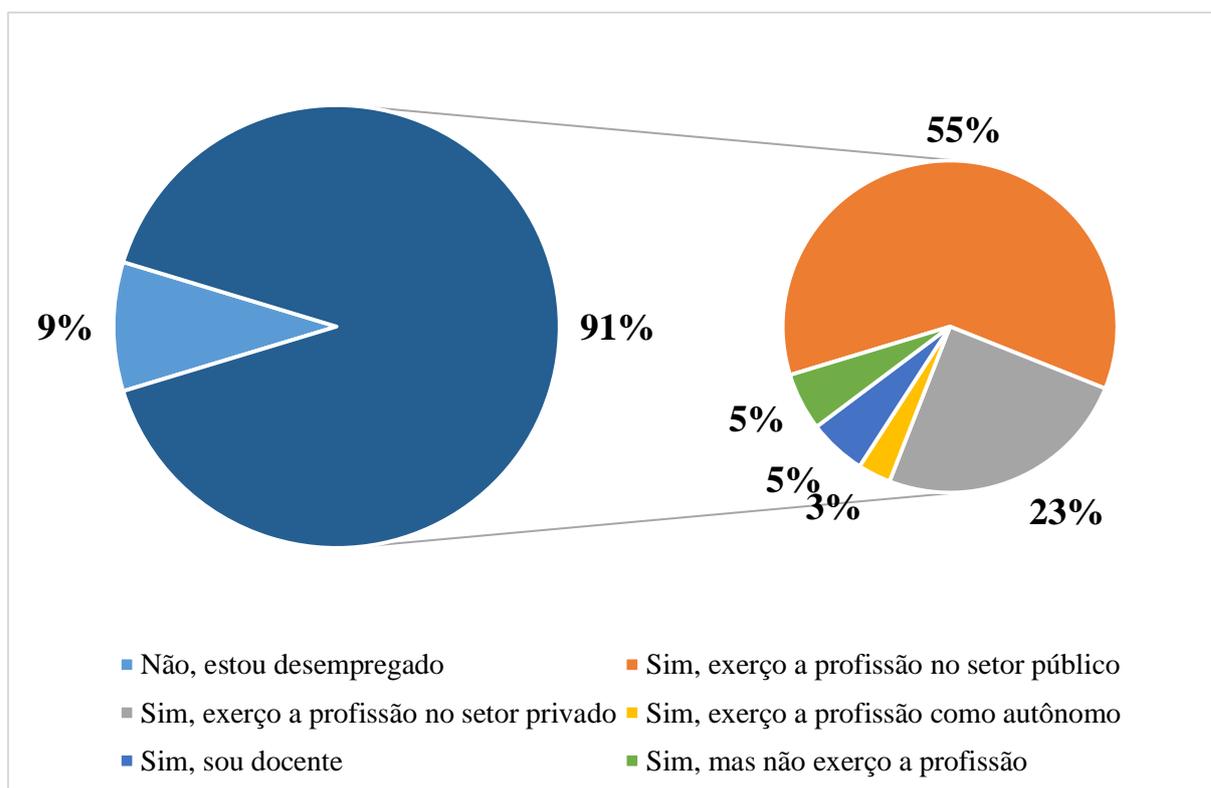
É nítida a presença da profissão no setor público, pois considerando somente os arquivistas que estão exercendo a profissão – ou seja, excluindo os desempregados e os que estão empregados, mas exercendo outras funções – constatamos que 64% são funcionários públicos. Deve-se considerar que a cidade do Rio de Janeiro tem uma das maiores proporções de funcionários públicos em relação à população com emprego formal, correspondendo a 18,64%, pouco acima da média nacional, de 18,32%²⁵. Uma situação com origem no fato da cidade ser até 1960 capital do Brasil e abrigar universidades, hospitais, institutos e agências reguladoras federais (FREIRE e PALOTTI, 2015, p. 38).

²⁴ Dado do IBGE referente à janeiro de 2016, disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2016/pme_201601pubCompleta.pdf>.

²⁵ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-30-cidades-brasileira-onde-ha-mais-funcionarios-publicos#1>>.

A própria profissão, conforme já explorado ao tratarmos de sua trajetória no Brasil, teve sua institucionalização vinculada diretamente ao atendimento do poder público, tendo em vista que o curso superior de Arquivologia surgiu nas dependências do Arquivo Nacional, tendo como origem um curso criado em 1960 que visava preparar quadros para a instituição.

Gráfico 12 – Emprego



FONTE: elaboração própria.

Levantamento de Costa (2015, p. 159) em editais com vagas imediatas para arquivistas em concursos públicos de todo o serviço público federal revela que entre os anos de 2006 e 2014 ocorreu a contratação de 613 arquivistas. Entre os órgãos contratantes, destaques para o Arquivo Nacional, que em 2006, na primeira seleção para o quadro técnico-administrativo em sua história ofereceu 50 vagas – divididas entre as sedes do Rio de Janeiro (38) e Brasília (12) – e para as universidades federais, subordinadas ao Ministério da Educação, que no referido período ofereceram 286 vagas. O quadro 5 mostra o quantitativo de vagas para arquivistas distribuídas por ano e entre Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entidades de fiscalização, Ministério Público da União (MPU) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP):

Quadro 5: Distribuição de vagas em concursos públicos para arquivista nos Poderes: 2006-2014

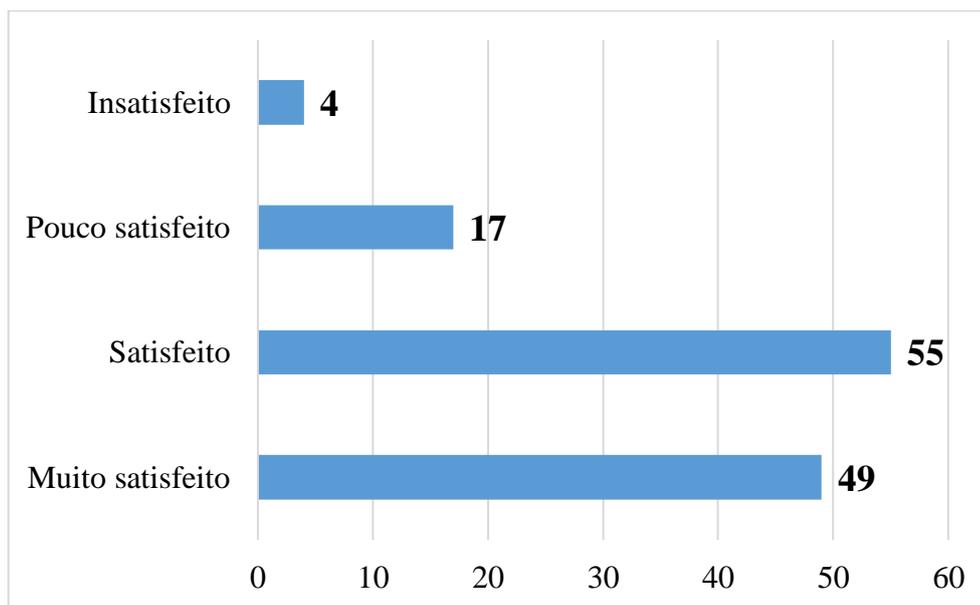
| Poder | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Total |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Executivo | 90 | 3 | 140 | 125 | 42 | 24 | 31 | 45 | 74 | 574 |
| Judiciário | 1 | 4 | | 2 | 4 | 3 | 2 | 1 | 1 | 18 |
| Legislativo | | 6 | 2 | | | 5 | | | | 13 |
| Entidades de fiscalização | | | 1 | | 1 | | | | | 2 |
| MPU | | | | | 1 | | | 4 | | 5 |
| CNMP | | | | | | | | | 1 | 1 |
| Total | 91 | 13 | 143 | 127 | 48 | 32 | 33 | 50 | 76 | 613 |

FONTES: COSTA (2015, p. 159) baseado em pesquisas na Seção 3 do DOU entre 2006 e 2014.

Apesar da quantidade de vagas a cada ano ser irregular e ter ocorrido em um contexto político e administrativo favorável, no qual todas as carreiras foram contempladas com reposição de pessoal, é notável o quantitativo observado nesse período, demonstrando o quanto a profissão tem sido demandada pelo serviço público, considerando o exemplo federal. Mas é importante considerar que apesar do grande ingresso de profissionais nesse período, não é possível determinar se é suficiente para garantir a realização pelo Poder Público da gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, conforme determina a Lei nº 8.159/90.

Sobre a satisfação com o emprego, questão direcionada somente para os 125 arquivistas empregados, o resultado foi positivo. A maioria declarou estar satisfeito, correspondente a 44% e 39% declararam estarem muito satisfeitos. Já 14% declararam estarem pouco satisfeitos e apenas 3% insatisfeitos, conforme gráfico 13:

Gráfico 13 – Satisfação com o emprego



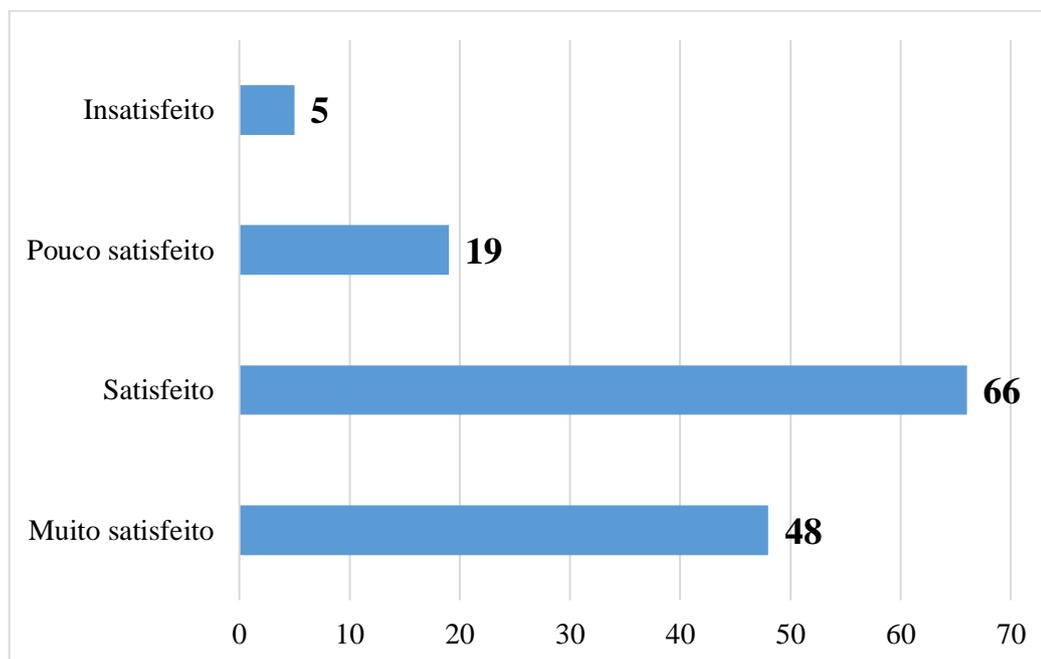
FONTE: elaboração própria

Realizando uma comparação entre os que estão empregados no setor público e no setor privado, verifica-se maior satisfação entre os servidores públicos. Entre estes, 87% declararam estarem satisfeitos ou muito satisfeitos com o emprego e apenas 13% estarem pouco satisfeitos ou insatisfeitos. Já entre os que atuam no setor privado, 74% responderam que estão satisfeitos ou muito satisfeitos e 25% que estão pouco satisfeitos ou insatisfeitos.

Na questão de satisfação com a atividade profissional, ou seja, com a própria profissão de arquivista, os resultados também foram positivos, ficando próximos dos obtidos em relação à satisfação com o emprego, conforme gráfico 14. A maioria, 48% declarou estar satisfeito, 35% muito satisfeito, enquanto 14% pouco satisfeito e apenas 3% insatisfeito.

Todos puderam se manifestar nessa questão, mas analisando somente os que não estão atuando na área, seja por estarem desempregados ou por estarem empregados, mas exercendo outras atividades, verificamos uma insatisfação maior nesse grupo, com 40% declarando estar pouco satisfeito ou insatisfeito. Mesmo nesse grupo, a maioria, 60%, declara estar satisfeita ou muito satisfeita com a atividade profissional, mas em percentual inferior aos que estão atuando na área – seja no setor público, no setor privado, como autônomo ou docente – que registram 86%, enquanto apenas 14% manifestaram algum grau de insatisfação.

Gráfico 14 – Satisfação com a atividade profissional



FONTE: elaboração própria

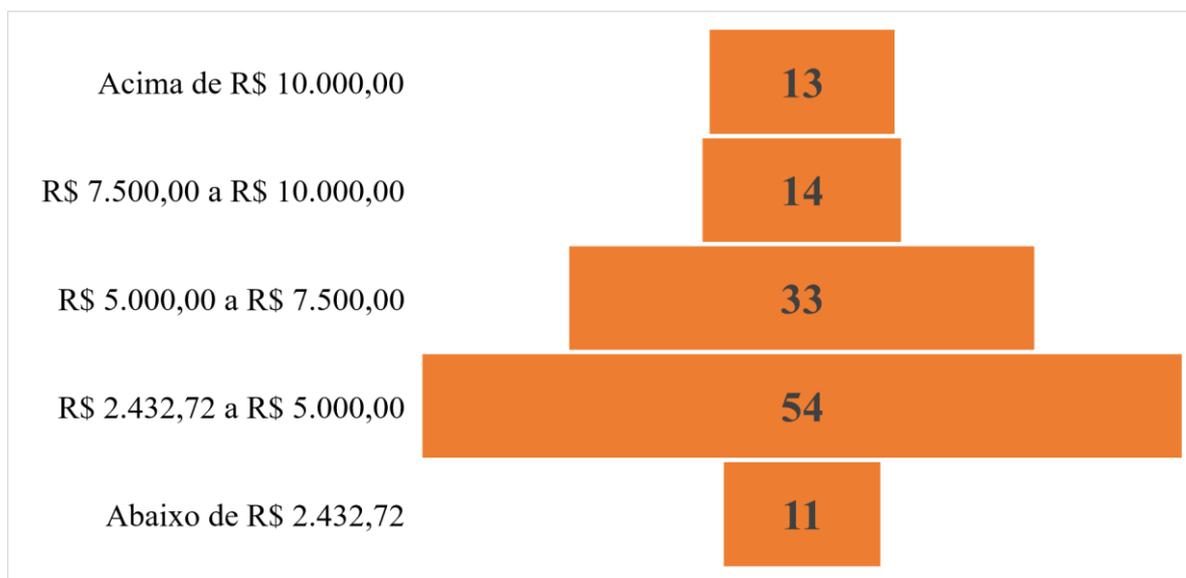
O Rio de Janeiro é o único estado do país que possui um piso salarial para os arquivistas. Este piso é estabelecido em lei estadual, atualizada anualmente e que prevê uma remuneração mínima para diversos profissionais – que não o tenham definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho que o fixe a maior – classificados em faixas salariais de acordo com o nível de formação. Graças à articulação da AAERJ e do SINARQUIVO junto a deputados estaduais em 2009, os arquivistas foram incluídos na mais alta faixa salarial, junto aos outros cargos de nível superior no Projeto de Lei nº 2.790/2009 aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e sancionado pelo Governo do Estado na Lei nº 5.627/2009²⁶.

Quando da realização da pesquisa, vigorava para a profissão o piso salarial estadual no valor de R\$ 2.432,72, estabelecido pela Lei nº 6.983/2015 e que foi utilizado como referência para a definição das faixas salariais da questão. Nessa questão foram considerados somente os 125 arquivistas que estavam empregados e conforme pode ser verificado no gráfico 15, obteve-se como resultado que a maioria, 54 arquivistas (43%), se enquadram na faixa salarial compreendida entre o piso e o corresponde a duas vezes esse valor, ou seja, entre R\$ 2.432,72 e R\$ 5.000,00 (para o valor mínimo foi utilizado exatamente o valor que consta na lei e nas faixas seguintes foi “arredondado” para R\$ 2.500,00, para obtenção dos múltiplos do valor).

²⁶ Disponível em: <<http://www.aerj.org.br/2009/12/24/arquivistas-do-estado-do-rj-tem-piso-salarial-aprovado>>.

Na faixa salarial imediatamente superior, entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.500,00 se concentra o segundo grupo, com 34 arquivistas (26%). Já 22% recebem o equivalente ou acima de três vezes o valor do piso e apenas 9% declarou ter uma remuneração abaixo do piso salarial.

Gráfico 15 – Remuneração média



FONTE: elaboração própria.

Analisando a remuneração média, de acordo com a forma de atuação profissional, verifica-se a distribuição por faixas salariais conforme a tabela 6. Há uma grande diferença salarial entre os que atuam no setor público e no setor privado. Apesar de em ambos os grupos a maioria ter como remuneração média entre R\$ 2.432,72 a R\$ 5.000,00, respectivamente 37% e 58%, nas faixas salariais acima e abaixo torna-se clara a distinção. Enquanto entre os que atuam no setor público 60% recebem a partir de R\$ 5.000,00, no setor privado correspondem a apenas 13%, sendo que entre estes ninguém recebe acima de R\$ 10.000,00, enquanto entre os servidores públicos 13% recebem acima desse valor.

Importante destacar o elevado percentual – 29%, quase um terço – de arquivistas que atuam no setor privado recebendo abaixo do piso salarial estadual. Entre os que atuam no setor público apenas 3% se enquadram nessa situação, mas continua sendo um dado relevante, considerando que o piso é definido em lei e deveria estar sendo cumprido principalmente pelo poder público.

Verificando a remuneração dos que atuam como docente, verifica-se o inverso do que ocorre entre os que atuam no setor privado, com nenhum recebendo abaixo de R\$ 5.000,00, enquanto 29% recebem acima de R\$ 10.000,00. Entre os que atuam como autônomo percebe-

se um perfil diverso, mas assim como os que são empregados no setor público ou privado, a maioria recebe na faixa de remuneração entre o piso e o dobro desse valor.

Tabela 6 – Forma de atuação profissional x média salarial

| Forma de atuação | Abaixo de R\$ 2.432,72 | R\$ 2.432,72 a R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 a R\$ 7.500,00 | R\$ 7.500,00 a R\$ 10.000,00 | Acima de R\$ 10.000,00 |
|--------------------------|-------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|
| Atuação no setor público | 3% | 37% | 34% | 13% | 13% |
| Atuação no setor privado | 29% | 58% | 10% | 3% | 0% |
| Atuação como docente | 0% | 0% | 42% | 29% | 29% |
| Atuação como autônomo | 0% | 50% | 25% | 0% | 25% |

FONTE: elaboração própria

Analisando os resultados de acordo com o valor do salário-mínimo nacional, que através do Decreto nº 8.618/2015 foi reajustado para R\$ 880,00, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2016, a remuneração da maioria dos arquivistas se situa entre 2 e 5 salários-mínimos. E está acima do rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* registrado pelo IBGE no estado do Rio de Janeiro em 2015, no valor de R\$ 1.285,00²⁷.

4.3 VALORAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A PROFISSÃO

Na questão sobre as competências arquivísticas, sem desconsiderar as competências desejáveis apontadas na literatura arquivística e em Ciência da Informação, para arquivistas e profissionais da informação, optou-se por elencar somente aquelas que são atualmente atribuídas, ou seja, que constam na Lei nº 6.546/78 que regulamenta a profissão no Brasil. A escolha foi realizada para verificar junto aos próprios arquivistas, entre as atribuições previstas

²⁷ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=renda_domic_percapita_2015>.

em lei, quais melhor caracterizam as atividades arquivísticas e se alguma é pouco aplicada ou de baixa relevância para a profissão. Assim, adaptando questão similar presente no questionário aplicado pelo OPI-D, que relacionava as atribuições relativas ao contexto profissional de Portugal, foram elencadas somente as 12 atribuições constantes no Art. 2º da referida lei e os resultados do grau de importância atribuída a cada uma pelos arquivistas que participaram da pesquisa são apresentados no gráfico 16. Nessa questão o profissional podia recorrer à opção “não se aplica” caso determinada competência não fizesse parte de sua atuação profissional atualmente, considerando, por exemplo, que os arquivistas que também são docentes podem estar afastados das práticas da área.

A tabela 7 apresenta a classificação das competências conforme o percentual obtido no grau “muito importante”. As consideradas mais importantes pelos arquivistas foram as que atribuem à profissão a direção de serviços de Arquivo e o papel gerencial no processo documental, aspecto mais amplo relativo às atividades arquivísticas. A orientação de atividades práticas associadas ao fazer arquivístico – como classificação, arranjo, descrição, avaliação e seleção de documentos e preservação – e a gestão de serviços ou instituições com acervos mistos também foram consideradas altamente relevantes. Esses resultados denotam uma preferência dos profissionais por atribuições que são mais facilmente associadas a um papel de comando e gestão.

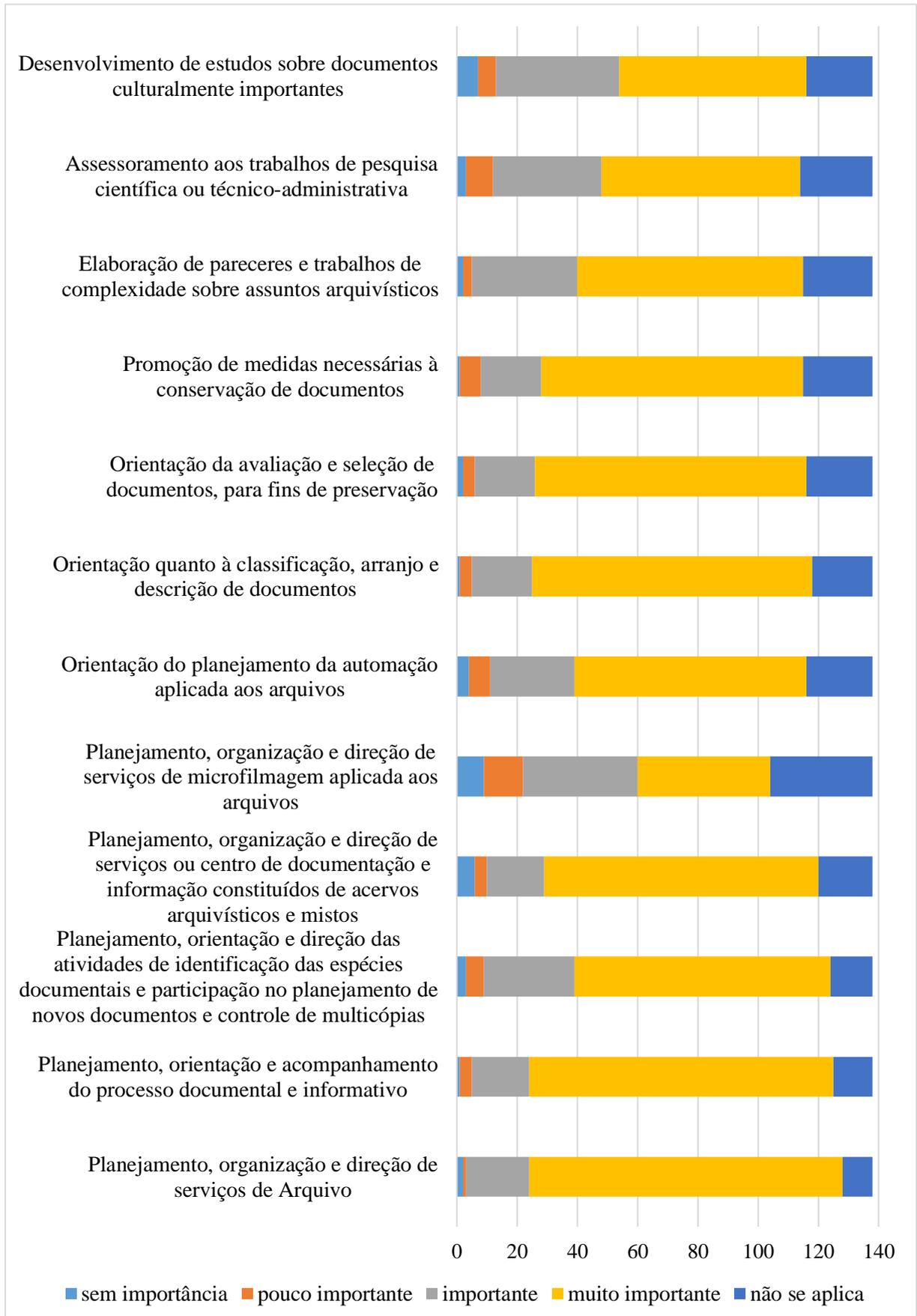
Na análise dos resultados, não se pode deixar de contextualizar que as atribuições presentes na Lei nº 6.546/78 foram formuladas nos anos 70, não sofrendo quaisquer alterações desde então. Observando as competências que obtiveram percentual inferior a 50% e, portanto, consideradas pelos participantes como de menor relevância para caracterizar a profissão, pode-se inferir que refletem um perfil profissional e um ambiente de trabalho e tecnológico diverso do atual. Duas competências são relacionadas a atividades de assessoramento ou atendimento de demandas de pesquisadores ou outros profissionais e, assim, guardam resquícios de um período em que o arquivista era considerado um auxiliar de historiadores e outros profissionais eruditos e voltado para o atendimento de pesquisas em documentos de valor histórico ou permanente. Já a competência que obteve o menor percentual – com 32%, pouco menos de um terço dos arquivistas – é a que se refere à microfilmagem, procedimento de armazenamento e preservação de informações muito difundido e utilizado na época, mas atualmente amplamente substituído em sua finalidade pelo fenômeno da digitalização de documentos. Cabe ressaltar também que a lei que regulamenta a profissão no Brasil antecede e não contempla aspectos relacionados à disseminação dos documentos nato digitais.

Tabela 7 – Classificação das competências arquivísticas no grau “muito importante”

| Competência arquivística | % |
|--|----------|
| 1º) Planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo | 75% |
| 2º) Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo | 73% |
| 3º) Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos | 67% |
| 4º) Planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos | 66% |
| 5º) Orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação | 65% |
| 6º) Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos | 63% |
| 7º) Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias | 62% |
| 8º) Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos | 56% |
| 9º) Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos | 54% |
| 10º) Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa | 48% |
| 11º) Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes | 44% |
| 12º) Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos | 32% |

FONTE: elaboração própria

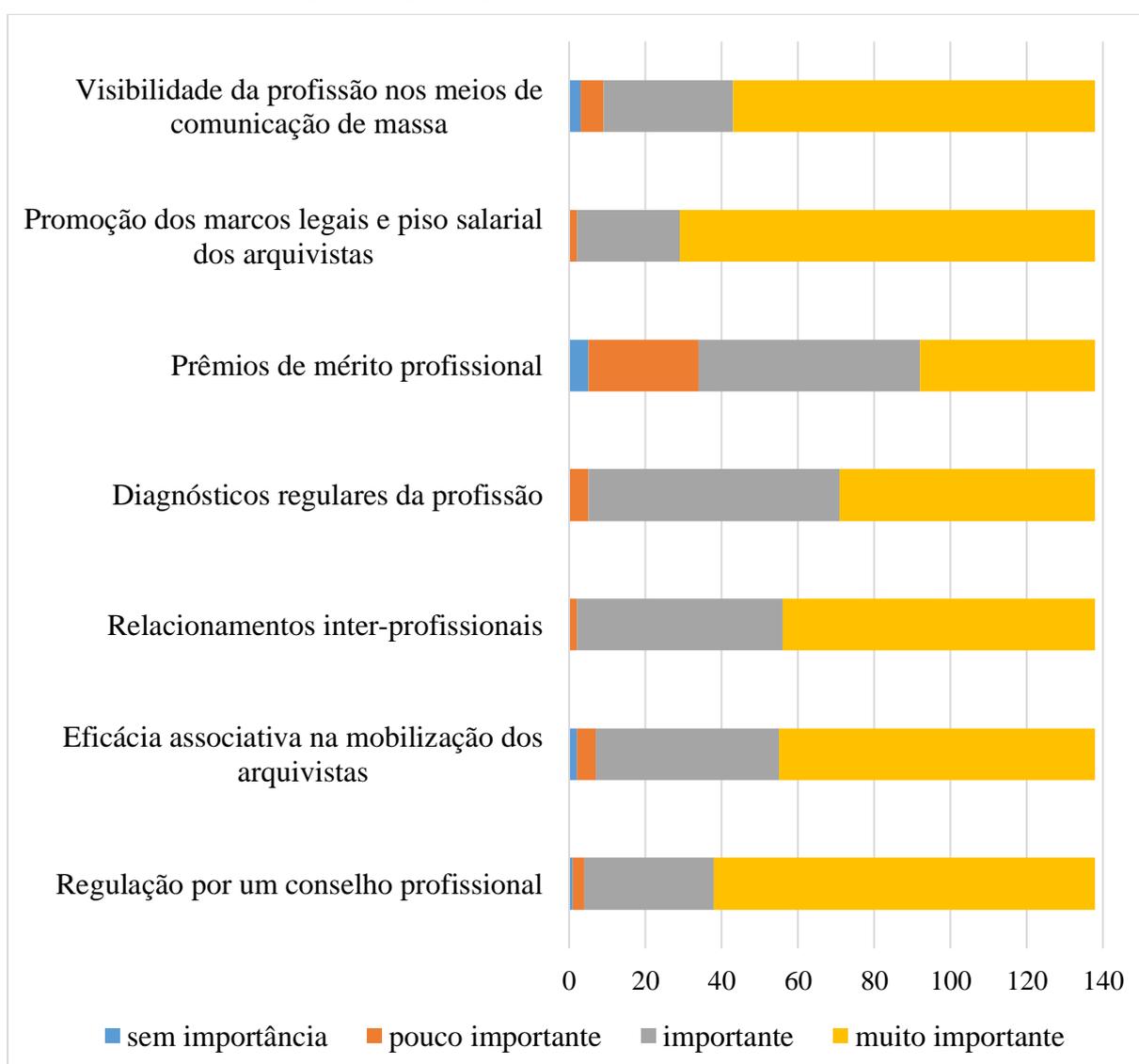
Gráfico 16 - Competências arquivísticas



FONTE: elaboração própria.

A última questão buscou explorar aspectos relacionados a um cenário prospectivo, listando algumas ações que poderiam contribuir para o desenvolvimento da profissão e solicitando que os arquivistas atribuísem os respectivos graus de importância para cada uma. Nessa questão foram utilizadas como referência as iniciativas presentes no questionário do OPI-D, mas foram realizadas exclusões e alterações visando contemplar a realidade local, considerando, por exemplo, a ausência de um conselho profissional para os arquivistas no Brasil. Como pode ser verificado no gráfico 17, todas as ações em um cenário prospectivo para a profissão foram bem avaliadas, com o grau de importante ou muito importante preponderando.

Gráfico 17 – Cenários prospectivos para a profissão



FONTE: elaboração própria.

A classificação das ações conforme o percentual obtido no grau “muito importante”, apresentada na tabela 8, demonstra que aquelas que apresentaram maior apoio junto aos arquivistas são relativas à divulgação da profissão e sobre quem pode exercê-la, além da criação do conselho profissional. A promoção dos marcos legais e do piso salarial foi a mais apontada como muito importante, demonstrando que são temas caros aos profissionais e nos quais não se sentem “amparados” quanto ao cumprimento das exigências legais para o exercício da profissão e do piso salarial, que no estado do Rio de Janeiro também é determinado em lei. A regulação por um conselho profissional é a segunda ação mais apoiada, refletindo um desejo antigo da classe, que por diversas vezes, como citado anteriormente, buscou sua criação e representa também a necessidade de criação de um órgão que “proteja” a classe da invasão de outros profissionais, pelo poder de fiscalizar o exercício ilegal da profissão. A terceira opção mais apoiada complementa a primeira, ao buscar a divulgação da profissão junto aos meios de comunicação de massa, visando assim um maior reconhecimento na sociedade que impeça a confusão com outros profissionais e destaque assim o papel exclusivo dos arquivistas na realização das atividades própria da profissão.

Apesar de contar com um percentual de 60%, a mobilização dos arquivistas em associações foi preterida por outras ações consideradas mais prioritárias, reforçando, assim, como foi verificado na baixa filiação de profissionais às associações, que não veem nelas o principal meio para obtenção de melhorias para a profissão. O estabelecimento de relações inter-profissionais também foi uma ação que obteve alto apoio dos participantes da pesquisa, em consonância com um cenário em que o trabalho multidisciplinar e em equipe é valorizado. Os diagnósticos regulares da profissão apesar de serem a sexta ação mais apontada como muito importante, foi mais apontada como importante e nenhum a considerou sem importância. Já a concessão de prêmios de mérito profissional foi considerada de menor relevância, talvez por ser uma iniciativa pouco difundida no Brasil.

Tabela 8 – Classificação das ações em um cenário prospectivo no grau “muito importante”

| Ações | % |
|---|----------|
| 1º) Promoção dos marcos legais e piso salarial dos arquivistas | 79% |
| 2º) Regulação por um conselho profissional | 72% |
| 3º) Visibilidade da profissão nos meios de comunicação de massa | 69% |
| 4º) Eficácia associativa na mobilização dos arquivistas | 60% |
| 5º) Relacionamentos inter-profissionais | 59% |

| | |
|---|-----|
| 6º) Diagnósticos regulares da profissão | 48% |
| 7º) Prêmios de mérito profissional | 33% |

FONTE: elaboração própria

Como a concepção de ações em um cenário prospectivo para a profissão permitiria várias formulações, foi aberto aos arquivistas, que responderam a pesquisa, um campo para apresentarem sugestões de outras ações não contempladas na questão. A seguir são relacionadas as ações sugeridas por alguns dos participantes:

- Criação de sindicato municipal;
- Implementação de oficinas e *workshops* para troca de experiências entre alunos e profissionais;
- *Lobby*, esclarecimento e informações no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, em todas as esferas de poder: Legislativo, Executivo, e Judiciário, além dos estados e municípios do país;
- Interlocução com os serviços de bibliotecas e museus;
- Maior efetividade contra o exercício ilegal da profissão;
- Ampliação dos cursos de especialização, principalmente relacionados a novas tecnologias, gestão de processos, projetos e pessoas;
- Reformulação das grades curriculares dos cursos de Arquivologia;
- Inserção de trabalhos interdisciplinares durante a formação, principalmente com a Informática e o Direito, devido as necessidades do mercado atual;
- Criação de novas linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação já existentes e criação de novos cursos de Mestrado e Doutorado voltados para a Arquivologia;
- Inclusão da Introdução à Arquivologia, como disciplina obrigatória, em todos os cursos de graduação, pois todas as áreas do conhecimento humano geram documentos.

E apesar do conselho profissional já constar como uma das ações presentes na questão, dois arquivistas usaram o espaço para se manifestarem defendendo a necessidade de sua criação.

Ao fim do questionário também constava um campo aberto para manifestação livre, na qual poderiam opinar sobre a pesquisa ou qualquer questão específica. Afora algumas manifestações de apoio ao propósito da pesquisa, o quadro 6 reproduz os comentários realizados, que foram agrupados conforme o assunto principal:

Quadro 6 – Comentários dos participantes da pesquisa

| Assunto | Comentários |
|-------------------------------|--|
| Associações profissionais | Considerando o "associativo" relativo as associações de arquivistas espalhadas pelo Brasil, acho de pouca importância. Não considero as associações como instituições que realmente representem os profissionais de arquivo. |
| Exercício ilegal da profissão | Continua alarmante a quantidade de pessoas leigas atuando indevidamente na área. |
| | Infelizmente falta uma fiscalização em relação a contratação de nível técnico com a nomenclatura de Arquivista. Mais campanhas (associação e conselho) sobre a profissão e divulgação do piso salarial. |
| Competências arquivísticas | Conforme pude verificar no item 13 do questionário, através da minha experiência profissional e de algumas pessoas que conheço, podemos observar que muitas vezes exercemos uma função que pouco se enquadra no que concerne à atividade profissional de um arquivista. Acredito que isto é mais um dos motivos pelos quais muitos profissionais estão desanimados com a categoria. |
| Formação | Melhorar grade curricular no que tange mais cadeiras nas áreas tecnológica e administrativa, pois percebo que muitos colegas profissionais não possuem desenvoltura em tais áreas no momento em que atuam. |
| | Sugiro que disciplinas que versam sobre gerenciamento devam ser incluídas como obrigatórias no currículo básico de Arquivologia, pois os arquivistas não aprendem em sua formação a serem gestores. |
| Divulgação da profissão | Acredito que a sociedade não vê a nossa profissão como de importância estratégica na melhoria dos serviços públicos e privados, devido a falta de seriedade dos órgãos fiscalizadores (Receita, Ministério do Trabalho, Tribunal de Contas, etc.). Pois neste país é mais barato pagar multa, do que ter o Arquivo organizado. |
| Condições de trabalho | Muitas vezes não temos plena satisfação no nosso trabalho por termos poucos recursos com que trabalhar. |
| Concursos públicos | Sugiro que em todos os concursos para órgãos públicos seja obrigatório a existência em seu quadro de carreiras a profissão de arquivista em nível superior. Isso exigirá que periodicamente haja concurso para a nossa área, trazendo ganhos para a sociedade em geral, visto que facilitará a execução das atividades de gestão documental. |
| Piso salarial | É muito decepcionante se formar numa área onde as empresas oferecem salários abaixo do piso. Só os concursos públicos que salvam a área, a falta de reconhecimento da profissão é muito desanimadora. Amo a área, foi uma pena não ter conseguido um salário digno numa empresa privada e tive que recorrer a outro ramo, mas pretendo continuar estudando na área e futuramente fazer o mestrado. |
| Conselho profissional | Vejo uma necessidade real de se concretizar o tão esperado Conselho Regional de Arquivologia, acredito que será um marco importante para nossa profissão, pois trará visibilidade e reconhecimento. |
| Cursos técnicos | Acho que os centros de documentação e área de arquivo devem ter profissionais de arquivo tanto a nível técnico, como superior. |

FONTE: elaboração própria.

Novamente nos comentários a questão da criação do conselho profissional se fez presente, assim como sugestões de alterações na grade curricular dos cursos de Arquivologia, além de relatos pessoais sobre a carreira e insatisfações com o trabalho.

A aplicação do questionário se revelou extremamente útil para obtenção das impressões dos próprios arquivistas sobre aspectos abordados relativos à profissionalização, dialogando com questionamentos desenvolvidos ao longo da pesquisa e ainda expôs anseios e reflexões da categoria profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é resultado da inquietação do autor com questões que envolvem o futuro da profissão de arquivista, considerando sua atuação em um cenário de constantes modificações, inovações tecnológicas, globalização, novas relações de trabalho e demandas informacionais pela sociedade. Acredita-se que essa inquietação também é presente no seio da categoria profissional no país, em um contexto no qual a maioria dos arquivos e serviços arquivísticos presentes em órgãos públicos ou privados carecem de recursos e visibilidade e ainda é comum uma remuneração abaixo do piso salarial.

Assim, se chegou à necessidade de verificar a condição vivenciada atualmente pela profissão no Brasil para assim possibilitar a identificação dos eixos que fundamentam sua institucionalização no país e projetar ações a serem desenvolvidas para o pleno reconhecimento e valorização dos profissionais.

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura baseada em autores nacionais e estrangeiros em Arquivologia e Ciência da Informação para identificar o perfil e características atribuídos para arquivistas e profissionais da informação. Foram identificados fatores conjunturais, sendo o mais evidente a necessidade de atender as demandas da sociedade da informação. A estes se somam fatores específicos do campo arquivístico, compreendidos na mudança de paradigma na Arquivologia, na qual uma abordagem pós-moderna ou pós-custodial sobre conceitos da área se contrapõe a uma abordagem clássica ou tradicional. Todos esses fatores determinam uma nova visão sobre a profissão, refletindo correntes de pensamento que visam dar novos significados para antigas teorias e práticas frente às especificidades do mundo atual.

Assim, emergiu dessa pesquisa junto à literatura científica um perfil de arquivista moldado para o mundo contemporâneo, que além de qualificado para as atividades intrínsecas da profissão, deve ser proativo, saber utilizar as ferramentas tecnológicas disponíveis, ter competência gerencial e saber refletir sobre o seu fazer arquivístico, produzindo e expandindo o conhecimento da área.

No entanto, é necessário levar em conta que mesmo o arquivista exercendo esse perfil contemporâneo e obtendo maior reconhecimento e valorização no mercado profissional, é necessário superar uma imagem da profissão associada a estereótipos negativos e que é amplamente difundida e impregnada na sociedade.

Essa imagem estereotipada do arquivista perante a sociedade e a aparente contradição com o papel estratégico a ser exercido pelos profissionais da informação na chamada sociedade

da informação levou à busca de referenciais teóricos – encontrados nas teorias da sociologia das profissões – que permitissem estabelecer parâmetros para o reconhecimento do estágio de institucionalização da profissão no Brasil. Também foi realizado um amplo estudo sobre o panorama da profissão no país, considerando diversos aspectos, como os marcos legais existentes, formação e movimento associativo. Isso permitiu estabelecer o contexto social e histórico no qual a institucionalização da profissão ocorreu.

Por fim, a realização da pesquisa com os próprios arquivistas, através de questionários, para obter a percepção destes enquanto categoria profissional e relação com o mercado profissional trouxe dados úteis para se analisar aspectos da profissionalização, complementando e dialogando com o que fora teorizado sobre o perfil profissional. Apesar das dificuldades próprias da aplicação não presencial de um questionário, que costuma ter baixo retorno de respostas, conforme apontado na literatura sobre pesquisas quantitativas, foi alcançado um número representativo da categoria profissional, considerando o prazo de apenas um mês de aplicação e o recorte metodológico adotado. A restrição da pesquisa aos arquivistas que atuam no estado do Rio de Janeiro atendeu o objetivo de analisar a profissão em um local onde estivesse consolidada, tanto em termos de cursos de formação, quanto de quantitativo atuante no mercado profissional e com uma associação ativa.

Retomando o que foi explorado ao longo do trabalho sobre a trajetória e o estado atual da profissão no país, em especial no âmbito do Rio de Janeiro e analisando sob o prisma do modelo proposto de etapas do processo de profissionalização – baseado nas etapas formuladas por Bruno Latour (1989) e Harold L. Wilensky (1970) – é possível identificar elementos positivos e também sinais de alerta.

A criação de associações profissionais foi uma etapa fundamental e exemplo de êxitos para a classe arquivística. Não é possível abordar a trajetória da institucionalização da profissão no Brasil sem citar o trabalho da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) nos anos 70, quando foi responsável pela criação do primeiro congresso e da primeira revista científica do campo arquivístico e mobilizou a criação dos primeiros cursos superiores em Arquivologia e lutou pela regulamentação da profissão. Exerceu plenamente o papel de aglutinar a categoria profissional que ainda se estabelecia e criava sua identidade, se empenhando na busca de prestígio, reconhecimento e poder junto à sociedade e ao Estado.

Após um momento de crise entre os anos 80 e 90, o movimento associativo se reestruturou, com as associações regionais ocupando o protagonismo que era exercido pela AAB. Atualmente, o cenário apresenta sinais contraditórios quanto ao fortalecimento do movimento associativo, pois o baixo percentual de arquivistas que se associam no Rio de

Janeiro (que desde 2015 passou a contar somente com a AAERJ, após o fim da AAB), considerando a grande quantidade de profissionais localizados no estado, indica uma desmobilização em torno desse tipo de entidade de classe, mas, por outro, o surgimento de novas associações no estados que recentemente criaram cursos de Arquivologia, revela que ainda há a necessidade dos profissionais terem uma entidade que os represente. A criação do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) recentemente pode representar um novo marco para o movimento associativo caso consiga obter a mesma representatividade que a AAB alcançou em seus primórdios. Um aspecto que ainda precisa ser definido pela categoria profissional é o próprio modelo associativo, pois apesar das novas associações terem sido criadas em um cenário no qual a profissão já era regulamentada, seguem o princípio de admitirem outros profissionais que atuem em arquivos, conforme era adotado pela AAB (a única associação classista é a AAERJ). Considerando que não necessariamente os interesses profissionais serão sempre coincidentes – pois algumas medidas podem beneficiar somente os graduados em Arquivologia, como a criação de um conselho profissional – se faz necessária uma reflexão sobre qual modelo a seguir visando impedir que o movimento associativo volte a sofrer rupturas.

Como já assinalado, a profissão de arquivista no Brasil é regulamentada e para isso contou com a mobilização do movimento associativo para obter do Estado o monopólio de competência sobre as atividades arquivísticas. O sucesso na etapa de convencer e provar ao Estado a necessidade da profissão também pode ser constatada pela circunstância do primeiro curso superior em Arquivologia ter “nascido” dentro do Estado, através do Curso Permanente de Arquivos que visava formar os quadros profissionais para o Arquivo Nacional e a burocracia estatal em geral. A administração pública ser a principal empregadora dos profissionais da área e todos os cursos de Arquivologia serem ofertados em universidades públicas reforçam esse aspecto. No entanto, a regulamentação da profissão não é uma conquista imutável, como pode ser comprovado através do PL nº 2.606/2015, que visava ampliar o exercício profissional para quem tivesse qualquer pós-graduação em Arquivologia e foi rejeitado, mas que demonstrou que caso fosse do interesse do Estado alterar os marcos legais da profissão, ampliando a quantidade de profissionais habilitados para exercício nessa área, novo trabalho de convencimento teria que ser realizado para evitar a “a invasão” do campo profissional.

Complementando essa questão, a etapa de eliminação de amadores pode ser considerada concluída ainda nos anos 70 com o aglutinamento dos arquivistas em uma associação que estabeleceu os critérios que caracterizariam a classe como uma profissão e que, com a regulamentação através da Lei nº 6.546/78, passou a compreender somente os graduados em

Arquivologia. No entanto, além do episódio do PL que alteraria os marcos legais da profissão, trata-se de uma área que sofre com a invasão de outros profissionais ou mesmo de mão-de-obra sem qualquer qualificação, como relatado pelos próprios arquivistas em seus comentários na pesquisa.

A necessidade de defesa contra casos de exercício irregular da profissão leva ao desejo intensamente manifesto da classe arquivística de ter um Conselho de Arquivologia. A criação de um conselho profissional também seria propícia para que os arquivistas do país realizassem a etapa de estabelecimento de normas éticas próprias, tendo em vista que o único código de ética adotado atualmente pelos profissionais é o elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) em 1996. As normas éticas cumprem o papel de auto regulação, reforçando o compromisso entre os profissionais da área e afastando os amadores.

A formação padronizada, por sua vez, é uma etapa do processo de profissionalização que, alcançada nos anos 70, com a aprovação do currículo mínimo para os primeiros cursos superiores na área, encontra-se consolidada e em expansão. Além do expressivo aumento dos cursos de graduação na última década – graças principalmente ao Reuni – a criação do primeiro mestrado em Arquivologia, em 2012, reforçou o caráter científico do campo arquivístico, tornando clara sua autonomia como disciplina em relação a outros saberes, distinguindo assim a categoria profissional pelo domínio de um conhecimento exclusivo.

Como os cursos estão inseridos em uma estrutura universitária que possui suas próprias disputas internas pelo domínio de determinado campo científico (e conseqüentemente, de recursos financeiros) o sinal de alerta que se coloca é se com a atual crise econômica e política que comprometeu a continuidade do Reuni, essa expansão da Arquivologia no meio universitário será mantida. Assim como ocorre com a questão da manutenção dos marcos legais, a mobilização da categoria profissional através do movimento associativo, que teve papel fundamental para a criação dos primeiros cursos superiores, torna-se novamente importante.

A etapa de satisfação da sociedade pode ser considerada parcialmente realizada, pois o campo arquivístico obteve maior visibilidade graças à expansão dos cursos superiores em Arquivologia e da presença de arquivistas na administração pública. No entanto, ainda se faz necessário superar a visão estereotipada da profissão junto à sociedade e no setor privado garantir que soluções meramente tecnológicas nos serviços de informação não se sobreponham à presença do profissional qualificado, garantindo assim que os arquivistas possam ocupar um espaço que ainda é restrito na área de gestão estratégica da informação. Já no setor público, a função social dos arquivos e dos arquivistas na transparência governamental e no acesso às informações também merece ser ressaltada para maior visibilidade.

Esse estudo buscou oferecer uma contribuição aos estudos em Arquivologia sobre a profissão de arquivista no Brasil, fazendo uso das teorias da sociologia das profissões, para compreensão das etapas que permitem caracterizar a profissão como tal. Apesar de não esgotar todos os questionamentos que envolvem a questão, espera ter fornecido dados que fomentem novas pesquisas sobre o tema, ao revelar as características do principal sujeito desse processo, o arquivista.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré. Tecnologia, memória e a formação do profissional arquivista. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 149-159, jan./jun. 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AAERJ. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br>> Acesso em: 08 jul. 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - AARS. Disponível em: <<http://www.aargs.com.br>> Acesso em: 08 jul. 2016.

BARROS, Euler Frank Lacerda. A criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 58-59, jan./jun. 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Os desafios da formação profissional dos modernos arquivistas. **Cenário Arquivístico**, Brasília-DF, v.1, n.1, p. 47-52, jan./jun. 2002.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 320p.

BELTRAN, Daniel. **SINARQUIVO e o novo sindicalismo brasileiro**. Documento em Revista, Brasília-DF, Ano I, n. 2., p. 5-8, jun./jul. 2009. Entrevista.

BONAL-ZAZO, José Luis. Paradigmas de Investigación en Archivística. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). In: **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Cap. 4. p. 69-90. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BORGES, Maria Alice Guimarães. O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). **Profissional da Informação: o espaço de trabalho – Estudos avançados em Ciência da Informação v.3**. Brasília: Thesaurus, 2004.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo, 2005.

BROCHU, Frédéric. La gestion des archives comme ressources informationnelles stratégiques: reconnaître les priorités et établir des alliances. **Actes** du 5ème symposium du Groupe interdisciplinaire de recherche en archivistique (GIRA), Montreal, 24 mar. 2006.

BURCH, Sally. Sociedade da Informação / Sociedade do Conhecimento. In: **Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação**. Coordenado por Alain Ambrosi, Valérie Peugeot e Daniel Pimienta, C&F Éditions, 2005. Disponível em: <<http://vecam.org/archives/article519.html>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CASTRO, Astréa de Moraes e Castro. **Arquivologia: sua trajetória no Brasil**. Brasília: Stilo, 2008. 304 p.

COLLINS, Randall. **La sociedad credencialista**. Madrid: Akal, 1988.

COSTA, Alessandro Ferreira; LIMA, Eliane Bezerra. A representação do arquivista em obras de ficção: perspectivas do profissional sob o olhar do cinema e da televisão. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 103-119, jan./jun. 2012.

COSTA, Ubirajara Carvalheira. **Efeitos da Lei de Acesso à Informação: empregabilidade de arquivistas no setor público federal**. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Niterói, 2015.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, p. 129-149, 1998.

_____. Archivistica y posmodernismo: nuevas formulas para viejos conceptos. In: HERNÁNDEZ OLIVEIRA, Luis; COOK, Terry. **Tábula: Combates por la memoria - Archivistica de la posmodernidad**. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León, 2007a. p. 59-81.

_____. Imposturas intelectuales o renacimiento profesional: posmodernismo y práctica archivística. In: HERNÁNDEZ OLIVEIRA, Luis; COOK, Terry. **Tábula: Combates por la memoria - Archivística de la posmodernidad**. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León, 2007b. p. 83-107.

COX, Richard. A advocacia nos currículos de graduação em Arquivologia: uma perspectiva norte-americana. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, p. 59-70, jan./jun. 1998.

COUTURE, Carol. A arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. **Acervo**, Rio de Janeiro, p. 147-163, jul./dez. 2015.

_____; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451p.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUCHEIN, Michel. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-97, jul./dez. 1988.

ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios 1**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e porque ela é importante. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul./dez. 2013. p. 15-27.

FAVIER, Jean. **Les Archives**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

FINK, Arlene. **How to sample in surveys**. Thousand Oaks, Sage, 1995.
pa

FLORES, Daniel; PEDRAZZI, Fernanda Kieling; RODRIGUES, Sérgio Ricardo da Silva. Impactos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) na formação de arquivistas no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio

Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: AAERJ, 2012, p. 160-179.

FREIDSON, Eliot. **Profession of Medicine**. A study of the sociology on applied knowledge. New York: Dodd, Mead & Company, 1975.

FREIRE, Alessandro; PALOTTI, Pedro. (Org.). **Servidores públicos federais: novos olhares e perspectivas**. Brasília-DF: ENAP, 2015. 132 p.

FREITAS, Henrique. et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

GOMES, Yuri Queiroz. Ação associativa nos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil: 1971-1978. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: AAB, 2014, p. 101-122.

HORTAL ALONSO, Augusto. **Ética das profissões**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

JAMBEIRO, Othon; SILVA, Helena Pereira da. A informação e suas profissões: a sobrevivência ao alcance de todos. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, ago. 2004.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 3, set.1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a01.pdf> >. Acesso em: 08 jul. 2016.

_____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 37-45.

_____. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Cap. 7. p. 135-153. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2016.

_____; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 29-45, 1992.

_____; _____. Educação arquivística, pesquisa e documentos eletrônicos. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 52-55, jul./dez. 2003.

JOHNSON, Terence. **Professions and power**. Basingstocke: MacMillan, 1970.

LARSON, Magali Sarfatti. **The rise of professionalism: a sociological analysis**. Berkeley: University of California Press, 1977.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

LOUREIRO, Mônica de Fátima; JANNUZZI, Paulo de Martino. Profissional da informação: um conceito em construção. **Transinformação**, Campinas, p. 123-151, maio/ago. 2005.
MARIZ, Anna Carla Almeida; SILVA, Sérgio Conde de Albite. O curso de arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 331-355.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

MARTÍN-POZUELO, María Paz. Prospectiva archivística: nuevas cuestiones, enfoques y métodos de investigación científica. **Revista Española de Documentación Científica**, 33, 2, abr.-jun., 2010, p. 201-224.

MARTÍNEZ MUSIÑO, Celso. El valor de la información, su administración y alcance en las organizaciones. **Revista mexicana de ciencias de la información**. Vol. 1, No. 2, 2010. p. 10-20.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9., n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasil). **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br>> Acesso em: 15 jul. 2016.

MORENO, Nádina Aparecida. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p 13-21, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/483/1461>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott – proposta de estudo. In: _____; BAPTISTA, Sofia Galvão (org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. (Estudos Avançados em Ciência da Informação v. 3)

NETO, André de Faria Pereira. Tornar-se cientista: o ponto de vista de Bruno Latour. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jan./mar. 1997, pp. 109-118.

PINTO, Leonor Garpar; OCHÔA, Paula. **A imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação**: relatório. Lisboa: OP I-D, 2006.

RIBEIRO, Fernanda. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras**, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Porto, v. 1, p. 97-110, 2002.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, p. 17-41, jul./dez. 2006.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. Principais abordagens sociológicas para análise das profissões. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 71, 1º sem. 2011, pp. 25-43.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de Documentos Eletrônicos: uma visão arquivística**. 2 ed. rev. aum. Brasília: ABARQ, 2005.

_____. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, V. B. (org.) **Arquivística: temas contemporâneos**. Distrito Federal: SENAC, 2007, p. 173-223.

_____. **A Arquivística como disciplina científica**: princípios, objetivos e objetos. Salvador: 9Bravos, 2015.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. São Paulo: Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/publico/ClarissaMSSchmidt_revisada.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2016.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística**: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. 3 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Estado da arte na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: AAERJ, 2012, p. 99-113.

SILVA, Welder Antonio; SANTOS, Patricia Kelly dos. Gestão de documentos: uma política arquivística capaz de contribuir com um programa de inteligência competitiva. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 78-102, jul./dez. 2007.

SMIT, Johanna Wilhelmina. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia / Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **O profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. P 119-134.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2011.

STARR, Paul. **La transformación social de la medicina en los Estados Unidos de América**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: _____ (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO



Questionário para arquivistas do Rio de Janeiro

Prezado(a) arquivista,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “A profissionalização do arquivista no estado do Rio de Janeiro”. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelo mestrando Wagner Ramos Ridolphi, com orientação do Prof. Dr. Luiz Cleber Gak, no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGARQ/UNIRIO).

O objetivo deste questionário é analisar a percepção dos arquivistas – especificamente os profissionais que atuam no estado do Rio de Janeiro – enquanto coletivo profissional e sua relação com o mercado de trabalho.

O público alvo deste questionário são arquivistas (ou seja, graduados em Arquivologia, conforme estabelece a Lei 6.546/78, que regulamenta a profissão no Brasil) residentes no estado do Rio de Janeiro, independentemente do estado de origem e/ou da instituição na qual se formou.

Os resultados da pesquisa serão utilizados apenas em trabalhos científicos publicados ou apresentados oralmente em congressos e palestras sem revelar a identidade dos respondentes. Os dados obtidos durante a pesquisa são confidenciais e não serão usados para outros fins.

O tempo dedicado ao preenchimento do questionário é de, aproximadamente, 5 minutos. O questionário estará disponível até o dia 04/03/2016.

Dados os esclarecimentos acima, o participante da pesquisa que responder o questionário a seguir declara que aceita ser pesquisado de forma esclarecida e voluntária.

Em caso de dúvidas e para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, entre em contato com o pesquisador.

Agradecemos o seu tempo para concluir este questionário.

*** Required**

1) Sexo *

- Feminino
 Masculino

2) Idade *

- < 20 anos
 20-29 anos
 30-39 anos
 40-49 anos
 50-59 anos
 > 59 anos

3) Universidade onde se graduou *

- UFF
 UNIRIO
 Other:

Ano em que concluiu a graduação *

4) Possui pós-graduação? *

- Não
 Sim, Especialização
 Sim, Mestrado
 Sim, Doutorado

5) Possui registro profissional? *

- Não
 Sim

6) É filiado a alguma associação profissional de arquivistas? *

- Não
 Sim, AAERJ
 Other:

7) Anos de atividade profissional: *

- < 5 anos
 5-9 anos
 10-19 anos
 20-29 anos
 > 29 anos

8) Estratégias de desenvolvimento da atividade profissional *

Para cada uma das seguintes estratégias marque na coluna que considere que melhor descreve sua opinião quanto à importância ao longo de sua carreira

| | Sem importância | Pouco importância | Importante | Muito importante |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Continuação dos estudos acadêmicos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Mobilidade profissional (mudança de cidade ou país a trabalho) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Envolvimento em trabalhos associativos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Aprendizagem adquirida nas experiências profissionais | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Especialização em algumas competências ou desenvolvimento | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

de saberes
interdisciplinares

Participação ativa
em congressos,
encontros, etc.

9) Está empregado? *

- Não, estou desempregado
- Sim, exerço a profissão no setor público
- Sim, exerço a profissão no setor privado
- Sim, exerço a profissão como autônomo
- Sim, sou docente
- Sim, mas não exerço a profissão

10) Satisfação com o emprego

Caso esteja trabalhando, marque a opção que melhor descreve a sua opinião quando ao seu grau de satisfação com o seu emprego atual

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Pouco satisfeito
- Insatisfeito

11) Satisfação com a atividade profissional *

Marque a opção que melhor descreve a sua opinião quando ao seu grau de satisfação com a sua profissão

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Pouco satisfeito
- Insatisfeito

12) Remuneração média *

- Abaixo de R\$ 2.432,72
- R\$ 2.432,72 a R\$ 5.000,00
- R\$ 5.000,00 a R\$ 7.500,00
- R\$ 7.500,00 a R\$ 10.000,00
- Acima de R\$ 10.000,00

13) Competências arquivísticas *

Para cada uma das seguintes atribuições do arquivista (atribuídas pela Lei 6.546/78, que regulamenta a profissão), marque a coluna que considere que melhor descreve sua opinião quanto à importância que cada atribuição tem na sua atuação atual

| | Sem importância | Pouco importante | Importante | Muito importante | Não se aplica |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo | <input type="radio"/> |
| Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo | <input type="radio"/> |

| | | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias | <input type="radio"/> |
| Planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos | <input type="radio"/> |
| Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos | <input type="radio"/> |
| Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos | <input type="radio"/> |
| Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos | <input type="radio"/> |
| Orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação | <input type="radio"/> |
| Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos | <input type="radio"/> |
| Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos | <input type="radio"/> |
| Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa | <input type="radio"/> |
| Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes | <input type="radio"/> |

Para cada uma das seguintes iniciativas, marque a coluna que considere que melhor descreve a sua opinião quanto ao grau de importância na sua implementação

| | Sem importância | Pouco importante | Importante | Muito importante |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Regulação por um conselho profissional | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Eficácia associativa na mobilização dos arquivistas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Relacionamentos inter-profissionais | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Diagnósticos regulares da profissão | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Prêmios de mérito profissional | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Promoção dos marcos legais (lei e decreto que regulamentam a profissão) e piso salarial do arquivista | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Visibilidade da profissão nos meios de comunicação de massa | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Sugere outras iniciativas para a profissão?

Comentários:

Submit

Never submit passwords through Google Forms.

APÊNDICE B – RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

QUESTÕES Nº DE RESPOSTAS

1) SEXO

| | |
|-----------|----|
| Feminino | 87 |
| Masculino | 51 |

2) IDADE

| | |
|------------|----|
| < 20 anos | 0 |
| 20-29 anos | 25 |
| 30-39 anos | 70 |
| 40-49 anos | 29 |
| 50-59 anos | 12 |
| > 59 anos | 2 |

3) UNIVERSIDADE

| | |
|--------|----|
| UFF | 41 |
| UNIRIO | 92 |
| Outras | 5 |

ANO EM QUE CONCLUIU

| | |
|------------------------|----|
| <5 anos (2012-2016) | 30 |
| 5-9 anos (2007-2011) | 34 |
| 10-19 anos (1997-2006) | 62 |
| 20-29 anos (1987-1996) | 11 |
| >29 anos (-1986) | 1 |

4) PÓS-GRADUAÇÃO

| | |
|---------------------|----|
| Não | 42 |
| Sim, Especialização | 61 |
| Sim, Mestrado | 25 |
| Sim, Doutorado | 10 |

5) REGISTRO PROFISSIONAL

| | |
|-----|-----|
| Não | 24 |
| Sim | 114 |

6) ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL

| | |
|------------|----|
| Não | 94 |
| Sim, AAERJ | 39 |
| Sim, outra | 5 |

7) ANOS DE ATIVIDADE PROFISSIONAL

| | |
|----------|----|
| < 5 anos | 33 |
| 5-9 anos | 38 |

| | |
|------------|----|
| 10-19 anos | 56 |
| 20-29 anos | 9 |
| > 29 anos | 2 |

8) ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

| | sem importância | pouco importância | importante | muito importante |
|---|-----------------|-------------------|------------|------------------|
| Continuação dos estudos acadêmicos | 0 | 4 | 37 | 97 |
| Mobilidade profissional | 18 | 60 | 46 | 14 |
| Envolvimento em trabalhos associativos | 9 | 27 | 84 | 18 |
| Aprendizagem adquirida nas experiências profissionais | 1 | 0 | 25 | 112 |
| Especialização em algumas competências ou desenvolvimento de saberes interdisciplinares | 1 | 4 | 42 | 91 |
| Participação ativa em congressos, encontros, etc | 2 | 15 | 55 | 66 |

9) ESTÁ EMPREGADO?

| | |
|--|----|
| Não, estou desempregado | 13 |
| Sim, exerço a profissão no setor público | 76 |
| Sim, exerço a profissão no setor privado | 31 |
| Sim, exerço a profissão como autônomo | 4 |
| Sim, sou docente | 7 |
| Sim, mas não exerço a profissão | 7 |

10) SATISFAÇÃO COM EMPREGO

| | |
|------------------|----|
| Muito satisfeito | 49 |
| Satisfeito | 55 |
| Pouco satisfeito | 17 |
| Insatisfeito | 4 |

11) SATISFAÇÃO COM A ATIVIDADE PROFISSIONAL

| | |
|------------------|----|
| Muito satisfeito | 48 |
| Satisfeito | 66 |
| Pouco satisfeito | 19 |
| Insatisfeito | 5 |

12) REMUNERAÇÃO MÉDIA

| | |
|------------------------------|----|
| Acima de R\$ 10.000,00 | 13 |
| R\$ 7.500,00 a R\$ 10.000,00 | 14 |
| R\$ 5.000,00 a R\$ 7.500,00 | 33 |
| R\$ 2.432,72 a R\$ 5.000,00 | 54 |
| Abaixo de R\$ 2.432,72 | 11 |

13) COMPETÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS

| | sem importância | pouco importante | importante | muito importante | não se aplica |
|--|-----------------|------------------|------------|------------------|---------------|
| Planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo | 2 | 1 | 21 | 104 | 10 |
| Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo | 1 | 4 | 19 | 101 | 13 |
| Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias | 3 | 6 | 30 | 85 | 14 |
| Planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos | 6 | 4 | 19 | 91 | 18 |

| | | | | | |
|--|---|----|----|----|----|
| Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos | 9 | 13 | 38 | 44 | 34 |
| Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos | 4 | 7 | 28 | 77 | 22 |
| Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos | 1 | 4 | 20 | 93 | 20 |
| Orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação | 2 | 4 | 20 | 90 | 22 |
| Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos | 1 | 7 | 20 | 87 | 23 |
| Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos | 2 | 3 | 35 | 75 | 23 |
| Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa | 3 | 9 | 36 | 66 | 24 |
| Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes | 7 | 6 | 41 | 62 | 22 |

14) CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A PROFISSÃO

| | sem importância | pouco importante | importante | muito importante |
|---|-----------------|------------------|------------|------------------|
| Regulação por um conselho profissional | 1 | 3 | 34 | 100 |
| Eficácia associativa na mobilização dos arquivistas | 2 | 5 | 48 | 83 |
| Relacionamentos inter-profissionais | 0 | 2 | 54 | 82 |
| Diagnósticos regulares da profissão | 0 | 5 | 66 | 67 |

| | | | | |
|---|---|----|----|-----|
| Prêmios de mérito profissional | 5 | 29 | 58 | 46 |
| Promoção dos marcos legais e piso salarial dos arquivistas | 0 | 2 | 27 | 109 |
| Visibilidade da profissão nos meios de comunicação de massa | 3 | 6 | 34 | 95 |